



UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIA DOS PRAZERES NUNES

INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PÚBLICA NO ENSINO NOTURNO PARA OS ADULTOS
TRABALHADORES NA PROVÍNCIA DE SERGIPE (1871 – 1889)

ARACAJU – SERGIPE

2020

MARIA DOS PRAZERES NUNES

**INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PÚBLICA NO ENSINO NOTURNO PARA OS ADULTOS
TRABALHADORES NA PROVÍNCIA DE SERGIPE (1871 – 1889)**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Tiradentes de Sergipe, na linha de pesquisa: Educação e Formação Docente, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

**ORIENTADORA: PROF. DRA. ESTER FRAGA VILAS-BÔAS CARVALHO DO
NASCIMENTO**

ARACAJU – SERGIPE

2020

N972i Nunes, Maria dos Prazeres
Instrução primária no ensino noturno para adultos trabalhadores na província de Sergipe(1871-1889) / Maria dos Prazeres Nunes ; orientação [de] Prof.ª Dr.ª Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento – Aracaju: UNIT, 2020.

110 f. il ; 30 cm
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tiradentes, 2020

1. Instrução de ensino noturno 2 Província de Sergipe 3. Século XIX I. Nunes, Maria dos Prazeres II. Nascimento, Ester Fraga Vilas-Bôas do (orient.). III. Universidade Tiradentes. I V. Título.

CDU:374.3/.7(813.7)

SIB- Sistema Integrado de Bibliotecas

MARIA DOS PRAZERES NUNES

**INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PÚBLICA NO ENSINO NOTURNO
PARA OS ADULTOS TRABALHADORES NA PROVÍNCIA DE
SERGIPE (1871 – 1889)**

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa: Educação e Formação Docente – da Universidade Tiradentes.

APROVADA EM: 9/12/2020

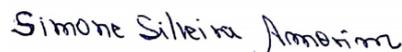
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento (Orientadora, UNIT)



Prof. Dra. Rosimeri Ferraz Sabino (Membro Externo, UFS)



Prof. Dra. Simone Silveira Amorim (Membro Interno, UNIT)

ARACAJU – SERGIPE

2020

AGRADECIMENTOS

Á Deus, em primeiro lugar, inteligência suprema, que me conduz a fé para encontrar força nos momentos de dificuldades e obstáculos em que passei na toda trajetória da minha vida, sem retroceder, sempre com perseverança nos desafios, e, com esperança de vencer a cada dia as fraquezas dos meus medos. Agradeço o Deus pela vitalidade, fé e coragem de conseguir vencer as barreiras da pandemia da (Covid-19) apresentada durante o período da pesquisa do mestrado. Foi uma experiência dolorosa, mas vitoriosa.

Á minha família, aos meus pais, Manoel Mecena Nunes (em memória) e Velcina Pereira de Jesus, por ter-me trazido ao mundo, e pela educação e respeito que sempre tiveram e me conduziram ao caminho do bem com seus exemplos de convivência. Aos meus irmãos, Francisca Nunes Santos, José Mecena Nunes, Antônio Mecena Nunes, Adalberto Mecena Nunes e Josival Mecena Nunes, por todo carinho e harmoniosa de apoio e respeito, e todos os meus sobrinhos. Muito obrigada!

Aos meus amigos, Sílvio Santos, que com seus conselhos de fé, e incentivo, sempre acreditou na minha vontade de continuar nos estudos e na pesquisa, e minha amiga Nazaré Lima, que também incentivou a estudar. Obrigada!

À Universidade Tiradentes, pela oportunidade do conhecimento adquirido desde a minha graduação em Licenciatura de História, a todos os professores que fizeram parte do corpo docente do PPED/UNIT: Dr. Cristiano Ferronato (Coordenador), Dr. Ronaldo Linhares, Dra. Cristiane Porto, Dra. Ilka Miglio de Mesquita, Dra. Vera Maria dos Santos, Dra. Andrea Karla Nunes, Dra. Rita Amorim, Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento. Gratidão!

Ao grupo de pesquisa, GEPES – Grupo de Estudo e Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas, coordenado pela professora Dra. Simone Silveira Amorim, pelo acolhimento junto a todos os participantes que tiveram comigo nessa jornada, em especial a minha amiga e professora Dra. Leyla Menezes, e aos demais: Gleidson, Gilvânia, Tatiane Machado, Eliane Natalina, Fábio Gusmão, Diana Santos, Eliodete e Deyse. Muito obrigada!

Ao secretário, Cleverton, técnico administrativo do PPED/UNIT pelo acolhimento auxiliador de quando sempre necessitei, e, atender com um sorriso acolhedor. Obrigada!

Aos amigos e colegas de turma do programa, PPED/ UNIT: Isabel, Josué, Ícaro, Manoela, Gilvânia, Aldo, Rafael Jacauna, Patrícia, Adriana, Rafaela, Josefa Diana, Leonardo, Leandro, Amanda, Marcileta, Jacques Fernandes, Lucas Filipe, Wendell, Stefane, Sheila, que contribuíram nos debates e apresentações de seminários. Obrigada pelo carinho e aprendizado. Meu respeito e admiração!

As professoras que fizeram parte da Banca Examinadora: Prof.^a Dra. Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento (Orientadora - UNIT), Prof. Dra. Rosimeri Ferraz Sabino (UFS - Qualificação e Defesa), Prof.^a Dra. Simone Silveira Amorim (UNIT - Qualificação e Defesa). A vocês minha gratidão pela contribuição e aprovação da minha pesquisa e ensinamentos, e pelo carinho e respeito em todas as etapas da avaliação. Minha gratidão!

E por fim, à minha orientadora, Professora Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Coordenadora do Grupo de Pesquisa, GPHPE – História das Práticas Educacionais e Bolsista de Produtividade em Pesquisa em Educação/CNPq. Agradeço pela sua sabedoria e disposição de conduzir-me a refletir na escrita da pesquisa, pelo carinho e preocupação quando pensei em desistir, minha gratidão! Agradeço também a amiga do doutorado, Izabel Silva e ao amigo Josué Alves, do mestrado, que sempre me apoiaram.

Enfim, aprendi nessa trajetória de pesquisa o quanto é importante ser perseverante com os nossos sonhos e desejos, ser fiel e determinado nos compromissos que escolhemos. Ter fé, e, gratidão a Deus! Ter amigos e ser amigo nos momentos em que precisamos uns dos outros, ser confiante e paciente nas dificuldades que enfrentamos, pois é nelas, que aprendemos mais a encontramos força para caminhar na luta pelos nossos objetivos. Finalizo o presente momento que estou vivendo com a seguinte frase.

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.

(Cora Coralina)

EPIGRÁFICO

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.” (Paulo Freire)

RESUMO

O estudo dessa pesquisa parte da premissa de que a instrução pública de ensino primário na província de Sergipe, em 1871, instituiu um projeto de educação para a classe popular, os adultos trabalhadores, compreendido como necessário à instrução de aprender a ler e escrever. O curso de ensino noturno foi instituído na administração do presidente da província, Antônio Cândido da Cunha Leitão, visando à modernização da sociedade através da educação como processo civilizatório. Neste sentido, o presente trabalho objetiva analisar como se configurou a instrução pública de ensino noturno em Sergipe no período imperial (1871–1889). O recorte temporal se justifica pelo fato de que em 1871, foram instituídas as primeiras iniciativas da instrução gratuita de ensino público noturno nas principais cidades de Sergipe, para os adultos trabalhadores, finalizando com a saída do imperador do Brasil, D. Pedro II, após sofrer o golpe de 1889, pelos militares que instituíram o poder republicano. O estudo foi desenvolvido a partir das seguintes questões norteadoras: O que contribuiu para a motivação do presidente da província de Sergipe, à época Cunha Leitão, a instituir aulas noturnas para os adultos trabalhadores em Sergipe? Essa ação estaria relacionada ao processo gradativo do crescimento comercial e urbano de Aracaju? Por que a escola não estava contemplada em todas as classes sociais? Para o embasamento da construção da escrita narrativa e análise das fontes, recorre-se ao seguinte referencial teórico e metodológico: Amorim (2013), Elias (1994), Burke (2005), Chartier (2002), Oliveira (2003); quanto à metodologia, utiliza-se a qualitativa de caráter histórico documental. As fontes utilizadas foram: relatórios, anais, legislação e jornais, entre outras. Foi possível constatar que a oferta da instrução do ensino noturno foi instituída após a proposta de projeto ser aprovada na assembleia provincial pelos deputados. Os beneficiados eram a classe popular, os adultos trabalhadores, jovens e crianças, que, no cotidiano do dia a dia, trabalhavam para manter sua sustentabilidade e sobrevivência e ficavam fora do ciclo da educação, não tendo oportunidades da educação formal escolar. Além desse fato, o número de analfabetos era bastante elevado e o crescimento urbano e comercial de Aracaju necessitava do processo de modernização e civilizador. Este estudo não é um trabalho definitivo, mas uma ponte de diálogo com outros estudos representativos do século XIX.

Palavras-chave: Instrução de Ensino noturno. Província de Sergipe. Século XIX.

ABSTRACT

The study of this research, starts from the premise that the public instruction of primary education in the province of Sergipe in 1871 instituted an education project for the working class of working adults, understood as necessary to learn to read and write. The evening teaching course was instituted in the administration of the president of the province, Antônio Cândido da Cunha Leitão, aiming at the modernization of society through education, as a civilizing process. In this sense, the present work aims to analyze how public instruction of night teaching took place in Sergipe in the imperial period of (1871-1889), the time frame is understood that in 1871 the first initiatives of free instruction in public education were instituted night in the main cities of Sergipe, for working adults, ending with the departure of the emperor of Brazil, D. Pedro II, after suffering the coup of 1889, by the military that instituted republican power. The study was developed based on guiding questions: What contributed to the motivation of the president of the province of Sergipe, at the time, Cunha Leitão to institute night classes for working adults in Sergipe? Would this action be related to the gradual process of commercial and urban growth in Aracaju? Why was the school not included in all social classes? To support the construction of narrative writing and analysis of sources, the following theoretical and methodological framework is used: Amorim (2013), Elias (1994), Burke (2005), Chartier (2002), Oliveira (2003), regarding the methodology it is qualitative of historical documentary character. The sources used were: Reports, Proceedings, legislation and newspapers, among others. It was possible to verify that the offer of instruction in evening education was instituted after the proposal for the project to be approved at the provincial assembly by deputies. The beneficiaries were the working class, working adults, young people and children, who in their daily lives worked to maintain their sustainability and survival and stayed outside the education cycle, and did not have opportunities for formal school education. In addition to this fact, the number of illiterates was quite high and, urban and commercial growth in Aracaju, needed the modernization and civilizing process. This study is not a definitive work, but a bridge of dialogue with other representative studies of the 19th century.

Keywords: Night Teaching Instruction. Sergipe Province. XIX century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da província de Sergipe 1868.....	39
Figura 2 – Mapa do Brasil Império de 1889.....	46
Figura 3 – Atheneu Sergipense.....	56
Figura 4 – Mapa de Sergipe apresentando as cidades e vilas que instituíram a instrução do ensino noturno para os adultos trabalhadores no século XIX.....	70
Figura 5 – Antônio Cândido da Cunha Leitão.....	77
Figura 6 – Cemitério, local do sepultamento de Antônio Cândido da Cunha Leitão.....	80
Figura 7 – Parte da carta direcionada para o presidente da província de Sergipe Antônio Cândido da Cunha Leitão em 1871	87
Figura 8 – Relatório do presidente Antônio Cândido da Cunha Leitão.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento de dissertações e teses da CAPES sobre o ensino noturno.....	21
Quadro 2 – Instrução primária pública nas províncias do Império brasileiro de 1872.....	40
Quadro 3 – Escolas noturnas para adultos no Brasil Império (1872).....	44
Quadro 4 – Divisão administrativa do Império brasileiro (1871).....	47
Quadro 5 – Disciplinas e matrícula de frequência dos alunos do curso noturno.....	59
Quadro 6 – Das associações mutuários.....	61
Quadro 7 – Instrução escolar da população de Sergipe em 1872.....	64
Quadro 8 – Professores do ensino público e particular de Sergipe (1871–1872).....	68
Quadro 9 – Profissões na província de Sergipe em 1872.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** – Crescimento demográfico da população e evolução das cidades na província de Sergipe.....38
- Gráfico 2** – Escolas noturnas no Império brasileiro em 1872.....48
- Gráfico 3** – Frequência dos alunos do curso de ensino noturno em Sergipe.....63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

PPED – Programa de pós-graduação Educação Mestrado/Doutorado

GEPES – Grupo de pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas

GPHPE – Grupo de pesquisa História da Educação: das práticas educacionais

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

SMPA – Sociedade Monte Pio dos Artistas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 EXPANSÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE ENSINO NOTURNO NO IMPÉRIO BRASILEIRO E O CONTEXTO DE CRESCIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL	30
2.1 MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO INTERNO NO BRASIL IMPÉRIO.....	35
2.2 EDUCAÇÃO DE ENSINO NOTURNO NAS PROVÍNCIAS.....	41
2.3 ESCOLAS PRIMÁRIAS DE ENSINO NOTURNO NO IMPÉRIO NO BRASIL NO ANO DE 1872	43
3 INSTITUIÇÃO DO ENSINO NOTURNO PARA ADULTOS TRABALHADORES NA PROVÍNCIA DE SERGIPE NO SÉCULO XIX.....	50
3.1 INSTITUIÇÃO DO CURSO DE AULAS NOTURNAS EM SERGIPE.....	57
3.2 A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DO ENSINO NOTURNO PARA A CLASSE POPULAR DOS TRABALHADORES	65
4 A CONTRIBUIÇÃO DE ANTÔNIO CÂNDIDO CUNHA LEITÃO NA EDUCAÇÃO EM SERGIPE E NO BRASIL.....	71
4.1 ASPECTOS DA VIDA DE ANTÔNIO CÂNDIDO DA CUNHA LEITÃO.....	76
4.2 O LEGADO DE CUNHA LEITÃO EM SERGIPE.....	80
4.3 DEPUTADO CUNHA LEITÃO: DEFENSOR DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO IMPÉRIO.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS E FONTES.....	96

1 INTRODUÇÃO

Em busca do conhecimento, o ser humano pode fazer múltiplas observações recorrentes aos acontecimentos do passado e do presente. Essas observações, concebidas pelas informações presentes em comunicações impressas, orais ou virtuais que circulam em sociedades, são elementos atrativos para os desafios do pesquisador. Nessa tentativa de compreender os fatos que movem a ação e reação do homem é que se encontra o objeto desejado.

Esta pesquisa está inserida no âmbito da História da Educação e trata da instrução pública no curso de ensino noturno para os adultos trabalhadores na província de Sergipe, no período de 1871 a 1889. Como toda investigação que aborda o passado, o presente trabalho traz questionamentos sobre fatos que emergiram nas leituras propostas de acordo com a temática.

O interesse por este estudo surgiu a partir das leituras e transcrições de jornais do século XIX, oportunizadas pela participação da pesquisadora no grupo de pesquisa GEPES – Grupo de Estudo e Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas, da Universidade Tiradentes. Os debates e discussões sobre temas variados despertou o interesse sobre o século XIX. A professora Dra. Simone Amorim sugeriu ler jornais do mesmo século. Ao ler no jornal do Aracaju os anúncios da instrução de ensino pública, o que chamou atenção foi o curso de ensino noturno. Ao fazer um levantamento sobre o tema, percebeu-se que essa temática era pouco explorada na História da Educação de Sergipe¹. Então, foi instigante o desejo de ampliar este estudo.

Com relação a pesquisas sobre o ensino noturno no Império do Brasil e nas províncias, encontram-se: a dissertação de Ana Luíza Jesus Costa (2007) intitulada “À luz das lamparinas: as escolas noturnas para trabalhadores no município da Corte (1860 – 1889)”; a tese de doutorado de Vera Lúcia Nogueira (2009), “A escola primária noturna na política educacional mineira (1891 – 1924)”; as dissertações de Marilza da Silva Correia (2011), “A educação popular no Brasil Império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870 – 1889)”; Cleidiane de Carvalho Pereira (2016), “O ensino primário noturno nas reformas educacionais no Piauí

¹ AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do trabalho docente**: A Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1826 – 1889). Fortaleza: Edições UFC, 2013.
NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Editora: Paz e Terra; Rio de Janeiro: 1984.

(1871 – 1933)”; e Jucimar Cerqueira dos Santos (2017) “Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870 – 1889)”.

Dessa forma, o contato com os jornais e os relatórios dos presidentes da província de Sergipe foi dando uma visão mais ampla da historicidade educacional do Império e da província de Sergipe a respeito da instituição do curso de ensino noturno para os adultos trabalhadores, de forma gratuita, pela instrução pública. Essas informações proporcionaram reflexões sobre como se configurou a instrução primária de ensino noturno para a classe popular: os adultos trabalhadores na província de Sergipe de 1871 a 1889.

Dessas reflexões, surgiu o interesse em estudar o processo de escolarização do ensino noturno para a classe popular trabalhadora em Sergipe, que foi um avanço na educação, um privilégio para os que foram beneficiados em receber a instrução de ensino primário, através de uma institucionalização legalmente assegurada como um direito determinado por Lei. Então, esse fato nos fez pensar outras questões norteadoras consideráveis: O que contribuiu para a motivação do presidente da província de Sergipe, à época Cunha Leitão, de instituir aulas noturnas para os adultos trabalhadores em Sergipe? Essa ação estaria relacionada ao processo gradativo do crescimento comercial e urbano de Aracaju? Por que a escola não estava contemplada em todas as classes sociais?

A instrução pública primária de ensino noturno foi projetada e estabelecida por Lei provincial de Antônio Cândido da Cunha Leitão e aprovado pelos deputados da Assembleia provincial. A legislação deu direito aos adultos trabalhadores que não estavam contemplados no sistema de ensino² de alfabetização para aprender a ler, escrever e somar. Outras províncias do Império brasileiro também passaram a ofertar a educação aos trabalhadores e às crianças que trabalhavam durante a rotina do dia e ficavam fora da escola. Essas pessoas foram beneficiadas com a instrução pública do ensino das aulas noturnas.

² Sistema: Presidente da província de Sergipe; Francisco José Cardoso Junior. “Reformei o systema do ensino público, senhores, e submetto o meu trabalho á definitiva aprovação do Corpo Legislativo. Fazei passar o novo Regulamento pelo crysol de vossa intelligência; combinai as diversas prescripções delle; reflecti com calma sobre a conveniência ou inconveniencia das inovações adoptadas; considerai atentamente nas condições em que se acha a Provincia em relação a espécie de que se trata; consultae o passado; observae o presente; prescrutae o futuro, e estou convencido de que o meu acto merecerá vossa acquiescencia, como exerceu a do Governo Imperial, conforme me foi declarado por intermedio do honrado Snr. Visconde de S. Viscente, Presidente do Conselho de Ministros acquiescencia”. (SERGIPE, Relatório 1871. 3 de março, página 47). Disponível em: Provincial PresidentialReports (1830-1930) <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe> - . Acesso em: 5 de janeiro de 2020.

O regulamento orgânico da Instrução de ensino pública de 24 de outubro de 1870³, estabelecido na administração do presidente da província Francisco José Cardoso Júnior, instituiu o Atheneu Sergipense para o ensino secundário. Em 1871, por meio da ação desafiadora do novo presidente da província de Sergipe, Antônio Cândido da Cunha Leitão, foi instituído o curso de aulas noturnas em anexo ao Atheneu Sergipense na capital Aracaju. O mesmo instituiu o ensino noturno nas cidades mais desenvolvidas, como afirmam Nunes e Amorim (2019, p. 42): “Em 10 de junho de 1871 instituiu as aulas noturnas na capital Aracaju e em vários pontos da província como Estância, São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim e Propriá”. Cunha Leitão percebeu a necessidade da instrução primária escolar para a sociedade sergipana, ofertando essa instrução aos adultos trabalhadores autônomos e funcionários públicos.

A iniciativa privada foi protagonista do ensino de instrução primária noturno. Na Província de São Paulo, essa instrução foi iniciada pela Maçonaria, com a Escola noturna da Loja América, inaugurada em abril de 1869, e na Corte imperial do Rio de Janeiro, como informam Nogueira e Pereira (2016, p. 362): pela a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, cuja preocupação voltava-se para o desenvolvimento da industrialização. Em Sergipe, o professor João Manoel Madureira⁴, da iniciativa privada, lecionou aulas noturnas para os lavradores na fazenda “Engenho Novo” município de Santa Luzia do Itanhy.

Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa é analisar como se configurou a instrução pública de ensino noturno para os adultos trabalhadores na província de Sergipe. O recorte temporal data do início do ensino noturno em 1871 até o fim do Império brasileiro em 1889 com a saída de D. Pedro II do poder, após sofrer um golpe dos militares, sendo, então, destituído do poder pelos republicanos. Como objetivos específicos têm-se: verificar a expansão da instrução pública de ensino noturno no contexto do crescimento comercial e industrial no Império brasileiro e as suas implicações; analisar a instituição do curso de ensino noturno

³ Projeto aprovado pela assembleia Provincial. Discussão do projeto nº 10. Aprovado o regulamento em 24 de outubro de 1870 com modificações propostas pela comissão respectiva. Jornal do Aracaju, Sergipe, ano 3, n.255, 27, março, 1872. In: **Configuração do trabalho docente: a instrução primária em Sergipe no século XIX (1826-1889)**. 2013.

⁴ Aulas noturnas de primeiras letras também eram ministradas em Santa Luzia – no Engenho Novo pelo professor João Manoel Madureira. Lavradores frequentavam a aula. JORNAL DO ARACAJU, Sergipe (Ano III, Nº 23.257, quarta-feira, 3 de abril de 1872). Instituto Geográfico de Sergipe. CD,-Rom.

para a classe popular, os adultos trabalhadores, na província de Sergipe; investigar o sujeito e a ação de Antônio Cândido da Cunha Leitão na educação em Sergipe e no Brasil Império.

Na primeira metade do século XIX, os adultos trabalhadores não estavam contemplados no ensino da instrução pública, o qual estava voltado para as crianças. As pessoas que não tiveram oportunidade de estudar na infância não tinham perspectiva de ser alfabetizadas e esse fato nos levou a refletir: por que a instrução pública educacional não estava contemplada em toda a sociedade sergipana? O que determinou Cunha Leitão a criar o curso de aulas noturnas para os trabalhadores? A estimativa é de que as possíveis causas estavam relacionadas às altas taxas de analfabetismo em Sergipe e ao crescimento urbano de Aracaju, assim como ao desenvolvimento comercial. Porém os vestígios apontavam o surgimento daquelas aulas como parte de um projeto civilizador.

Compreender a importância do curso de ensino noturno para os adultos trabalhadores na província de Sergipe no século XIX é o desafio deste trabalho, a fim de promover uma análise das relações entre sociedade, poder e indivíduo, além de um olhar sobre o processo educativo na província de Sergipe e sua historiografia no Império brasileiro. Por meio do conhecimento histórico, podemos selecionar e interpretar documentos produzidos em uma determinada época, observando o seu valor histórico, pois este é o papel do sujeito pesquisador.

Nesse campo de conhecimento histórico sobre a educação no Império do Brasil, é necessário aprofundar leituras em livros, manuscritos e jornais para uma adequada seleção dos escritos que venham a proporcionar uma melhor produção e aproveitamento da escrita. Charter (2009, p. 9) indica como um dos “ desafios do presente, pois se constata uma nova definição dos papéis das antigas formas da comunicação (palavra viva, escrita manuscrita, publicação impressa) [...] uma nova modalidade de composição, transmissão e apropriação do escrito”.

Atento às leituras de documentos e escritos, o pesquisador consegue observar e interpretar as diferentes ideias narrativas de cada autor, de acordo com a percepção de cada ser humano. Estas são, então, caracterizadas como fontes de pesquisa, como afirma o historiador Le Goff (1984) quando diz que todo documento é monumento e que ele considera essa fonte como o conjunto dos vestígios da cultura material do passado, sendo que a história é quem a transforma: “Documento é um monumento. Resulta de esforço das sociedades históricas para impor o futuro

– voluntário ou involuntário – determinando as imagens de si próprio” (LE GOFF, 1984, p. 103).

Tendo tal definição como suporte, esta pesquisa, cuja temática é a instituição do curso de ensino noturno na província de Sergipe, traz o surgimento da instrução do ensino público como forma de atender à necessidade de educar os adultos trabalhadores que não estavam contemplados no sistema de ensino público. Essa forma de alfabetizar indivíduos, com o ensino das primeiras letras para aprender a ler, escrever e contar, era o caminho do processo civilizador.

O período compreendido nesta pesquisa trazia a modernidade dos saberes necessários às transações de comprar e vender, tendo em vista a expansão da cidade de Aracaju e o desenvolvimento comercial, assim como o processo de fabricações de produtos e industrializações internas em crescimento no país.

O Brasil se espelhava nos avanços educacionais dos países europeus que ofertava a educação complementar de ensino noturno para os adultos. As ações europeias impulsionavam o governo brasileiro na tomada de decisões sobre educação para os adultos trabalhadores. Os crescimentos comerciais e industriais internos contribuíram na instrução da educação popular. A educação era o meio viável para elevar o Império como nação civilizada, semelhante aos países desenvolvidos da Europa. Como afirma Amorim (2013, p. 156): “Países como Alemanha, França, Itália, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal eram moldes a serem seguidos no que diz respeito à Instrução Pública”.

Naquele contexto épico, o Império brasileiro apresentava-se distante das nações europeias civilizadas e a taxa de analfabetismo era bastante elevada. Além desse fato, o país passava por vários problemas políticos após a guerra do Paraguai, entre eles as lutas sociais pela abolição da escravatura. Então, era esperado que a instrução de ensino para os adultos trabalhadores passassem a ser um anúncio para o Império brasileiro progredir. De acordo com Correia (2011, p. 16) “[...] um jovem ou adulto que não detinha os saberes elementares era considerado um ‘desviante’, ‘ignorante’, ‘vadio’, ‘incapaz’, além do que, não raro, era responsabilizado por atrapalhar os rumos do progresso da nação”.

Dessa forma, os cursos noturnos foram surgindo tanto pela iniciativa privada da ação individual de muitos professores que se dedicavam em ensinar gratuitamente, como por associações independentes e pelo sistema educacional público. essa era uma forma de promover a ascensão da cultura formal para a

classe popular, como indicava o relatório do presidente da província de Sergipe, Antônio Cândido da Cunha Leitão.

Orgulhoso do acolhimento e adesão que obtivera essa idéia tendente a disseminar a instrução por entre as classes populares, ampliei depois o plano iniciado com a criação de aulas nocturnas do ensino primário em todas as cidades da Província, - o que fiz baixando o acto que se lê, datado de 9 do corrente. (SERGIPE, Relatório 1871, p. 5).

Em Sergipe, a instrução de ensino público noturno, cuja proposta foi pautada por lei provincial com o objetivo de alfabetizar os trabalhadores, jovens e adultos, criada por Cunha Leitão, repercutiu no processo educativo de ensino popular por outros governantes das províncias brasileiras. Dessa forma, nas décadas finais do século XIX, a instrução primária de aprender a ler e escrever eram vista como uma porta aberta para alavancar o progresso do país e a modernidade civilizatória.

O surgimento das escolas de ensino primário noturnas teve por finalidade uma educação voltada para instruir os indivíduos adultos analfabetos que não tiveram a oportunidade da educação formal quando crianças e, também, para serem inseridos nas relações de comércio. Era importante que as pessoas soubessem pelo menos os conhecimentos relativos à instrução primária: ler, escrever e somar. O Império brasileiro necessitava erguer sua autonomia de país civilizado, na economia, na política e nos padrões sociais, seguindo modelo dos países europeus.

Para a realização desta pesquisa foram utilizadas as seguintes fontes: Relatórios dos presidentes da província de Sergipe (1871 – 1879), Anais do Ministro dos negócios do Império (1871 – 1888), Anais do parlamento, Câmara dos deputados e do Senado (1871 – 1888), Brasil, decreto de Leis nº 7.247 de 1879, Jornal do Aracaju (1871 – 1879), Jornal diário do Pernambuco, Jornal Regeneração, Jornal de Ouro Preto, entre outros. A metodologia adotada foi qualitativa de caráter histórico documental. Para a revisão da literatura bibliográfica, foi realizado um levantamento de teses e dissertações da CAPES, organizado pelas palavras-chave: instrução primária; Ensino noturno no Século XIX; e província de Sergipe, conforme apresenta o quadro a seguir.

Quadro 1 – Levantamento de dissertações e teses da CAPES sobre ensino noturno

PRODUÇÃO ACADÊMICA	ANO	AUTOR	DISSERTAÇÃO OU TESE	CAPES
Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)	2012	AMORIM, Simone Silveira	Doutorado/Educação Instituição de ensino: Universidade Federal de Sergipe. (BICEM) TESE	https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/
A educação popular no Brasil Império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889)	2011	CORREIA, Mailza da Silva	Mestrado/Educação Instituição de ensino: Universidade Federal de Alagoas, Maceió; (CEDU) DISSERTAÇÃO	https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/
À luz das lamparinas: as escolas noturnas para trabalhadores no município da corte (1860-1889)	2007	COSTA, Ana Luiza Jesus da	Mestrado/Educação Instituição de ensino: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPED/UERJ) DISSERTAÇÃO	http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2005_1-85-ME.pdf
A escola primária noturna na política educacional mineira 1891/1924	2009	NOGUEIRA Vera Lúcia	Doutorado/Educação Instituição de ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. TESE	https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/
O ensino primário noturno nas reformas educacionais no Piauí (1871-1933)	2016	PEREIRA, Cleidiane de Carvalho	Mestrado/Educação Instituição de ensino: Universidade Federal do Piauí, Teresina. DISSERTAÇÃO	https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/
Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889)	2017	SANTOS, Jucimar Cerqueira dos	Mestrado/História Instituição de ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador DISSERTAÇÃO	http://tede.biblioteca.ufpb.br/

Fonte: Banco de Dissertações e Teses da CAPES, 2020.

Para a construção da escrita narrativa e análise das fontes, recorre-se ao seguinte referencial teórico e metodológico: Amorim (2013) em “Configuração do Trabalho Docente” que discorre sobre a instrução pública primária no século XIX; Elias (1994), em “Sociedade dos Indivíduos” que discute as relações entre o indivíduo e a sociedade. Recorre-se ao pressuposto da História Cultural com Burke (2005) em “O que é História Cultural?”, trazendo a história vista de baixo e a partir dos pequenos feitos históricos. Nesse sentido, utilizamos conceitos de Chartier (2002) em “A Beira da Falésia” a fim de trabalhar os documentos conforme a sua intencionalidade. Utilizou-se ainda, a contribuição historiográfica de Oliveira (2003) em “O Ensino Público”.

Ressalta-se a importância dessa matriz historiográfica para os estudos de História da Educação em Sergipe e no Brasil. A contribuição se dá pela incorporação e definição do objeto de pesquisa. De certo modo, o século XIX, especificamente na década de 1870, constituiu-se em um período de mudanças no campo da educação, tanto nas províncias como no Império brasileiro, especialmente no que diz respeito à educação popular de ensino noturno para os adultos trabalhadores, progresso que contribuiu para o desenvolvimento da instrução de ler e escrever.

A instrução pública de ensino primário para os adultos trabalhadores em Sergipe tinha o mesmo método de instrução de ensino para alfabetização das crianças: o método Lancaster⁵. O ensino das primeiras letras da educação primária no século XIX tinha como base a instrução que faz referência à ação de instruir, ensinar, doutrinar e transmitir conhecimentos. Para os trabalhadores que não tiveram oportunidade desse aprendizado quando criança era um privilégio que despertava alegria e otimismo. O ensino ressuscitava a esperança de aqueles indivíduos trabalhadores serem bem-sucedidos nas relações sociais e nos relacionamentos de trabalho.

A província de Sergipe em 1871 ofertou o ensino noturno público e gratuito à classe popular, os adultos trabalhadores, fora do ciclo da educação. Ela concedeu a instrução pública de primeiras letras, privilegiou e deu oportunidade aos adultos, aos jovens e às crianças que ficavam fora da escola. Esses indivíduos, no cotidiano do dia a dia, trabalhavam para manter o seu sustento e sobrevivência. Na essência educacional do conhecimento, as relações entre indivíduos e sociedade são fundamentais nos aspectos de organização e estruturação de um país ou comunidade local. Conforme os conceitos e fundamentos teóricos de Elias:

Aquilo que vivenciamos diariamente na realidade, mediante os quais possamos compreender de que modo um grande número de indivíduos compõem entre si algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados [...] como é que eles formam uma 'sociedade' e como sucede a essa sociedade poder modificar-se de maneiras específicas, ter uma história que segue um curso não pretendido ou

⁵ Criado pelo inglês Joseph Lancaster, sua forma de ensino era oral, de repetição e memorização. "O sistema monitorial ou método Lancaster, como ficou mais conhecido no Brasil, foi desenvolvido na Inglaterra, no final do século XVIII e início do século XIX, momento em que a Inglaterra passava por uma fase de intensa urbanização, devido ao processo acelerado de industrialização. Seus criadores foram Andrew Bell e Joseph Lancaster. De acordo com a proposta, o professor ensinava a lição a um 'grupo de meninos mais amadurecidos e inteligentes'. Os alunos eram divididos em pequenos grupos, os quais recebiam a 'lição através daqueles a quem o mestre havia ensinado'. Assim um professor poderia 'instruir muitas centenas de crianças" (CASTANHA, 2012, p. 2).

planejado por qualquer dos indivíduos que a compõem. (ELIAS, 1994a, p. 16).

A partir dessa teoria, compreendemos a organização em sociedade entendendo que os indivíduos constituem teias de interdependência ou configurações de variados tipos, tais como: famílias, escolas, cidades, comunidades, ou Estado e país. Esses indivíduos são, então, representados como aqueles que constituem a sociedade enquanto formações sociais, históricas e culturais criadas por diversos organismos. Segundo Elias (1994a, p. 25), “[...] a relação entre os indivíduos e a sociedade é uma coisa singular. Não encontra analogia em nenhuma outra esfera da existência”.

Dessa forma, cada sociedade tem sua história traçada pelos feitos e ações dos seus indivíduos. Elias (1994a, p. 17) apontou como “[...] modelos para compreender a relação entre indivíduo e sociedade nas relações entre os tijolos e a casa, as notas e a melodia, a parte e o todo”. A complexidade que envolve o termo “sociedade” para desaparecer nas relações cotidianas e sobre isso Elias (1994^a, p. 63) questiona:

Todos sabem o que se pretende dizer quando se usa a palavra ‘sociedade’, ou pelo menos todos pensam saber. A palavra é passada de uma geração a outra como uma moeda cujo valor fosse conhecido e cujo conteúdo já não precisasse ser testado. Quando uma pessoa diz ‘sociedade’ e outra a escuta, elas se entendem sem dificuldades. Mas será que realmente entendemos?

Neste sentido, podemos entender que toda ligação estabelecida numa sociedade são manobras formadas por posições e manifestações de poder que se configuram em diferentes padrões de comportamento social. Para Chartier (1988), a “[...] análise das sociedades, por seu turno, propôs uma história das estruturas que já não é a dos indivíduos e onde contam, antes de mais nada, a posição dos grupos relativamente uns dos outros, os mecanismos que asseguram a mobilidade”. Sobre configuração, ele afirma que,

[...] compreender as diferentes formações sociais que se sucederam ao longo dos séculos: é esse trabalho que Elias designa pelo termo Figurations Analyse. O seu quadro referencial é dado pela distinção operada entre três modos e ritmos da evolução das sociedades humanas: a evolução biológica [biologische Evolution], a evolução

social [gesellschaftliche Evolution] e a evolução vivida à escala da história individual (CHARTIER, 1988, p. 103).

Percebe-se que o ser humano é definido pela representação que ele ocupa nas relações sociais dentro da sociedade. No livro “A Sociedade da Corte”, Elias (2001) apresentou a configuração que desalinha as fronteiras entre o privado e o público, entre as diferenças sociais, de hábitos e comportamentos da corte francesa, “[...] funções dentro das relações entre as pessoas. O poder não é uma posse, algo que um indivíduo mais forte possui para domínio do mais fraco. Antes, ele é uma particularidade de todas as relações humanas” (COSTA, 2017, 44).

Nesse contexto das relações de sociedade e poder, o Império brasileiro, após sua independência de Portugal, se constituiu numa unidade coletiva nas divisões territoriais, e suas províncias também tinham autonomia sobre a educação, por meio da Lei Constitucional em Ato Adicional de 1834⁶ que definia as províncias como responsáveis pela educação escolar. Os cuidados educacionais faziam parte do zelo com seu povo. O desenvolvimento e a integridade de cada cidadão eram tidos como direito a ter a educação, aos bons costumes, à moral e religiosidade da época. Essa garantia era dever de todas as províncias brasileiras.

Para compreendermos melhor o processo histórico da educação brasileira, faz-se necessário uma análise dos períodos anteriores. O Brasil era um país com uma educação frágil em relação aos países desenvolvidos, essa precariedade foi prolongada desde a época da colônia portuguesa, quando as instruções linguísticas eram transmitidas pelos padres Jesuítas. Segundo Paiva, especialista em História da Educação, os colégios eram voltados para educar os filhos da elite, a nobreza: “A cultura hegemônica: a gramática, a geometria, as humanidades, a retórica, filosofia e teologia, era para os que se preparavam para sacerdote. ‘O serviço de Deus’ e o serviço do El-Rei eram os parâmetros das ações sociais” (PAIVA, 2000, p 44).

No período Imperial, após a Independência do Brasil de Portugal, houve mudanças na educação de ensino primário que ficou conhecido na primeira

⁶ O Ato Adicional de 1834 colocou as escolas primárias e secundárias sob a responsabilidade das províncias, renunciando, assim, a um projeto de escola pública nacional [...] O Ato Adicional foi o marco que desencadeou uma vasta discussão entre centralização e descentralização no Brasil imperial, principalmente no campo educacional. Quem teria o poder de legislar sobre educação? A quem caberia à tarefa de organizar a instrução pública? Ao governo geral ou às províncias? Foram questões que esquentaram as discussões entre políticos, administradores, professores e intelectuais. CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional e a Instrução Elementar no Império**. Disponível em: <http://www.rbheold.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/162/171> . Acesso em: 10 de março de 2020.

constituição brasileira⁷. Em 1824, foi estabelecido no “item 32 do artigo 178 “[...] a instrução primária gratuita a todos os cidadãos brasileiros”. Em 1826, foi debatida a situação da educação no país, destacando-se o projeto de Januário da Cunha Barbosa na criação da escola com quatro graus: pedagogias, liceus, ginásios e academias.

Para cumprir o artigo 178 constitucional de 1824, foi promulgada a Lei de 15 de outubro de 1827, estabelecendo que haveria escola de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos. Não seriam as pedagogias como queria Januário Cunha, nem as escolas primárias da carta de 1824, inspirada nas escolas da Europa, principalmente da França, mas sim, uma escola de primeiras letras da qual a pesquisadora Thetis Nunes refere-se como semelhante ao “Mobral que buscava a alfabetizar os que procurassem” (NUNES, 1984, p. 39).

Como podemos perceber, o período Imperial de 1822 a 1889 se espelhava nos ideais iluministas em relação à instrução de ensino elementar, preconizado na constituição em seu artigo. 32. Na prática, esta iniciativa não resolveu a situação da maioria da população, visto que, na época, só eram reconhecidos como cidadãos brasileiros os que tivessem nascido no Brasil, libertos ou livres. Dessa forma, continuavam excluídos os escravos, tendo sido proibidos de aprender a ler e escrever. Para Correia (2011): “Ler e escrever ficaram quase esquecidos nas linhas mortas da Constituição de 1824, ler e escrever era para elite”. Em continuação, Correia afirma que:

A Primeira Lei de Instrução Pública do país foi a Lei de 15 de outubro de 1827-30. Ela determinava que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras que

⁷ Constituição do Império (de 25/3/1824) Título VIII (Das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros) Art. 179. A inviolabilidade dos direitos cívicos e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: (...) 32) - A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos. 33) Colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas-artes e letras 2- Lei 16, de 12/8/1834 (Ato Adicional) - Alterações e adições à Constituição de 1824. Art. 10. Compete às mesmas Assembléias [provinciais] legislar: 2º) - Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral. 7º) (...) São empregos municipais e provinciais todos os que existirem nos Municípios e Províncias, à exceção dos (...) empregados das faculdades de medicina, cursos jurídicos e academias, em conformidade da doutrina do § 2º deste artigo. DAVIES, Nicholas. A Educação nas Constituições Federais e em suas Emendas de 1824 a 2010. Revista **HISTEDBR** On-line, Campinas, n.37, p.266-288, mar.2010 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37/doc01-37.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

fossem necessárias. O objetivo da lei era tornar efetivo o que a Constituição determinava em relação ao ensino no Brasil. A Lei de 1827 teve como prioridade a criação de escolas primárias nos lugares populosos. Com isso, qualquer cidadão poderia abrir uma escola de primeiras letras de meninos e meninas sem obrigação de exame ou licença autorizada. Essa prerrogativa demonstrava o descaso com o nível de instrução pública elementar no país (CORREIA, 2011, p. 46).

Nessa análise sobre a legislação da Lei de 1827 percebe-se que a instrução de ensino estava atrelada às disposições da elite visando à estabilização de cargos públicos na consolidação administrativa do Estado imperial. A ideia de construir uma identidade nacional do Império brasileiro estava visível na elaboração dos projetos educacionais na constituição de 1824, que estabeleceu o ensino público para todos os cidadãos, mas qualificava quem era cidadão brasileiro. A organização da instrução de ensino era que determinava a política civilizatória. Para Gondra,

A construção do Império do Brasil exigia um aparato jurídico e formação de quadros para a sua gestão. Nessa direção, os primeiros cursos jurídicos brasileiros, após tenso processo de debates na Assembleia Constituinte de 1823 sobre a sua localização, foram criados em 1827 e instalados nas cidades de Olinda (depois Recife) e de São Paulo. Nas Faculdades de Direito, os bacharéis obtinham não apenas a formação para atuarem como juristas e advogados, mas também eram formados na 'aprendizagem do poder', posto que grande parte dos egressos destes cursos integrou a política e a burocracia estatais, ocupando os cargos de deputados, senadores, diplomatas, presidentes de província, além dos cargos relativos à Justiça, como os de juízes, promotores públicos e chefes de polícia. Ao mesmo tempo em que buscava governar (GONDRA, 2008, p. 29).

Após o ato regulamento de 1836 e de 1854, o governo imperial atribuiu a autonomia às províncias na instrução de ensino público, sendo responsáveis pela organização, manutenção e fiscalização das escolas. O regulamento de 1854 determinava a instrução primária e secundária, assim como o ensino de artes e curso profissionalizante. A partir de 1860, houve mudanças na política econômica. O surgimento de fabricações de produtos no mercado interno fortaleceu o comércio livre de compras e vendas. Daí o crescimento Urbano e o desenvolvimento da comercialização no país favoreceu a alfabetização para os adultos e sua evolução foi marcada pela chegada da indústria, principalmente a partir da década de 80 do século XIX.

Vale ressaltar que o ensino noturno se configurava como uma base sólida e permanente, apesar de ter fases complexas de interrupção, mas aquela instrução de ensino era aliada do progresso da nação brasileira. Para o escritor Chartier, as representações coletivas de ação numa sociedade incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social, dos quais eles classificam como identidade. Segundo Chartier:

A história das construções das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força. Essa história define a construção do mundo social como êxito ou fracasso do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmo – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida (ou negada) (CHARTIER, 2002, p. 11).

Quando Chartier, no seu livro intitulado “A beira da falecia” (2002), esclarece sobre as dúvidas e incertezas das múltiplas narrativas, ele nos leva a repensar a história da instrução primária de ensino noturno para os adultos trabalhadores. Nesse sentido, a história do ensino noturno precisa ser iluminada, esclarecida através dessa pesquisa para que possamos entender a situação da escolaridade da época. O escritor e político que viveu à época, Oliveira, no seu livro “O Ensino Público” (2003), argumentava a necessidade da instrução de ensino escolar:

É preciso, pois, aumentar-se o número das escolas do exército, estabelecer-se o ensino em todas as prisões e criar-se uma escola pelo menos em cada município para os ignorantes adultos que não estiverem no caso dos soldados e dos presos. Mas como todos esses infelizes, durante o dia, pedem mais ou menos ao trabalho a satisfação de sua necessidade, torna-se indispensável que as suas escolas sejam noturnas (OLIVEIRA, p. 177-178, 2003).

A oferta da instrução pública de ensino noturno era para os pais de família, artistas, empregados públicos, jornaleiros, ferreiros, pedreiros, alfaiates e “em grande número” aos meninos pobres que viviam nas periferias e em centros das cidades mais populosas. No Maranhão, foi criada uma escola noturna de instrução primária para ensinar os adultos que trabalhavam e não tiveram oportunidade de estudar quando crianças. Essa escola foi uma das primeiras iniciativas de ensino noturno pelo professor Cruz de S. Bento que ministrava aulas noturnas particulares. Conforme as informações de Castellanos e Castro (2015), o professor Cruz de S.

Bento recebeu uma proposta do presidente da província do Maranhão na década de 70 do século XIX para lecionar na instrução pública no ensino noturno para os adultos. Porém, tinha que matricular 20 alunos ou mais, além de ter o direito à remuneração pela província. Segundo Oliveira (2003, p. 180), foi iniciada essa instrução de ensino no ano de 1868⁸.

Como podemos observar, para o progresso de uma nação, país ou comunidade, é importante a educação escolar, necessária na formação do indivíduo. A instrução de ensino que o sujeito recebe na escola se constitui como força na construção do conhecimento formal. Como ressalta Bourdieu no seu livro “O poder simbólico”, “[...] considerando que cada espaço social – por exemplo, família ou escola funciona como um dos lugares em que se produz competência e, ao mesmo tempo, como um dos lugares em que ele recebe seu valor” (BOURDIEU, 2010, p. 45).

A História Cultural demonstra o valor das narrativas e escritas do passado. Para Burke (2010, p.10), “[...] embora a história cultural não tenha essência ela possui uma história própria. As atividades de ler e escrever sobre o passado estão presos ao tempo”. Não podemos apagar os fatos ocorridos no passado, nem o que ficou em nossa memória. Os adultos trabalhadores representavam a classe que necessitava ser inserida na cultura de instrução escolar para o aprendizado da escrita, leitura e símbolos da matemática, além dos ensinamentos da boa conduta cristã e moral.

A apresentação textual dos detalhes ou descrição da escrita sobre um personagem ou liderança, até mesmo de um ídolo histórico, deve ser uma narrativa analítica dos acontecimentos. Ao contrário de só narrar, deve analisar as estruturas em torno desses. Sobre as interpretações das grandes narrativas, Burke (1992, p. 328) diz que “[...] tal caracterização é que ela dilui o conceito da narrativa, até que ela corra o risco de se tornar indistinguível da descrição e da análise”. Neste sentido,

⁸ [...] Este ensino não deve ser menos obrigatório que o da meninice. Como a lei obriga o adulto a trabalhar pode obrigá-lo a aprender, porque uma coisa é tão moralizadora como a outra. Além do que já mostrei que sem instrução nenhum trabalho pode ser profícuo. Também não há inconveniente em que as escolas dos adultos sejam comuns a ambos os sexos. Tenho ouvido dizer que a sociedade só para os meninos pode a instrução obrigatória. Os adultos que sofram as consequências da sua ignorância (OLIVEIRA, 2003, p.178). [...] Tem já o Brasil 136 escolas noturnas, sendo 83 públicas e 53 particulares. As suas matrículas, segundo os dados mais modernos que pude obter, sobem a 5.720:² 2.113 das públicas e 3.607 das particulares. Parece que isto já não é tão pouco para uma instituição que apenas remonta a 1868. a primeira escola noturna que teve o Brasil – a do professor Cruz, de S. Bento, nesta província. (OLIVEIRA, 2003, p.180). Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1072>. Acesso em: 21 de janeiro de 2020.

a história pode ser ilustrada como exemplo através da instrução de ensino noturno aos adultos trabalhadores do século XIX, correspondente ao seu trabalho diurno.

Assim, todas as relações de convivência social envolvem agrupamentos culturais, que se distinguem uns dos outros, construindo sua própria identidade. O homem deve buscar o que de melhor ele possa ser e fazer para contribuir com a sociedade que vive. A instrução de ensino noturno foi a fonte de luz que clareou a escuridão dos analfabetos adultos trabalhadores na província de Sergipe. Diante das evidências encontradas e mediante as respostas aos questionamentos problemáticos deste estudo, apresento as três seções organizadas.

A primeira seção introdutória traz um recorte da apresentação do desenvolvimento dessa pesquisa sobre a educação popular de ensino noturno para os trabalhadores. A segunda seção, intitulada “Expansão do ensino noturno no Império Brasileiro e o contexto de crescimento comercial e industrial”, traz o ensino de instrução primário noturno como tendo sido instituído nas províncias e beneficiados tanto pelo ensino da instrução pública como pelo ensino de modalidade particular para a classe popular e os adultos trabalhadores. O ensino noturno foi instituído na maioria das províncias do território brasileiro, principalmente as que tinham uma concentração de comercialização interna.

A terceira seção trata especificamente do Ensino Noturno para os Trabalhadores Adultos na província de Sergipe no Século XIX, fazendo um levantamento e abordagem sobre os procedimentos da instituição da instrução do ensino noturno na província de Sergipe no século XIX, atendendo à necessidade de alfabetizar os adultos trabalhadores.

Por último, foi abordada a contribuição de Antônio Cândido Cunha Leitão para a educação em Sergipe e no Brasil Império. Refere-se à trajetória de Cunha Leitão e seus feitos políticos em prol da educação na província de Sergipe e sua contribuição como deputado parlamentar em defesa da educação popular e do ensino livre no Brasil Império.

2 EXPANSÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE ENSINO NOTURNO NO IMPÉRIO BRASILEIRO E O CONTEXTO DE CRESCIMENTO COMERCIAL E INDUSTRIAL

Nesta seção, é abordada a expansão das aulas noturnas no Brasil, em que quase todas as províncias foram beneficiadas pelo ensino da instrução pública primária para a classe popular: os adultos trabalhadores. O ensino noturno foi instituído na maioria das províncias do território brasileiro. Os arquivos dos relatórios dos Ministros do Império e os relatórios dos presidentes das Províncias, assim como escritores que já pesquisaram sobre as aulas noturnas, concedem valiosas informações da importância que a instrução da educação popular teve para o desenvolvimento do comércio e também da indústria.

Em 1871, o território brasileiro possuía 20 províncias e um território neutro. Tais províncias eram responsáveis pelo sistema de instrução do ensino público educacional local, a saber: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, São Pedro do Rio Grande do Sul, Município Neutro e Sergipe. A instrução primária era ofertada para as crianças, passando a fase em sequência para o ensino secundário. As escolas funcionavam em prédios públicos ou na propriedade do professor, principalmente os que moravam no campo. Naquela época, muitas crianças trabalhavam desde os 6 anos de idade para ajudar os pais e ficavam fora do círculo da educação, assim como os adultos que ficavam fora da escola. O índice de analfabetismo era muito alto.

Em defesa da educação, propostas e projetos sobre a instrução de ensino eram apresentados na assembleia do legislativo imperial. Deputados defendiam mudanças na instrução de ensino público, porém o andamento de aprovação era lento. A partir da década de 70 do século XIX, as reivindicações foram intensas. Segundo Costa (2016, p. 127), intelectuais, parlamentares e lideranças eram “[...] sujeitos anunciados como ‘o povo’”. O discurso educacional do Estado imperial enfatizava a importância do desenvolvimento da instrução popular como forma de elevar o Brasil ‘ao concerto das nações civilizadas’”. A autora Ana Luiza em sua pesquisa sobre instrução⁹ de ensino noturno informa:

⁹Os relatórios de presidentes de províncias e falas de senadores e deputados nas assembleias provinciais oferecem informações sobre a situação das escolas noturnas de instrução primária para trabalhadores em todo o Império. Utilizei alguns desses dados para compor um quadro sumário sobre

[...] da difusão do parâmetro da cultura letrada por toda a sociedade vinculada a tentativa de assimilação do chamado povo mais ou menos miúdo – livres pobres e libertos, sem excluir a possibilidade de iniciativas educadoras, até mesmo de escravos, num momento em que a perspectiva era a de abolição próxima da escravidão, arduamente adiada pela direção saquarema. Assimilação em posição subalterna, dentro de uma ordem hierárquica de cidadania restringida, congregada à expropriação da cultura própria desses segmentos – de sua forma de relacionamento com o tempo, com o trabalho, com a linguagem etc. Era comum haver dentro do raciocínio dos que defendiam a abolição uma correlação de idéias entre liberdade e instrução reconhecendo está como instrumento de integração à sociedade (COSTA, 2007, p. 127-128).

Analisando o período de reforma na educação de Couto Ferraz, em 1854, as propostas de Paulino de Souza em 1870 e de Antônio Cândido da Cunha Leitão em

tais escolas nas províncias. O caráter restrito desta caracterização, centrada apenas nos aspectos quantitativos do número de escolas, alunos e frequência, se deve ao fato de ser o Município da Corte o recorte espacial da presente pesquisa. Entretanto, estas fontes nos permitem perceber a disseminação “nacional” desta política de instrução, adotada de norte a sul. Também ressaltam algumas características comuns como a rarefação destas escolas, quando comparadas ao número de escolas diurnas, e a inexistência, na maioria das províncias, bem como na Corte, de escolas primárias noturnas para o sexo feminino. Em relação a elas, surge uma surpresa ao observarmos mais de 2 cursos noturnos para mulheres na província de Pernambuco. Semelhante à situação da Corte, encontramos a iniciativa particular atuando na abertura dessas escolas também nas províncias. Como ponto de disjunção entre o município neutro e as outras localidades do Império, temos que, até onde foi possível observar dentro do levantamento sumário, a existência dessas escolas inicia no primeiro com maior antecedência. Na província de Alagoas, entre os anos de 1870 e 1872, houve em média: 9 escolas noturnas, 30 matrículas e 21 frequentadores. Na província do Amazonas, durante o ano de 1872 houve 2 escolas, mantidas pela Câmara Municipal de Manaus, com 72 matrículas e 44 frequentadores. E por iniciativa particular, houve 1 escola criada por militares para “praças de guarnição e paisanos operários”. Na província da Bahia, no ano de 1871, houve 11 escolas com 547 matriculados. No ano de 1872, foram 26 escolas e 689 matrículas. Em 1873, 7 escolas e 648 matrículas. De 1874 a 1880, não foram encontrados dados para o número de escolas e a matrícula foi de 343, 275, 267, 372, 420 e 308 alunos respectivamente. Em 1881 e 1882, houve 5 escolas com respectivamente 263 e 311 alunos matriculados. Na província de Pernambuco, não foram encontrados dados para número de escolas na maioria dos anos. Em 1870, havia 4 escolas e 198 alunos matriculados. Em 1872, eram 290 alunos em escolas públicas e 48 em particulares. Em 1874, eram 367 em escolas públicas e 199 em particulares. Em 1875, eram 343 em escolas públicas e 258 em particulares. Em 1876, eram 392 em escolas públicas e 206 em particulares. Em 1877, eram 499 alunos do sexo masculino e 15 alunas do sexo feminino, não havendo dados para o tipo de escola (pública ou particular). Em 1878, eram 28 escolas masculinas com 259 matrículas e 1 escola feminina, sem dados de matrícula. Em 1880, 22 escolas masculinas com 345 matriculados. Em 1883, eram 41 escolas masculinas com 720 matriculados e 2 escolas femininas sem dados de frequência. Na província do Rio Grande do Norte foi criado um curso especial noturno, com o currículo mais extenso que o de uma escola primária tradicional, mas contendo os saberes do nível primário. Esse curso foi frequentado por 41 alunos. Em 1886, registram-se 565 matriculados em escolas noturnas, sem dados do número de escolas, e em 1889, registram-se 341 matrículas. Na província do Rio Grande do Sul, registra-se 1 escola noturna com 78 alunos matriculados no ano de 1873. Já no ano de 1874, eram 3 escolas com 104 alunos matriculados. Na província do Rio de Janeiro, de acordo com os dados observados, houve, no ano de 1875, 200 alunos matriculados. Entre os anos de 1876 e 1877, a matrícula foi de 180 alunos e, por fim, no ano de 1885, tem-se um total de 221 matrículas. COSTA, Ana Luiza Jesus da. **À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)**. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado. Universidade do Estado do Rio Janeiro, 2007.

1873, até a reforma aprovada por Leôncio de Carvalho em 1879, ocorreram vários debates, entre esses períodos, sobre a educação. Conforme Pereira (2016, p. 23), tinha-se como maior anseio

a propagação do ensino primário, tendo em vista o papel da instrução para a elevação do nível intelectual e moral da nação. Assim, o ideário e a valorização da cultura escrita e de uma nova visão de trabalho estavam presentes nesse novo modelo de civilidade (PEREIRA, 2016, p. 23).

A autora discorre ainda que,

[...] a partir dos anos de 1870, quando quase todas as províncias criam escolas noturnas. Paiva afirma que 'A criação de tais escolas, entretanto, estava (com algumas exceções) ligada á valorização da educação em si mesma, sem considerar os seus aspectos instrumentais e sem adequação às reais necessidades de ensino para a faixa da população a qual eram destinadas' (PEREIRA, 2016, p. 74).

De acordo com informações contidas no livro "O Ensino Público" do deputado e presidente da província do Maranhão, Oliveira (2003) aponta que, as escolas noturnas tiveram conquista e contribuíram para o desenvolvimento do comércio e, também, para a industrialização do Império. A quantidade de escolas noturnas teve um aumento significativo que foi incentivado tanto pela iniciativa privada, como pela instrução pública, nas províncias. Oliveira registra que,

[...] em todas as Províncias apurando-se o gosto do povo as escolas noturnas aparecerão ao lado das diurnas. Tem já o Brasil 136 escolas noturnas, sendo 83 públicas e 53 particulares, sobem a 5.720 – 2.113 das públicas e 3.607 das particulares. Parece que isto já não é pouco (OLIVEIRA, 2003, p. 180).

Sobre o aumento de escolas noturnas particulares, e, os crescentes números de alunos nas províncias, o autor discorre que, o ensino livre facilitava e diminuía as despesas das mesmas,

[...] prometendo-se aos professores das aulas diurnas uma razoável gratificação pela abertura delas à noite, gastar-se-á muito menos com eles do que com mestres especiais. E ha vendo liberdade de ensino em muitos municípios não será preciso que o Estado tenha escolas noturnas. Do primeiro expedi ente já se tem colhido resulta do em várias províncias: esta, a do Pará, Bahia e Pernambuco, por exemplo. Do segundo não posso dizer outro tanto. Tudo, porém, me

induz a crer que não me engano. Tornando-se livre o ensino em todas as províncias, e apurando-se o gosto do povo pela instrução, as escolas noturnas aparecerão naturalmente ao lado das diurnas. Ha vendo quem queira aprender haverá quem queira ensinar. É isso uma profissão como qualquer outra (OLIVEIRA, 2003, p. 180).

Após a proibição do tráfico de escravos no Brasil, por meio da Lei nº 581, promulgada no dia 4 de setembro de 1850 e elaborada por Eusébio de Queirós, os recursos econômicos aplicados na compra de escravos foram investidos no setor comercial. Assim, a cafeicultura, que necessitava de mão de obra, estimulou a entrada de imigrantes que trouxeram novas técnicas de produção. Aqueles trabalhadores contribuíram para o desenvolvimento de um mercado consumidor e também de pequenas indústrias. Segundo Azevedo (2010), na década de 1880, ocorreu o primeiro surto industrial. A seguir:

[...] trabalhadores vindos de fora constituíram um mercado consumidor indispensável ao desenvolvimento industrial, bem como força de trabalho especializada. O setor que mais cresceu foi o têxtil, favorecido em parte pelo crescimento da cultura do algodão, em razão da Guerra de Secessão dos Estados Unidos (grande exportador desse produto) entre 1861 e 1865. Na década de 1880 ocorreu o primeiro surto industrial, quando a quantidade de estabelecimentos passou de 200, em 1881, para 600, em 1889. Esse primeiro momento de crescimento industrial inaugurou o processo de substituição de importações. Beneficiaram-se o mercado brasileiro e a indústria brasileira (AZEVEDO, 2010, p. 15).

Dessa forma, o contexto identificava que as implantações das primeiras fabricações e manufaturas de produtos de comercialização interna no Brasil anunciavam a importância de uma educação diferenciada. As atividades e funções práticas na atuação do comércio contribuíram e impulsionaram o processo de industrialização. No século XIX, por volta de 1874, cresceu o número de investidores que se dedicavam às atividades industriais. O fenômeno ocorreu principalmente nos núcleos de cidades urbanas localizados nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

A partir da década de 50 do século XIX, a economia brasileira foi movida pela distribuição das atividades produtivas internas, geradas pela mão de obra dos imigrantes que optaram pelo Brasil na busca de estabilidade financeira e do trabalho livre, principalmente nas regiões sul e sudeste, no plantio da agricultura cafeeira, a

qual foi destaque internacional do país em período posterior com a exportação do café “[...] produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial; concluída sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão” (FURTADO, 2007, p. 172).

A região sudeste foi favorecida pela cultura do café, produto vendido nos mercados europeus. O café representava as três aristocracias do país: os senhores de engenho, os grandes mineradores e os barões do café. O Brasil entrava em uma fase de prosperidade de ativação econômica. Os latifundiários que antes investiram em escravos para o trabalho nos engenhos e nas mineradoras, com o fim do tráfico de escravos, passaram a investir em outras atividades de produtos e fabricações internas. Junior¹⁰ (2006) informa que “[...] depois de 1860, quando os direitos serão elevados para um nível médio de 50%, aparecem as primeiras manufaturas de certo vulto. Este fomento da produção interna, além do fortalecimento traz à economia em geral do país”. Referente ao mesmo contexto, ele confirma que:

A partir de 1860, o comércio exterior começa a se saldar invariavelmente com *superavits* crescentes. E isto apesar de uma importação que se avolumava; o que permitiu aliás não somente uma ascensão sensível do padrão de vida da população — pelo menos de certas classes e regiões — mas também o aparelhamento técnico do país, inteiramente dependente, neste terreno, do estrangeiro. Refiro-me a estradas de ferro e outros meios de comunicação e transportes, mecanização das indústrias rurais, instalação de algumas primeiras manufaturas, etc. Pode-se dizer que é nesta época que o Brasil tomará pela primeira vez conhecimento do que fosse o progresso moderno e uma certa riqueza e bem-estar material (JUNIOR, 2006, p. 124).

Observa-se que, a partir da década de 60 do século XIX, com as instalações manufatureiras de atividades que se realizavam em máquinas caseiras ou manualmente artesanais, e com a construção de linhas ferroviárias de transportes ligando os meios de comunicação entre as cidades, onde o comércio de compra e vendas se destacava, o progresso brasileiro começava se mostrar em crescimento,

¹⁰ JUNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. Edição 26^o editora: Brasiliense, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Economica%20do%20Brasil.pdf> Acesso em: 26 de agosto de 2020.

mesmo com enfrentamentos de problemas sociais como o analfabetismo e dos conflitos com países vizinhos como o Paraguai.

2.1 MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO INTERNO NO BRASIL IMPÉRIO

A partir da década de 60 do século XIX, houve um crescimento de cidades devido à facilidade para o desenvolvimento de equipamentos e máquinas de produção na revolução industrial substituindo o trabalho artesanal. O livre comércio da Europa favoreceu a saída do homem do campo para as cidades. Daí o fenômeno da expansão industrial por vários países da Europa, entre eles: Bélgica, França, Alemanha, Itália e Rússia. As relações comerciais aumentavam e se expandiam para outros continentes: América – Estados Unidos – e Ásia – Japão. Os centros urbanos cresceram em termos populacionais, ocasionando fortes mudanças e transformando completamente o modo de vida em sociedade e as condições de trabalho.

Evidente que saber ler, escrever e conhecer as operações matemáticas de somar e contar era necessário para os indivíduos que necessitavam se adaptar e ser incluídos na nova era moderna. O Brasil que se espelhava na cultura europeia também buscou mudanças econômicas para sua evolução. A forte comercialização do açúcar na região Nordeste promoveu mudança nas cidades. Na província de Sergipe, houve a necessidade de mudança da sua capital, São Cristóvão, para a construção da cidade-capital projetada, Aracaju, como ponto centralizado das embarcações comerciais, devido à sua localização na foz do rio Sergipe, facilitando assim o acesso das embarcações que transportavam mercadorias, principalmente o açúcar. Outra mudança foi a capital da província do Piauí. Como aponta Gandara, “em 1852 de Oeiras para Teresina”. As navegações e o contato com o litoral eram fatores essenciais na época devido à facilidade de transportar cargas e garantir o fluxo de mercadorias (GANDARA, 2011, p. 101).

Após o surgimento das indústrias na Europa, o ensino noturno foi instituído principalmente para a classe operária na França, na Alemanha e na Inglaterra. No Brasil, o incentivo ocorreu a partir da década de 60 do século XIX, pela iniciativa de indústrias, de instituições filantrópicas e de professores particulares. Foram instituídas pela instrução de ensino público a partir da década de 70 do mesmo

século para os adultos trabalhadores. Assim, posteriormente, foram criadas escolas também para os filhos dos operários.

Na expectativa de um projeto civilizador em termos de educar a população brasileira, tanto a instrução de ensino pública como também unidades incentivadoras do setor privado ofertavam, na prática, a oportunidade do indivíduo ignorante analfabeto obter o conhecimento das primeiras letras através de instrução nas aulas noturnas, consistindo no ato civilizador de “[...] abolir todas as asperezas e as desigualdades grosseiras, apagar toda rudeza, suprimir tudo o que poderia dar lugar ao atrito, fazer com que os contatos sejam deslizantes e suaves” (SANTOS; NASCIMENTO, 2016, p. 46).

O ensino noturno ressaltava a importância da educação para a classe popular. Aprender a ler e escrever e o conhecimento das operações matemáticas em somar, diminuir, dividir e multiplicar preconizava o valor dos cursos noturnos em levar esperança ao povo trabalhador e aos ignorantes mergulhados em vícios propensos a crimes.

A modernidade no final século XIX trazia uma realidade diferente da que era vivida pela sociedade europeia. Invenções de novos equipamentos em alto escala de produção foram gradativamente fluentes na instituição de indústrias. A qualificação de mão de obra envolvia diretamente e indiretamente toda a sociedade. Evidente que foi inevitável o crescimento urbano dos países industrializados, assim necessitavam de novos profissionais qualificados. A educação para os trabalhadores era o caminho propício para atender o perfil de qualificação de cada profissional trabalhador. Daí os centros urbanos das capitais e cidades mais populosas serem o cenário perfeito para a educação de jovens e adultos trabalhadores.

Em meados do século XIX, após o fim do tráfico de escravos, o Brasil recebeu imigrantes em grande quantidade, pois o país passou a ser visto por muitos como oportunidade de prosperarem, principalmente os italianos que foram para São Paulo trabalhar na lavoura de café e também no comércio. Os imigrantes trouxeram técnicas de mão de obra em fabricação de vários produtos. Dessa forma, contribuíram na venda de produtos do mercado interno e com pequenas instalações de fábricas. Em Sergipe, as primeiras atividades industriais foram as indústrias de açúcar e têxteis. No caso do açúcar, o desenvolvimento industrial teve início com a implantação dos Engenhos Centrais, que procuravam separar a atividade agrícola da industrial. O objetivo era conciliar a relação de produção agrária tradicional com

modernas técnicas das máquinas a vapor na fabricação de açúcar. Para Subrinho (1983, p. 27), “[...] na década de 1870 o capital mercantil assumira formas tipicamente antediluvianas: mantinha entraves acumulação do nível dos engenhos a partir de certo momento para atividades industriais, agrícolas e de serviços”.

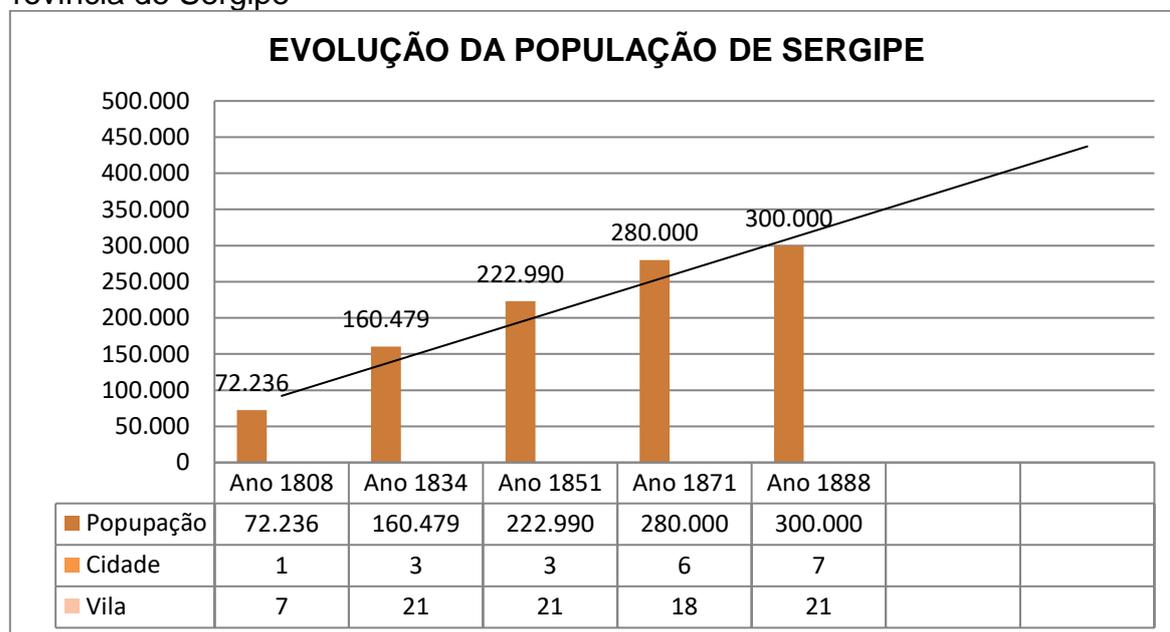
Em meados do século XIX, a economia da província sergipana estruturou-se pelo o processo mercantil escravista estabelecido em período anterior pela cultura canavieira, de 1840 a 1850, o que acelerou a produção de açúcar em razão da elevação internacional dos preços dos produtos. Subrinho (1983) ressalta que o desenvolvimento do açúcar tornou-se a base de prosperidade das categorias elítica, pública e privada de Sergipe.

As províncias do nordeste já tinham se tornadas fornecedoras do mercado internacional, entre elas Sergipe, porém com a entrada de novos produtos internos e concorrentes, diminuiu-se a demanda de compra dos países europeus e, para garantir o lucro, a elite sergipana rompeu com a intermediação da cidade de Salvador na comercialização internacional, mas por conta da proximidade de comerciantes do centro da capital baiana, em íntima vinculação com proprietários de engenhos sergipanos, segundo Subrinho (1983, p. 21) “[...] a expansão açucareira foi possível, graças aos financiamentos concedidos pelas casas comerciais baianas aos proprietários sergipanos”. Dessa relação, entende-se a instituição de casas comerciais em Sergipe, principalmente na cidade de Maruim. Sobre esse fato, Santos (2014) aponta que,

[...] disso explica os conflitos, destacados nos relatórios dos presidentes da Província, referentes a cobrança de juros abusivos, pelas casas comerciais baianas. A criação em Sergipe, da casa Comercial Schramm e Cia, em 1836, localizada na vila de Maruim com filial em Hamburgo, não conseguiu alterar o predomínio da Praça de Salvador (SANTOS, 2014, p. 82).

No início do século XIX, Sergipe só tinha uma cidade – São Cristovão – e sete municípios – Lagarto, Itabaiana, Vila Nova, Santo Amaro das Brotas, Santa Luzia do Itanhý, Tomar de Geru e Propriá. A partir da década de 50 aumentou o número de cidades com a mudança da nova capital Aracaju. Em 1870, o quadro evoluiu para seis cidades e 24 municípios. A população teve um aumento significativo. O gráfico a seguir apresenta a evolução da época.

Gráfico 1 – Crescimento demográfico da população e evolução das cidades na Província de Sergipe



Fonte: Elaborado a partir das informações de relatórios do Ministro do Império, Nunes (1989) e Santos (2014)¹¹.

Observa-se que, na medida em que a população da província de Sergipe aumentava, o número de cidades também crescia na divisão hierárquica da consolidação política de poder. No início do século XIX, em 1808, a população era de 72.236 habitantes e tinha sete municípios; na metade do século XIX, em 1851, a população passou para 222.990 habitantes, distribuídos entre três cidades e 21 municípios; já no final do Império, no ano de 1888, a população contabilizada era de 300.000 habitantes, Sergipe já possuía sete cidades e 21 municípios que gradativamente foram se consolidando a cada categoria de cidades, como aponta Santos:

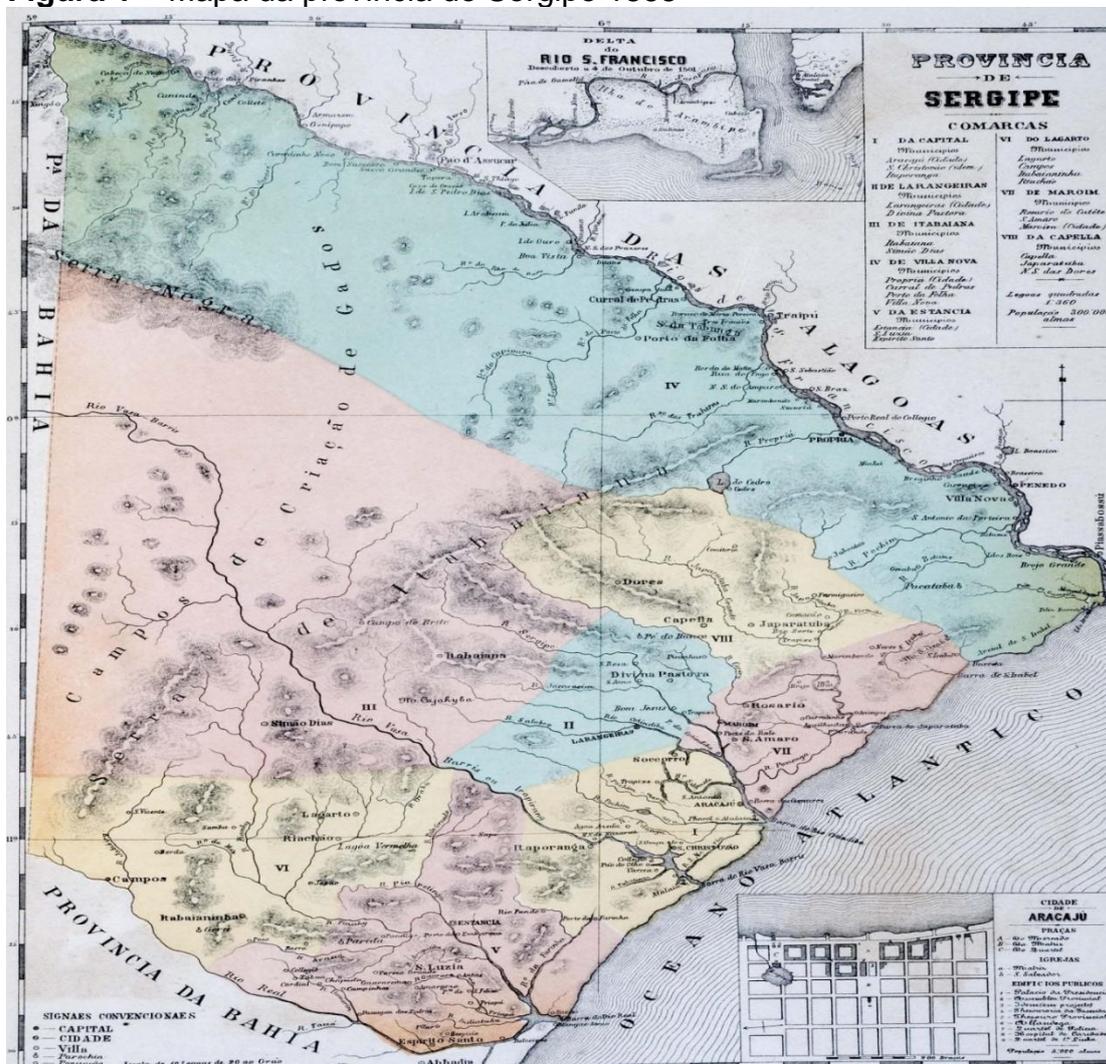
Em 1848 as vilas de Estância e Laranjeiras foram transformadas em cidades, em 1854 foi a vez da vila de Maruim, em 1866 da vila de Propriá, na Região do rio São Francisco, e em 1888 da Vila de Itabaiana. Não existia uma diferença clara entre ambas (cidades e vilas), mas havia uma diferença hierárquica. A cidade consolida uma espécie de cabeça da região e do crescimento (SANTOS, 2014, p.123).

¹¹ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Editora: tempo brasileiro; primeira edição. Rio de Janeiro, 1989.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Modernização Centralizadora: Território e Desenvolvimento Urbano na Província de Sergipe (1855 -1860)** / Programa de Pós Graduação em História. Tese de Doutorado – Recife, 2014.

O mapa a seguir apresenta o território e municípios da província de Sergipe

Figura 1 – Mapa da província de Sergipe 1868



Fonte: Santos (2014, p.124).

Em 1879, Sergipe já possuía 28 municípios, setes cidades e 21 vilas listadas a seguir: Aracaju, Laranjeiras, Maruim, Santo Amaro, Rosário do Catete, Pé do Banco, Divina Pastora, Capela, Missão de Japarutuba, N. S. das Dores, Estância, Lagarto, Santa Luzia do Itanhy, Campos, Itabaianinha, Riachão, Gerú, Lagoa Vermelha, Itabaiana, Itaporanga, São Cristóvão, Simão Dias, Campo do Brito, Propriá, Porto da Folha, Vila Nova e Pacatuba.

No Brasil, a instrução escolar de ensino público era voltada para as crianças e jovens que tivessem condições de prosseguir estudando, assim o ensino era distribuído nas províncias e essas eram responsáveis pela educação primária e

secundária. O quadro a seguir mostra como se configuravam as escolas de instrução de ensino público e as escolas de ensino particular em todas as províncias do Império brasileiro.

Quadro 2 – Instrução primária pública nas províncias do Império brasileiro de 1872

AULA PÚBLICA			AULA PARTICULAR	
Províncias	Aulas	Alunos	Aulas	Alunos
Minas Gerais	516	17.342	105	663
São Paulo	479	14.108	103	4.630
Rio de Janeiro	416	9.661	164	4.113
São Pedro Rio Grande do Sul	254	7.249	108	4.402
Ceará	222	10.353	49	6.782
Bahia	180	15.010	96	4.656
Pará	163	5.419	20	472
Sergipe	148	5.491	31	582
Pernambuco	144	13.037	113	1.690
Alagoas	128	5.854	79	861
Maranhão	123	5.314	23	1.006
Paraíba	111	4.645	12	307
Santa Catarina	94	3.188	28	746
Paraná	86	2.136	16	310
Rio Grande do Norte	81	2.632	11	306
Espírito Santo	82	1.836	5	138
Goiás	73	2.174	1	32
Município Neutro	67	4.017	109	4.632
Piauí	62	1.634	12	182
Amazonas	36	954	8	259
Mato Grosso	27	1.176	5	60
Total	3.792	133.238	1.098	36.829

Fonte: Oliveira, A. de Almeida. O Ensino Público, 2003, p. 358. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1072>. Acesso em: 3 de janeiro de 2020.

Nesse quadro, observa-se que a província de Sergipe ficava em 8ª posição em termos de instrução escolar pública e em 7ª posição dentre as escolas particulares, porém em relação à quantidade de alunos, Sergipe ficava na 7ª posição no ensino público e no particular, à frente da província do Pará.

2.2 EDUCAÇÃO DE ENSINO NOTURNO NAS PROVÍNCIAS

A província de Sergipe foi uma das primeiras a instituir a instrução de ensino público noturno para os adultos trabalhadores. Em 1871, o presidente da província, Cunha Leitão, acreditava na educação do povo como sendo a melhor forma de alcançar a civilidade e o desenvolvimento da província. O curso de ensino noturno teve o apoio dos professores e de toda comissão diretiva da instrução pública. O objetivo era preparar os alunos no aprendizado das primeiras letras. “Essa ação objetivava o desenvolvimento do ensino nas escolas públicas. Tinha o apoio de Manoel Luiz como o diretor de instrução de ensino público” (JORNAL DO ARACAJU, Sergipe Ano III, Nº 13.247, Quinta-feira, 7 de março de 1872, p. 1, col.).

No Rio de Janeiro, a escola noturna pública era vista pela população como uma ação benéfica de caridade do governo imperial à classe popular, favorecendo aos indivíduos privados da escolaridade a oportunidade de aprender a ler. Já era destinado aos adultos e meninos que trabalhavam e se viram impedidos de frequentar as escolas diurnas. “[...] o período da noite era frequentado não só por homens adultos, mas também por meninos. Estes por mais que regulamentos e inspetores de instrução procurassem afastar estavam ali presentes por terem de trabalhar durante o dia.” (COSTA, 2007, p. 25).

Na província de Alagoas, foram também instituídas aulas noturnas para a instrução primária aos jovens e adultos, pelo poder público, nas principais cidades, entre elas Penedo, a cidade histórica. Conforme afirma Correia, “em Alagoas, no mês de março de 1872, o governou provincial criou seis cadeiras noturnas em várias cidades e vilas do interior, as quais passaram a funcionar no mesmo prédio das aulas diurnas.” (CORREIA, 2011, p. 88).

Em Minas Gerais, o ensino noturno foi ofertado aos trabalhadores pela fábrica da Companhia Fiação e Tecidos do Marzagão. Conforme Nogueira (2009),

A pioneira Fábrica do Cedro (1872) também deteve o pioneirismo na criação e manutenção de escolas primárias, diurnas ou noturnas para os seus operários. Assim também a fábrica da Cachoeira estabelecida em 1872 na cidade do Curvelo por Mascarenhas Irmãos & Barbosa (NOGUEIRA, 2009).

Em ambas as fábricas existiam duas escolas de instrução primária para ambos os sexos, havendo também uma aula de música:

[...] Já bastante desenvolvida educação industrial na província. Como parte do empreendimento da Fábrica do Cedro, a escola primária começou a funcionar, de acordo com o seu levantamento contábil, dois anos depois de sua instalação, isto é, em 1874. [...] a instrução primária era o único benefício pelo qual os operários dessa fábrica não precisavam pagar para usufruir; em alguns contratos a moradia e a alimentação também poderiam ser gratuitas (NOGUEIRA, 2009, p. 78).

Na província da Bahia as aulas noturnas de instrução primária pública para os adultos trabalhadores foram estabelecidas pelo governo provincial e também pelo incentivo de muitos professores particulares e por algumas associações de trabalhadores. “Elas foram criadas com objetivo de proporcionar o acesso às primeiras letras aos trabalhadores analfabetos e aos com poucos conhecimentos de leitura, escrita, cálculos, princípios cristãos e desenho básico” (SANTOS, 2014, p. 2).

Na Paraíba do Norte, a instrução primária de ensino público popular noturno foi instituída como uma forma de difundir as letras e a cultura nas cidades mais desenvolvidas, como Campina grande, Mamanguape, Areia, Pombal e Souza. De acordo com informações de Costa e Santos (2016), “o regulamento de nº 30 de 7 de dezembro de 1883, em seu artigo 14, mencionou a criação de Escolas Noturnas na Paraíba”. A oferta da instrução escolar era para os pais de família, artistas, empregados públicos, jornalheiros e em grande número aos meninos pobres nos centros mais populosos. Era também uma das formas que os governos provinciais encontravam para manter o disciplinamento e o poder.

Como podemos perceber, o disciplinamento nas periferias das cidades para educar a classe popular, que deveria aprender as primeiras letras, era um ofício. Na busca pela manutenção da ordem social, a educação teve importante papel para o desenvolvimento de uma sociedade moderna. A instrução popular de aulas noturnas na província da Paraíba do Norte, conforme Costa e Santos (2016, p. 10-13) tiveram início “[...] no ano de 1874, o presidente Silvino Elvídio Carneiro da Cunha confirma a criação de escolas noturnas na capital e outras pelo interior da província como podemos perceber no relatório de 7 de agosto de 1874”.

Evidencia-se que as escolas noturnas para jovens e adultos no Império foram um avanço para a sociedade brasileira. O crescimento urbano e o desenvolvimento

da comercialização interna de compra e venda no país favoreceram a alfabetização para os adultos. As reivindicações em combate à escravidão e os projetos de parlamentares, defensores do ensino noturno, contribuíram para a regulamentação em todas as províncias pelo Imperador D. Pedro II, através do Decreto de Lei nº 7.031 A, em 1878¹², e o Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879, criando também o ensino superior. O objetivo era pautado no desenvolvimento do Império brasileiro.

Nas províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, a iniciativa privada foi protagonizadora do ensino noturno: “São Paulo pela maçonaria ao criar a Escola Noturna da Loja América inaugurada em abril de 1869. [...] da Corte, quando a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN, cuja preocupação voltava-se para o desenvolvimento da industrialização” (NOGUEIRA; PEREIRA 2016, p. 362-263).

Na província do Piauí, as escolas noturnas foram instituídas a partir de 1871 como afirma Pereira:

[...] a escola noturna fundada e instituída pelo Piauí, só veio a aparecer em 1871 pela resolução de nº 753, publicada no dia 20 de agosto de 1871, a que, no artigo 15, deu ao presidente da província a autorização para criar uma escola noturna para as pessoas adultas e enfatizou a condição dos sujeitos para que frequentassem este tipo de ensino em termos de idade e gênero. (PEREIRA, 2016, p. 76).

Outra província que se destacava na instrução de ensino para os adultos trabalhadores foi a província de Pernambuco, que apresentava 18 escolas noturnas. O Município Neutro tinha nove estabelecimentos de ensino e São Paulo, quatro.

2.3 ESCOLAS PRIMÁRIAS DE ENSINO NOTURNO NO IMPÉRIO NO BRASIL

Em 1872, a instrução de ensino público noturno já estava presente em quase todas as províncias do Brasil, tanto no ensino público como nas escolas de ensino

¹²Se o artigo 71 do Regulamento de 1854 era incipiente para a adoção de uma política sistemática de instrução para trabalhadores, e se as instruções de 1872 tinham caráter apenas de controle da iniciativa particular que se propagava estabelecendo cursos noturnos, o decreto 7031 A de 6 de setembro de 1878 chamará para o Estado Imperial a responsabilidade por organizar efetivamente essa modalidade de instrução. COSTA, Ana Luiza Jesus da. **A Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)**. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado. Universidade do Estado do Rio Janeiro, 2007, p. 135.

particular. O quadro a seguir mostra como se configurava o ensino noturno para os adultos trabalhadores no cenário brasileiro.

Quadro 3 – Escolas noturnas para adultos no Brasil Império (1872)

PROVÍNCIAS	ENSINO PÚBLICO		ENSINO PARTICULAR	
	Aulas	Alunos	Aulas	Alunos
Amazonas	2	102	1	75
Pará	7	98	5	268
Maranhão.	-	-	6	495
Piauí	6	142	-	-
Ceará	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	1	66	3	130
Paraíba	1	79	-	-
Pernambuco	13	377	5	121
Alagoas	9	236	-	-
Sergipe	1	67	3	68
Bahia	15	547	11	312
Espírito Santo	2	41	1	13
Rio de Janeiro	19	-	6	-
Município Neutro	3	199	6	1.896
Santa Catarina	-	-	-	-
São Pedro	-	-	2	131
São Paulo	3	121	1	29
Minas Gerais	-	-	-	-
Paraná	1	38	1	22
Mato Grosso	-	-	-	-
Goiás	-	-	2	47
Total	83	2.113	53	3.607

Fonte; OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Edições do Senado. Vol. 4, Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1072> . Acesso em: 20 de maio de 2020.

As informações compostas no quadro nos revelam que o Brasil já tinha 83 escolas de instrução pública e 53 escolas particulares. Nota-se que o número de alunos da escola pública é menor que o da escola particular. Sergipe aparece com uma escola pública com 67 alunos e três escolas particulares com 68 alunos, somando o total de 135 alunos. Nos relatórios da província, o número de alunos matriculados apresentado é 163 alunos. O avanço das escolas noturnas na província era visto por Oliveira (2003) como a necessidade de instrução de ensino obrigatório aos trabalhadores:

[...] preciso, pois, aumentar-se o número das escolas do exército, estabelecer-se o ensino em todas as prisões e criar-se uma escola pelo menos em cada município para os ignorantes adultos que não

estiverem no caso dos soldados e dos presos. Mas como todos esses infelizes, durante o dia, pedem mais ou menos ao trabalho a satisfação das suas necessidades, torna-se indispensável que as suas escolas sejam noturnas. Este ensino não deve ser menos obrigatório que o da meninice. Como a lei obriga o adulto a trabalhar pode obrigá-lo a aprender, porque uma coisa é tão moralizadora como a outra. Além do que já mostrei que sem instrução nenhum trabalho pode ser profícuo. Também não há inconveniente em que as escolas dos adultos, sejam comuns a ambos os sexos. Ha vendo fiscalização e rigor, e dando os professores bons exemplos de respeito e de ciência, homens e mulheres aprenderão juntamente sem faltar aos deveres da mais severa moralidade (OLIVEIRA, 2003, p. 177-178).

Naquele ciclo, o Império brasileiro estava dando os primeiros passos de crescimento econômico, precisava ingressar na modernidade social e cultural. A educação para os adultos fazia parte da civilidade do país,

[...] a partir da década de 1870, a ignorância era um dos maiores males do Brasil no século XIX, 'combatê-la, dissipá-la, tirar o povo do estado de atraso, dar-lhe instrução e educação para aprender uma profissão era uma das missões de maior patriotismo a que as circunstâncias sociais se podiam dedicar (SANTOS, 2017, p. 10).

A educação popular fazia parte da ascensão para uma sociedade moderna, daí o aumento significativo de escolas noturnas, pois foram incentivadas tanto pela iniciativa privada como também pela instrução pública do Império. A educação para os adultos em aprender a ler, escrever e somar era a instrução básica que representava o progresso de modernização social do Brasil. Objetivava-se disciplinar o indivíduo com a instrução escolar, prepará-lo melhor para atuar no campo do mercado de trabalho, já que o mercado de compra e venda interno crescia junto à instalação de pequenas fábricas. Para essas transações de comercialização, eram preferíveis pessoas que tivessem pelo menos a instrução primária. Assim, era uma forma de preparar a população para atuar na construção do futuro. De acordo com a autora Marilza da Silva, o "incremento da escolarização popular foi colaborado pelas lutas sociais, nesse caso com a questão da Abolição da Escravatura" (CORREIA 2011, p. 40).

Como podemos observar a configuração que movia a circulação de compra e venda no mercado interno, e, o crescimento das cidades nas províncias, favoreceu a instrução de aulas noturnas. O mapa a seguir representa a evolução.

Figura 2 – Mapa do Brasil Império de 1889



Fonte: Adaptação de Mapa do Brasil Império. Disponível em:

www.google.com.br/search?q=mapa%20do%20brasil%20imperio%201889&tbm=isch&tbs=rimg%3ACZfOj8n7jW1jYSR1bDq40Wlk&hl=pBR&sa=X&ved=0CAIQrnZqFwoTCOj45uzxnesCFQAAAAAdAAAAABAG&biw=1499&bih=729#imgrc=XZcYTERisIswPM&imgdii=I86PyfuNbWOP6M Acesso em: 8 de agosto de 2020.

Ainda em relação aos aspectos da educação para a classe popular – os adultos trabalhadores –, o ensino noturno se configurava como uma base sólida permanentemente aliada ao progresso civilizador da nação brasileira. E sua evolução foi marcada pela chegada da modernidade do comércio e evolução de pequenas indústrias que contribuíram no crescimento das cidades brasileiras.

O quadro a seguir apresenta a divisão territorial do Brasil. O demonstrativo apresenta 202 cidades, 416 vilas e 618 municípios, assim como a população distribuída por província brasileira. A religiosidade é representada pela quantidade de paróquias em números elevados. A província de Sergipe apareceu com 6 cidades e 18 vilas, 24 municípios e 30 paróquias. A população era de 280.000 habitantes e a extensão territorial de 1.360 léguas. Como mostra o quadro a seguir:

Quadro 4 – Divisão administrativa do Império brasileiro (1871)

PROVÍNCIA	POPULAÇÃO	SUPERFÍCIE (EM LÉGUAS QUADRADAS)	CIDADES	VILAS	MUNICÍPIOS	PARÓQUIAS
Amazonas	76.000	66.300	2	5	7	22
Pará	320.000	10.000	7	25	32	72
Maranhão	5*0. *	12.000	8	28	36	54
Piauí	220.000	10.500	3	18	21	26
Ceará	550. *	3.627	10	31	41	51
Rio Grande do Norte	210. *	2.000	4	18	22	25
Paraíba	300. *	3.500	6	17	23	35
Pernambuco	1.250. *	5.287	7	29	36	70
Alagoas	300.000	2.356	4	14	18	28
Sergipe	280.000	1.360	6	18	24	30
Bahia	1.400.000	14.8*6	9	62	71	162
Espírito Santo	70.597	1.564	2	11	13	24
Rio de Janeiro	1.100.000	2.190	14	19	33	120
M. Neutro	235.381	32	1	-	1	19
São Paulo	850.000	10.300	36	45	81	123
Paraná	100. *	8.000	8	8	16	24
Santa Catarina	110.000	2.580	5	6	11	39
Rio Grande do Sul	4**.000	8.204	11	18	29	73
Minas Gerais	1.500.000	20.000	48	23	71	345
Goiás	160.000	26.000	8	17	25	54
Mato Grosso	61.000	50.175	3	4	7	15
Total	10.095.978	291.018	202	416	618	1.411

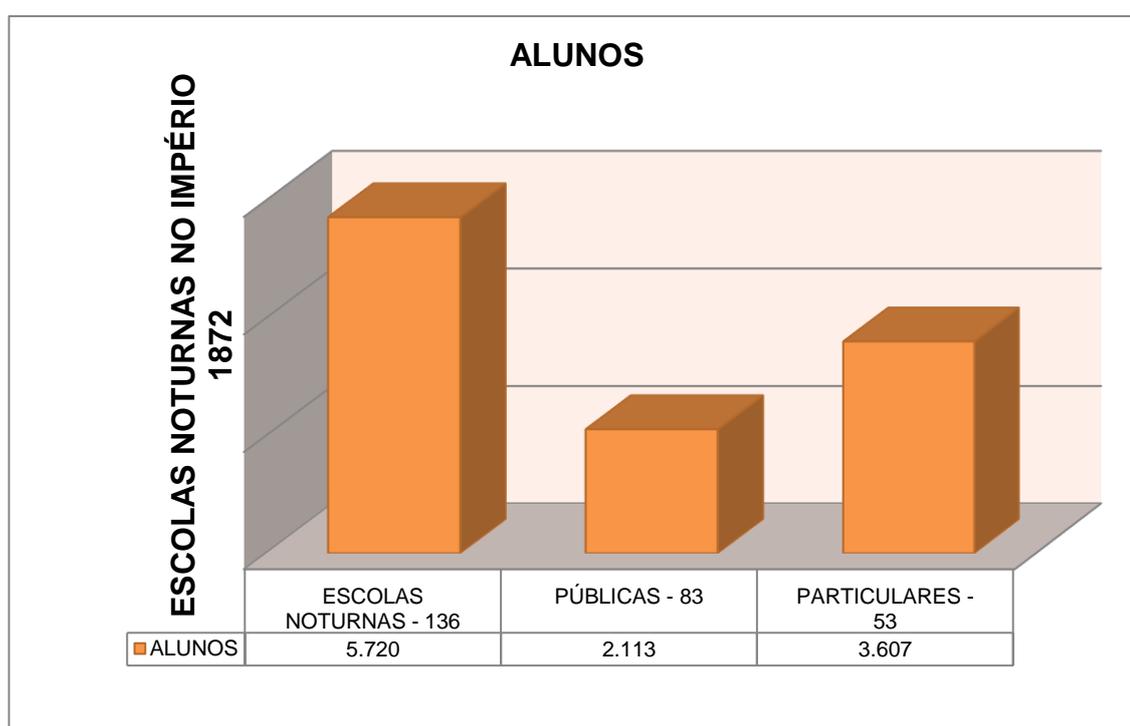
Fonte: Relatório do Ministro do Império de 1871. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 10 de maio 2020.

* O símbolo representa a fração dos números acima na tabela que estava ilegível no relatório.

No início da década de 70 do século XIX, o Brasil Império já passava de 10 milhões de habitantes, com 202 cidades e 416 vilas, tendo um total de 618 Municípios, representados na extensão territorial e nas divisões das suas províncias.

A instrução de ensino noturno para a classe popular – os adultos trabalhadores – foi conquistando espaço de forma gradativa em quase todas as províncias, embora nem todas tivessem o mesmo êxito e desempenho, mas as aulas noturnas permaneceram até o fim do Império como é apresentado no município da Corte do Rio de Janeiro. O gráfico, a seguir, mostra a quantidade de escolas noturnas em todo o país.

Gráfico 2 – Escolas noturnas no Império brasileiro em 1872



Fonte: OLIVEIRA, Antônio de Almeida. O ensino público. Edições do Senado. Vol. 4, Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1072>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

O Império brasileiro possuía 20 províncias e um território, 3.792 escolas de instrução públicas e um total de alunos de 133.238. As escolas de ensino particular apresentavam um número de 1.098 escolas e 36.829 alunos. A instrução pública de ensino noturno já era presente na maioria das províncias beneficiando os adultos trabalhadores conforme as informações a seguir.

[...] o gosto do povo pela instrução, as escolas noturnas aparecerão naturalmente ao lado das diurnas. Ha vendo quem queira aprender ha verá quem queira ensinar. É isso uma profissão como qualquer outra. Tem já o Brasil 136 escolas noturnas, sendo 83 públicas e 53

particulares, umas e outras para o sexo masculino (OLIVEIRA, 2003, p. 180).

Observa-se que a oferta da instrução do ensino noturno apresentava maior quantidade de escolas públicas com 83, em relação às escolas particulares, com 53, porém os números de alunos com maior frequência estava presente nas escolas particulares, após o ensino livre. Vários professores do ensino particular e associações filantrópicas, ensinavam gratuito, fato que aumentaram as matrículas e ultrapassaram a escola pública, principalmente nas cidades desenvolvidas economicamente.

3 INSTITUIÇÃO DO ENSINO NOTURNO PARA OS ADULTOS TRABALHADORES NA PROVÍNCIA DE SERGIPE NO SÉCULO XIX

Nesta seção, o foco principal é a narrativa de como foram instituídas as aulas de instrução pública de ensino noturno na província Sergipana para os adultos trabalhadores. A construção da análise pretendida buscou nos arquivos documentais os relatórios dos presidentes da província de Sergipe e nos elementos que marcaram épocas: em jornais e livros da historiografia da educação brasileira. Assim, entendemos os fundamentos do ensino noturno e a importância da educação para a sociedade, principalmente da classe popular.

A educação popular era atribuída à instrução de ensino escolar para que o indivíduo aprendesse a ler e escrever. O ser humano necessita do processo evolutivo dos elementos que fazem parte da linguagem e do conjunto de aprendizado nas diversas áreas do conhecimento. A escola faz parte da cultura contribuindo no desenvolvimento de cada cidadão e, nesse sentido, a educação escolar contribui para o crescimento e mudanças de uma sociedade, mesmo pelas menores ações produzidas por cada um dos seus componentes.

As sociedades não são visíveis, não podem ser percebidas pelos sentidos. Por conseguinte, não se pode dizer que existam, ou seja 'reais' no mesmo sentido ou grau em que se pode afirmá-lo de cada uma das pessoas que as compõem. No fim, tudo o que se pode afirmar sobre as formações sociais baseia-se em observações de pessoas isoladas e de seus enunciados ou produções (ELIAS, 1994a, p. 80).

A classe popular é a que mais sofre da ignorância de conhecimento formal. Ela é vítima das manobras autoritárias e manipuladoras de outros seres que só visam o poder. Porém, a classe popular desfavorecida é a que potencializa a força de causar mudanças quando compartilham experiências em sociedade. A Educação Popular é conhecida como de pessoas simples sem muita instrução, ou seja, do povo. Para Beisiegel (1986, p. 66): "O termo 'popular' envolvia um alto teor de indefinições e que a mesma imprecisão permeava também os debates sobre a educação popular".

No que se refere à educação popular para os adultos trabalhadores, foi uma forma de inserir o homem ignorante na cultura letrada para que ele compreendesse seu valor e importância na sociedade. Era o processo civilizador da modernidade

que enfatizava nos debates políticos a necessidade de a educação popular ser instruída, não apenas das letras, mas também da moral, da religiosidade, do aprender os bons costumes célebres da época. Nesse sentido, Gondra e Schueler (2008, p.11) destacam que “É por meio da ação articulada desta gente que, pouco a pouco, vão sendo criadas escolas públicas, privadas, subvencionadas (diurnas e noturnas), asilos, colégios e liceus, internatos e cursos superiores no vasto território brasileiro”. Em relação à educação popular propagada na época, Beisiegel afirma:

[...] para designar que, já naquela época, entendia-se que a consciência da necessidade de educação era coisa que precisava ser explicitada no homem comum que, de algum modo, tratava-se já nesse período de conscientização. Embora ainda não soubessem que precisavam ser educados, os indivíduos deviam ser levados a terem consciência de suas exigências educacionais, mesmo quando este processo de conscientização implicasse um certo grau de coerção (BEISIEGEL, 1986, p. 67).

No decorrer do período imperial, a educação de instrução de ensino público era ofertada para os cidadãos brasileiros conforme a constituição de 1824¹³, mas a procura pelo ensino escolar não supria as expectativas da oferta. As matrículas nas escolas eram baixas e as condições eram precárias. A maior parte das aulas era lecionada na própria residência dos professores, principalmente os que moravam na zona rural. Assim, configura-se a semelhança e herança do Brasil colônia de Portugal, que só houve mudança na educação após o projeto civilizador do Marquês de Pombal: “foi em 28 de junho de 1759 o Rei de Portugal D. José exarou o alvará que contemplava a primeira reforma de ensino no Brasil; os jesuítas eram drasticamente expulsos”. (BOTO, 2011, p. 46). A autora discorre que:

[...] o Marquês de Pombal se notabilizara, na História da Educação luso-brasileira, quando como já mencionado, com pioneirismo em relação aos demais países da Europa, toma iniciativa de expulsar a companhia de Jesus de Portugal e suas colônias. O poder da Igreja era, por todas essas medidas secularizada passando para mão do Estado. A reforma de ensino abraçou os estudos menores e os maiores. O Marquês de Pombal representava naquele ano de 1759 a expressão de que se configurava como o despotismo esclarecido, ou

¹³ Para cumprir “o art. 178 da carta constitucional de 1824 foi promulgada a Lei de 15 de outubro de 1827, estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos que haveria escola de primeira letra, não seria as pedagogias como queria Januário Cunha, nem as escolas primária da carta de 1824, inspirada nas escolas da Europa, principalmente da França e sim uma escola de primeira letra semelhante ao ‘Mobral que buscava a alfabetizar os que procurassem” (NUNES, 1984, p. 39)

as feições mais específica da combinação entre iluminismo e razão de Estado (BOTO, 2011, p. 44-45).

No início do século XIX, a família real chegou ao Brasil fugindo da perseguição do Imperador da França, Napoleão Bonaparte. O príncipe regente de Portugal, D. João VI¹⁴, transformou a colônia brasileira em vice-reino de Portugal. Então, houve várias mudanças. A educação passou por uma transição de adequação da nova realidade, principalmente na cidade do Rio de Janeiro onde foi instalada a família real. Após a independência do Brasil de Portugal, o Imperador D. Pedro I outorgou a primeira constituição que definia as leis do país. A educação passou a ser um direito de todos os cidadãos brasileiros, mas nem todos estavam inclusos nessa nova ordem educacional, porém havia um novo “plano educacional que garantisse a Constituição. Todos viam na educação o caminho das luzes, a saída para as mazelas da Colônia, para a civilização dos homens e para a afirmação do Brasil como nação independente” (PAULA; NOGUEIRA, 2017, p. 14).

Desse espaço recorrente de mudanças políticas no Brasil independente, é preciso compreender o processo de organização da instrução primária no Brasil Império. Assim, é necessário transitarmos pela legislação oficializada da época. A promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827 estabeleceu que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escola de primeiras letras. Anos após o Ato Adicional em 1834, a educação passou a ser responsabilidade dos presidentes de cada província, tanto o ensino primário quanto o secundário. Em 1854, foi criado o Regulamento Decreto nº 1.331-A¹⁵ conhecido como Couto Ferraz, cuja proposta era reformar o ensino primário e o secundário (DECRETO 1854, p. 45 Vol. 1).

O Estado imperial, a partir da década de 50 do século XIX, promoveu oferta de cursos de ensino profissional criando os Lyceos de Artes e conferências populares, porém mesmo com as tentativas de instrução para alfabetização popular pública, os índices de analfabetos eram bastante elevados. Em Sergipe, como

¹⁴O prédio que abriga o Museu Nacional, o palácio de São Cristóvão, foi o cenário de um dos eventos mais extraordinários da história brasileira. Ali, viveu e reinou o único soberano europeu a colocar os pés em terras americanas em mais de quatro séculos. Ali, D. João VI, Rei do Brasil e de Portugal, recebeu seus súditos, ministros, diplomatas e visitantes estrangeiros durante mais de uma década. Ali, aconteceu a transformação do Brasil colônia num país independente. GOMES, Laurentino. 1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história do Brasil: Editora Planeta do Brasil. 2ª edição, São Paulo. 2007.

¹⁵ BRASIL, Decreto nº 1.331-A. 17 de fevereiro de 1854 (Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, p. 45, Vol. 1 pt. I). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro>. Acesso em: 5 de outubro 2019.

relatou Freire (1977), “em 1847 centrou-se a instrução secundária, criando-se o Liceu de Sergipe, nele ensinava-se Geometria, Filosofia, Retórica, Latim, Francês, Inglês, Geografia e Comércio cuja aula foi supressa em abril de 1852. Sua frequência era pequeníssima” (FREIRE, 1977, p. 310).

A instrução educacional era mais centrada e voltada para a elite, que tinha melhores condições de manter os filhos no ensino privado ou em internatos. A classe popular menos favorecida, principalmente as do campo, se matriculavam, mas no período da lavoura necessitavam voltar ao trabalho e reprovavam por falta ou abandonavam as aulas. Conforme afirma Nunes (1984, p. 61), o “Ensino de primeiras letras evidencia-se o pouco interesse que havia pela alfabetização da população sergipana. Assim, era necessário novo mecanismo de resolução”.

Entretanto, no período imperial houve a proposta de ensino educacional em prol da civilização do país. Buscava semelhança nos padrões dos países europeus. Porém, em relação ao ensino, preconizando em seu artigo. 173, 32, a instrução primária gratuita aos cidadãos brasileiros, o título de cidadão era restrito aos livres e libertos. O país ainda era agrário, pouco povoado, com vasta extensão de terra nas mãos de latifundiários escravocratas e as cidades eram restritas. Neste sentido, a educação escolar não era prioridade dos políticos escravocratas para educar as crianças, muito menos os jovens e adultos. A educação era atribuída e destinada à elite burguesa com o objetivo de ocupar as funções e cargos burocráticos do Império. O acesso à escrita e leitura era visto pela maioria como desnecessária para a classe popular trabalhadora.

Quanto ao estabelecimento da Lei para cumprir o artigo. 178, foi promulgada a Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava que em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos haveria escolas de primeiras letras que fossem necessárias. Na prática, a determinação não resolveu a situação da maioria da população, visto que era estabelecido na época como cidadãos brasileiros apenas os que tivessem nascido no Brasil, libertos ou livres. Dessa forma, eram excluídos os escravos e seus filhos, sendo proibidos de aprender a ler e a escrever. Para Correia (2011, p. 46),

Ler e escrever ficaram quase esquecidos nas linhas mortas da Constituição de 1824, ler e escrever era para elite. [...] qualquer cidadão poderia abrir uma escola de primeiras letras de meninos e meninas sem obrigação de exame ou licença autorizada. Essa

prerrogativa demonstrava o descaso com o nível de instrução pública elementar no país.

Observa-se que as propostas de instrução no ensino primário no Império eram bem-intencionadas, mas somente no registro da carta constitucional: na prática, tinha uma realidade bem diferente no sentido de popularizar a educação gratuita para todos os cidadãos do país liberto de Portugal. A educação até a metade do século XIX continuava a ser prioridade da elite. O desejo de colocar o Brasil no caminho do progresso semelhante aos países desenvolvidos, como Inglaterra, França e Alemanha, criou expectativas de ampliar a instrução de ensino escolar e continuou possibilitando o acesso à escolarização para as classes populares trabalhadoras de ambos os sexos e as crianças que também trabalhavam.

A partir da década de 50 do século XIX, o Império transitou por mudanças na política econômica após o fim do tráfico de escravos com a Lei Eusébio de Queirós¹⁶. Moderadamente, o país começou a ter outras formas de comercialização, muitos produtos que eram importados de outros países começaram a ter sua própria fabricação no Brasil. Os recursos econômicos dos escravocratas aplicados na compra de escravos foram investidos no setor comercial, assim aqueles que necessitavam de mão de obra estimularam a entrada de imigrantes no império e esses trouxeram novas técnicas de produção. Aqueles trabalhadores imigrantes contribuíram para um mercado consumidor e também para o desenvolvimento e instalação de pequenas indústrias.

No final da década de 60 do mesmo século, a instrução do ensino primário noturno para a classe popular trabalhadora surgiu como uma luz no fim do túnel. A iniciativa de associações filantrópicas e sociedades da indústria, além das comitativas comerciais e professores particulares, foram os pioneiros em propagar o ensino de

¹⁶ Lei Eusébio de Queiroz não foi a primeira a declarar proibido o tráfico de africanos para o Brasil. Em 1831, atendendo a um tratado firmado com a Inglaterra em 1826, o governo brasileiro promulgara a Lei de 7 de novembro de 1831, por meio da qual todos os escravos africanos que entrassem no Brasil a partir daquela data seriam declarados livres e os contrabandistas de escravos sofreriam severas penalidades. Essa lei teve eficácia por poucos anos. Mais ou menos a partir de 1837 o tráfico já tinha retomado sua força e alguns anos depois atingia proporções nunca antes vistas. Em 1845, a Inglaterra se concedeu, por meio do Aberdeen Act, poderes de jurisdição sobre navios e súditos brasileiros suspeitos de traficarem escravos africanos para o Brasil. Cinco anos depois, o gabinete imperial encontrava forças para vencer as resistências pró-tráfico da sociedade e do parlamento brasileiro e promulgava a célebre Lei n. 581 de 4 de setembro de 1850. FILHO, Eliardo França Teles. A Lei Eusébio de Queiroz. Eusébio de Queiroz e o Direito: um discurso sobre a Lei n. 581 de 4 de setembro de 1850. Revista Jurídica. Brasília, v. 7, n. 76, p.52-60, dez/2005 a jan/2006. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/download/403/395>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2020.

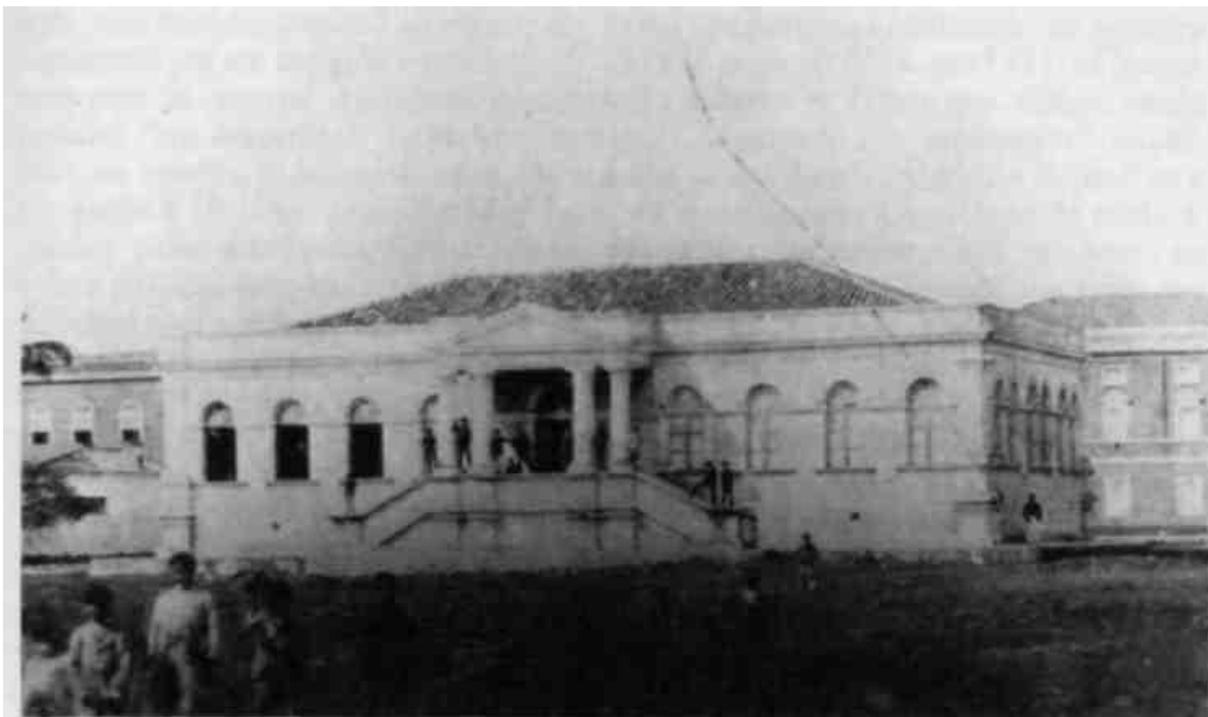
primeiras letras para os adultos trabalhadores. O curso noturno foi como um troféu exibido para cada um daqueles indivíduos analfabetos que trabalhavam durante a rotina do dia em defesa de sua sustentabilidade. Instituições, associações e muitos professores deram o que de melhor eles podiam oferecer para ofertar o ensino noturno gratuito. De acordo com Costa (2007, p. 54): “As escolas noturnas para trabalhadores implantadas no município da Corte a partir, mais ou menos, de 1858, cumpriram papel de destaque neste movimento de ‘invenção do analfabeto’”. A autora ainda destaca que:

[...] a existência de uma experiência voltada especificamente para trabalhadores, membros das classes subalternizadas da sociedade, pode ser vista como um ‘álibi’ de padrões e metas estabelecidos para não serem cumpridos. Exatamente porque quem define a escola como regra, e as regras da escola, é quem a nega a determinadas parcelas da sociedade, no caso desse estudo, a parcela da qual provêm a clientela dos cursos noturnos. Se o infeliz trabalhador não podia, durante o século XIX, e continua a não poder em pleno século XXI, frequentar a escola ‘tal como deve ser’, à luz do dia, havia ‘espíritos elevados’, ‘amigos da humanidade’, para possibilitar que durante a noite, à luz das lamparinas, esses infelizes, ‘desafortunados da sorte’, pudessem receber a instrução necessária, mesmo que a custa de suas poucas horas de descanso, para ‘se libertarem das trevas da ignorância’ (COSTA, 2007, p. 56).

Na província de Sergipe, em 1870, foi criado o decreto do regulamento orgânico da instrução pública para a construção e criação da escola Atheneu para o ensino de instrução secundária, com dois cursos: o curso de Humanidade e o curso de Escola Normal, que foram instituídos em 24 de outubro de 1870 na administração do presidente Francisco José Cardoso Júnior. Então, a partir dessa definição ocorreram mudanças na educação sergipana, entre elas a criação do curso de ensino noturno para os adultos trabalhadores em anexo à escola Atheneu para a classe popular após ser aprovado o projeto na assembleia provincial pelos deputados.

As aulas do curso de Humanidade tiveram início no dia 3 de fevereiro de 1871, em um prédio nas proximidades do palácio do governo da província, até a construção do prédio para a escola Atheneu. A obra foi orçada em 28.000\$000; para a construção, foi contratado o cidadão José Agostinho do Nascimento. A obra teve início no dia 13 de novembro de 1870, quando “lançou-se a primeira pedra do edifício” (SERGIPE, 1871, p. 57).

Figura 3 – Atheneu Sergipense¹⁷



Fonte: INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Prêmio Grandes Educadores Brasileiros: Monografias Premiadas - Brasília 1984.**

A construção do espaço arquitetônico do edifício Atheneu para a instrução do ensino secundário levou dois anos para a sua finalização devido às dificuldades quanto aos recursos financeiros. A escola teria que ser adequada ao espaço urbano e às necessidades dos estudantes da época, como inferem Lapa e Amorim (2018) ao falarem da “relação que se estende ao espaço da cidade e ao espaço da escola, que, juntamente com o tempo escolar, constitui a linha que traça e entrelaça a escrita entre Aracaju e os edifícios do Atheneu”. Continuando, as autoras relatam que:

A tecnologia construtiva desses edifícios seguiu o padrão da época: grossas paredes de tijolo, sistema de cobertura com telha cerâmica, calha de zinco para recolher as águas pluviais e platibanda. O meio-porão, assim designado por não possuir altura que acomode a presença de um adulto em pé, confere ao primeiro piso da edificação

¹⁷Atheneu Sergipense: inaugurado em 03/09/1872, o prédio foi considerado "o melhor da Capital pela sua elegância e solidez". Nele, funcionaram as aulas do Atheneu até o começo do nosso século, sofrendo, posteriormente, grandes modificações. Situado na atual Praça Olímpio Campos, aí, atualmente, estão localizados a Procuradoria Geral da Justiça, a Secretaria de Justiça e Ação Social, a Vice-Governadoria do Estado e a OAB – Seção de Sergipe, o INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Prêmio Grandes Educadores Brasileiros: Monografias Premiadas – Brasília 1984.** Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002498.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

distância adequada para afastá-lo do solo. O piso da construção constituído de tábuas de assoalho de madeira (*parquet*) e as esquadrias, são elementos imprescindíveis para garantir os preceitos médico-higienistas. O edifício construído em 1870 e inaugurado em 3 de dezembro de 1872 por Joaquim Bento de Oliveira Júnior era constituído de um único pavimento de formato retangular em estilo neoclássico (LAPA; AMORIM, 2018, p. 7).

O presidente da província, o coronel Francisco José Cardoso Júnior, que instituiu o Atheneu para o ensino secundário, via a necessidade de mudança no sistema de educação e, assim, ampliou o grau de instrução pública na formação dos estudantes; era uma forma também de manter o estudante na província e não ter que se deslocar para outros territórios para estudar.

3.1 INSTITUIÇÃO DO CURSO DE AULAS NOTURNAS EM SERGIPE

Para a análise da instituição do curso de ensino noturno, é importante entendermos como surgiram as ideias do novo administrador. Foi como o 37º presidente da província de Sergipe que Antônio Cândido da Cunha Leitão tomou posse no dia 11 de maio de 1871, e seu maior objetivo era o projeto civilizador de educação popular. Como governante, teve o desafio de criar aulas noturnas para trabalhadores, estabelecidas por lei. Após ser aprovado seu projeto de instrução de ensino público noturno na Assembleia provincial, em complemento ao regulamento orgânico da instrução pública de 24 de outubro de 1870, instituiu as aulas noturnas na capital Aracaju “por acto de 10 de junho último creci n’esta capital um curso de aulas nocturnas” (SERGIPE, 1871, p. 3).

A proposta de educação de ensino noturno de instrução primária apresentava o seguinte: primeiras letras – cujo objetivo principal era a instrução de aprender a ler e escrever; matemática – para a eficácia de somar, dividir e multiplicar; língua francesa; Moral e Religião – para trabalhar a conduta moral de comportamento de cada indivíduo; leitura e escrita – com noções gerais de gramática da língua nacional; aritmética e geometria – trazendo a importância de elementos de estudo do sistema de pesos e medidas; desenho linear com aplicações às artes; comércio e escrituração – escritos específicos dos objetos e noções gerais de comércio,

inclusive escrituração mercantil¹⁸; e, por fim, história do Brasil – especialmente de Sergipe, com explicações sucintas sobre a organização política do Império.

De acordo com os relatórios dos presidentes da província de Sergipe, foram estabelecidas normas para o funcionamento das aulas no curso noturno de ensino de instrução primária ou de primeiras letras para trabalhadores. O espaço escolar disponibilizado inicialmente na cidade Aracaju ocorreu em anexo à escola Atheneu sergipense. O ensino funcionava a partir de 10 alunos matriculados. As aulas ocorreram em dias alternados, a matrícula era gratuita e podia ser feita em qualquer período, sendo que as aulas começavam às 18 horas e terminavam às 21 horas, de acordo com o regulamento demonstrado no relatório do presidente da província:

[...] Curso de aulas nocturnas na capital. 1º Cada uma das aulas começará funcionar desde que haja mais de dez alunos matriculados. 2º Cada aula funcionará uma noite sim, outra não alternadamente, não podendo começar antes de seis horas da tarde, nem acabar depois das nove da noite. Cada uma durará nunca menos de uma hora. 3º A matrícula n'este curso será gratuita (SERGIPE, 1871, p. 3).

Diante das necessidades da instrução educacional para a população sergipana, Cunha Leitão, além de instituir o curso de ensino noturno na capital da província de Sergipe em Aracaju, ofertou também o ensino para os adultos trabalhadores nas cidades mais populosas e desenvolvidas da província. As Cidades beneficiadas foram: Laranjeiras, Maruim, São Cristóvão, Estância e Propriá. As aulas noturnas foram bem recebidas pela população e tiveram todo o apoio do diretor da instrução primária elementar, Manoel Luiz Azevedo D'Araújo¹⁹ e dos professores do ensino público.

¹⁸ Artigo 1º Fica creado nesta Capital um curso de aulas nocturnas Com as seguintes cadeiras:

1º - Ensino primário elementar, comprehendendo instrucção moral e religiosa, leitura e escripta, noções geraes de grammatica da lingoa nacional, elementos de arithmetica e geometria, estudo do systherna de pesos e medidas do Imperio com as alterações ultimas legalmente adoptadas.

2º - Desenho linear com applicação As artes e. construcções.

3º - Grammatica nacional é analyse dos clássicos.

4º - Noções geras de Comércio, inclusive escripturação mercantil por partidas dobradas.

5º - Francez.

6º - Historia do Brasil e especialmente a de Sergipe; e explicação sucinta da organisação Politica do Império. SERGIPE, Relatório Presidentes da Província. (1871 p. 3). Disponível em:

<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 14 de março de 2020.

¹⁹ O sergipano Manuel Luís Azevedo d'Araújo (24/11/1838-21/10/1883) foi um desses grandes educadores, dotado de particularidades "que o tomaram o indivíduo mais capaz de servir às grandes necessidades sociais de sua época, surgidas sob a influência de causas gerais e particulares ou, na concepção de Carlyle, foi ele o iniciador, entendido como o que vê mais longe que os outros e o que

Ainda sobre o curso noturno que funcionava no Atheneu Sergipense, com o apoio do diretor de instrução pública “Manoel Luiz”, funcionavam as cadeiras de história do Brasil, especialmente de Sergipe, com explicação sucinta da constituição política. O artigo. 138 do Regulamento nº. 24 de outubro de 1871 estabelecia que professores adjuntos “são destinados a auxiliar o ensino nas escolas que tiverem uma frequência mínima, diariamente superior a 40 alunos, e fazer substituições nas vagas das cadeiras e nos impedimentos dos professores” (JORNAL DE ARACAJU, 1872, 23. 257, p. 3).

O quadro a seguir relata as matrículas do ensino noturno.

Quadro 5 – Disciplinas e matrícula de frequência dos alunos do curso noturno

ANO	CIDADE	DISCIPLINAS	ALUNOS MATRICULADOS
1871	Aracaju	Gramática Nacional	14
		Comércio e Escrituração	18
		Língua Francesa	24
		Desenho Linear	25
		Primeiras Letras	75
1872	Aracaju	Gramática Nacional	14
		Comércio	24
		Desenho Linear	25
		Francês,	19
		Primeiras Letras	81
1873	-	-	-
1874	Aracaju	-	46
	Laranjeiras	Primeiras Letras	25
1875	Aracaju	-	39
	Laranjeiras	-	15
1876	Aracaju	-	20
	Laranjeiras	-	15
1878	Aracaju	-	38
	Laranjeiras	-	25
TOTAL			542

Fonte: Quadro elaborado com base nos relatórios de presidentes da Província de Sergipe, 1871, 1872, 1874, 1875, 1876, 1878. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 14 de março de 2020.

Esses dados revelam que o ensino noturno em Sergipe teve continuidade mesmo depois que o presidente Antônio Cândido da Cunha Leitão deixou a província. No primeiro ano, 1871, em Aracaju, o número de pessoas matriculadas foi de 156 alunos; em 1872, foram matriculados 163 alunos; em 1873, não foram

deseja fortemente. Sua atuação na vida educacional de Sergipe, como Diretor-Geral da Instrução de 1870 a 1875, através de atos escudados em idéias progressistas, abriu novos caminhos, apontou novos horizontes aos seus contemporâneos” (INEP, 1984, p. 21).

encontrados registros de matrículas; em 1874, foram registradas 71 matrículas; e de 1875 a 1878, foram matriculadas 223 pessoas.

Na cidade de Laranjeiras, em 1871, foi instituída a – SMPA –, “Sociedade Monte Pio dos Artistas”, onde funcionava o curso de ensino noturno para os trabalhadores, operários e artistas, conforme as informações de Frederico Romão, “Laranjeiras, aquela relíquia de curso noturno criado pela sociedade Monte Pio das Artes, em cuja substituição pagando a província o respectivo professor, o regulamento de 3 de outubro entendeu dever torná-la pública” (ROMÃO, 2000, p. 43).

Em 1875, foi instituída outra “Sociedade Monte Pio dos Artistas” na capital Aracaju, aglutinando os trabalhadores e artistas, auxiliando-os com escolas noturnas para seus membros participantes. Percebe-se que os cursos noturnos foram aumentando a instrução primária de aprender a ler e escrever para a classe popular. Posteriormente, foram criadas escolas também para os filhos dos operários. Para a participação dos sócios, foi estabelecido um regulamento pela província, como demonstrado a seguir:

Artigo 1º - A sociedade Monte dos artistas é a reunião dos artistas e operários residente na cidade de Aracaju. Artigo 2º - A sociedade se comporá de um número ilimitado de sócios, dividido em três classes: effectivos, honorários e beneméritos, § 1. Serão sócios effectivos somente os artistas e operários, qualquer que seja a classe a que pertençam, embora não façam da arte ou offício profissão habitual. (ROMÃO, 2000, p. 43-44).

As associações eram entidades sem fins lucrativos que tinham como objetivo difundir as várias formas de defesa de seus componentes associados, e também apresentavam projetos em benefício das comunidades. No Brasil, o surgimento dessa proteção em prol dos profissionais autônomos é registrada por Silva (1981, p. 19): “A sociedade Monte Pio dos Artistas, nasceu, em 1852, aberta a diversos ofícios e profissões”. Veja o quadro a seguir.

Quadro 6 – Das associações mutuários

NOME	PERÍODO	SEDE	COMPOSIÇÃO	FINS	ATIVIDADES
Sociedade Monte Pio dos Artistas	1871 até 1900	Laranjeiras	-	-	Mantinha curso noturno
Sociedade Monte Pio dos Artistas	1875 até 1912	Aracaju	Artistas e Operários	Mutuários	Mantinha escola
Sociedade Monte Pio dos Empregados Provinciais	1881	Aracaju	Funcionários públicos	Mutuários	-
Associação	1891	Aracaju	-	-	Manteve o jornal “O Operário”

Fonte: Romão (2000, p. 49).

Em Sergipe, foi estimulada a proteção aos artífices²⁰ e artistas profissionais liberais pela sociedade Monte Pio dos Artistas de Laranjeiras, que beneficiava sua gente fornecendo escola para os trabalhadores através da instrução de aulas noturnas, assim como as da capital Aracaju.

Referente à instrução primária pública em Sergipe, Amorim (2013, p. 195) aponta que havia a necessidade de investir na instrução dos adultos como base educativa de boas condutas, do bom comportamento humano, por parte da organização do governo da província. A autora mencionou o papel de Antônio da Cunha Leitão “[...] que pretendia elevar a província de Sergipe à maior altura possível em matéria de educação.”

Nesse sentido, era preciso civilizar a população adulta iletrada, ignorante do conhecimento formal, instruindo-a com educação escolar, a qual fazia parte do processo civilizador. Assim, a instrução educacional se configurava entre o indivíduo na sua unidade singular como membro da sociedade e a sociedade que era organizada por todos que a compõem. “O homem é um ser social, para isso dependente da companhia de outros. É necessário um alto grau de maleabilidade e adaptabilidade das funções relacionais humanas” (ELIAS, 1984a, p. 77).

²⁰ O ARTIFICE, exerce uma arte mecânica, para qual basta o conhecimento pratico das regras e preceitos, a pericia adquirida pelo uso e exercício. O Operário é o que vive do trabalho manual. Entre o OPERÁRIO e o ARTIFICE deve dar-se a diferença, que vulgarmente se dá entre o ofício e o mestre. Artista é o que exerce uma arte liberal, este deve ser instruído em todas as maneiras histórica e filosóficas, que requerem para o bom desempenho de sua arte; o pintor, o escultor, são artista. SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. A Sociedade Monte Pio dos Artistas: Um momento do Mutualismo em Salvador. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal. F.F. C. H. Salvador, 1981. (p. 20-21)

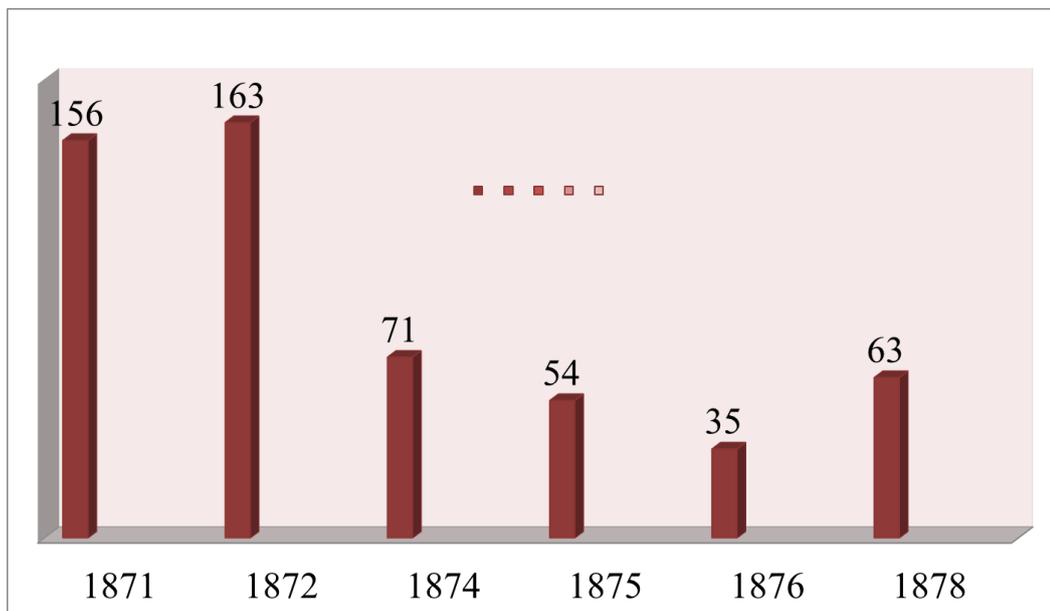
Sobre a instrução de comportamentos dos indivíduos no processo civilizador, Elias (1984b, p. 24) infere que civilização²¹ é composta pelas realizações, atitudes e comportamentos de pessoas, “[...] diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para a frente’”. A educação escolar é um meio de interação do aprendiz em sociedade. O ensino noturno para os adultos trabalhadores no século XIX se constituiu na mobilização da ação pública e particular de instruir a classe popular.

O século XIX pode ser considerado como um período de estruturação de instrução primária e, apesar da importância desse momento, escolarizar a população não era tarefa fácil. Os custos da instrução eram altos, então, os políticos apelavam para a crença de que ela seria a ferramenta eficiente para estruturar e desenvolver o Estado e solicitavam ajuda financeira da população para ‘investir’ na construção de prédios, adquirir materiais etc. (AMORIM, 2013, p. 205).

Após essas considerações sobre a instrução no século XIX, administradores políticos da província de Sergipe, na década de 1870, buscavam consolidar parceiros interessados na construção da escola Atheneu Sergipense, como médicos, engenheiros, comendadores, entre outros: “[...] para a edificação de prédios adaptados a instrução, resolvi emprender a edificação de uma casa em condições de prestar-se ao fim indicado, recorrendo para isso a generosidade de cidadãos prestimosos” (SERGIPE, 1871, p. 57).

Destaca-se que a construção da escola Atheneu era para a instrução pública de ensino secundário “[...] como nível de ensino que melhor poderia aos nossos propósitos em virtude de, pela sua missão, objetivo curricular e formativo, configurar um nível intermediário entre o ensino de primeiras letras e o nível superior” (FERRONATO, 2017, p. 111).

²¹ “O conceito francês e inglês de civilização pode se referir a realizações, mas também a atitudes ao ‘comportamento’ de pessoas, Pouco importando se realizaram ou não alguma coisa. No conceito alemão de Kultur, em contraste, à referência a ‘comportamento’, o valor que a pessoa tem em virtude de sua mera existência e conduta, sem absolutamente qualquer realização, e muito secundário. O sentido especificarem-te alemão do conceito de Kultur encontra sua expressão mais clara em seu derivado, o adjetivo kulturell, que descreve o caráter e o valor de determinados produtos humanos, e não o valor intrínseco da pessoa. Esta palavra, o conceito inerente a kulturell, porém, não pode ser traduzido exatamente para o francês e o inglês. (ELIAS, 1994b, p. 24).

Gráfico 3 – Frequência dos alunos do curso de ensino noturno em Sergipe

Fonte: Quadro elaborado com base nos Relatórios de Presidentes da Província de Sergipe, 1871, 1872, 1874, 1875, 1876, 1878. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 14 de março de 2020.

Ressalta-se que a oferta da instrução primária elementar gratuita se propagava como instrumento incentivador na educação para aqueles indivíduos trabalhadores. O ensino noturno se configurava na esperança da classe popular de aprender a ler, escrever e as operações matemáticas necessárias no processo de contar, somar, diminuir e dividir. Configurava-se que, antes, o incentivo para a instrução da educação por parte do sistema público era a oferta da instrução primária para as crianças serem alfabetizadas e passarem para o ensino secundário. Os que não tiveram a oportunidade quando crianças ficavam fora do acesso às escolas. Essa era a oportunidade que todos podiam ter e realizar seu desejo de aprender a ler.

A proposta do projeto do curso de aulas noturnas era destinada aos trabalhadores que se viram privados da escolaridade devido às suas atividades necessárias à sobrevivência. Além desse objetivo, tinha-se o propósito de combater as altas taxa de analfabetismo, bem como a ociosidade e a violência que existia na província. A educação era utilizada para assegurar o desenvolvimento do ser humano, no sentido de aprender as condutas da religiosidade, da moral e da ética, necessárias numa sociedade: “[...] educação é um processo pelo qual se modelam

comportamentos, valores, crenças. Através dela o indivíduo é capaz de aprender os significados do grupo social no qual está inserido” (NASCIMENTO, 2007, p. 26).

O quadro a seguir refere-se à instrução da população de Sergipe entre homens, mulheres e crianças.

Quadro 7 – Instrução escolar da população de Sergipe em 1872

INSTRUÇÃO ESCOLAR							
Homens		Mulheres		População escolar de 6 a 15 anos			
Sabem ler e escrever	Analfabetos	Sabem ler e escrever	Analfabetas	Meninos		Meninas	
				Frequentam Escola	Não frequentam Escola	Frequentam Escola	Não frequentam Escola
18.687	56.052	10.447	68.431	3.404	14.934	1.832	17.833

Fonte: senso do IBGE de 1872. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v12_se.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2020.

O nível de escolaridade em Sergipe era muito baixo, principalmente entre as mulheres, já que poucas exerciam a prática de ler e escrever. A quantidade de crianças que ficavam fora da escola sem a oportunidade da instrução formal era um número elevado, devido às condições de trabalho às quais seus pais eram submetidos, porém observa-se que, em 1872, o número de escolas públicas aumentava em relação a anos anteriores.

Nesse campo educativo, em 1845, a província de Sergipe tinha 32 escolas públicas; em 1855, a quantidade de escolas dobrou, passando para 69; em 1865, cresceu para 77; em 1875, atingiu o número de 153 escolas. Conforme as informações do INEP (1984) “[...] no quinquênio 1870/75, marcado pela atuação de Manuel Luís à frente da instrução Pública de Sergipe, registrou-se um dos mais altos índices de crescimento da matrícula nas escolas sergipanas”, apresentando um número bastante expressivo.

Em 1870, o número de alunos matriculados nas escolas Públicas de Primeiras Letras em Sergipe atingia a 4.133, sendo 2.580 homens e 1.553 mulheres. Mas o ensino estava, na Província, em marcha crescente, excetuando a década de 1855/1865, que sofreu o impacto de fatores internos como a epidemia de cólera-morbo, que castigou a

Província, ao lado da seca, e de fatores externos ligados à crise cíclica do capitalismo mundial com profunda repercussão nos setores do comércio de exportação, conforme dizem os dados estatísticos (INEP, 1984, p. 26-27).

O diretor da instrução, Manoel Luiz, foi o articulador da reforma de 24 de outubro de 1870. Após a instalação do Atheneu para o ensino secundário, com o funcionamento dos cursos de Humanidades e Normal, o número de estudantes em 1875 atingiu 468 alunos. Escolas particulares ganhavam, também, destaque: o Colégio São Salvador ensinava primeiras letras e aulas secundárias. No interior, destacavam-se os centros urbanos ligados à produção açucareira, como as cidades de Estância, Laranjeiras, Maruim, Capela e Japarutuba.

3.2 A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DO ENSINO NOTURNO PARA A CLASSE POPULAR DOS TRABALHADORES

Nos relatórios da província, de 1871 a 1873, os dados referentes aos profissionais do ensino da instrução pública indicam que as aulas eram ministradas tanto por professores da instrução pública como de instituições particulares. Na capital Aracaju, o ensino era realizado por matérias pelos professores públicos que ensinavam em anexo ao Atheneu e ministravam mais de uma, de acordo com sua especialidade. A seguir, relação dos primeiros professores do Atheneu conforme os relatórios da província: “Horácio Uripia; Dr. Thomaz Diogo Leopoldo; Professor Geminiano Paes d’Azevedo; Dr. João Gomes Vieira Dantas; Professor Alexandre José Teixeira; e Professor Raphael Archanjo de Moura Mattos.” (SERGIPE, Relatório. 14 de agosto de 1871, p. 5).

O ensino noturno realizado na cidade de Laranjeiras, berço da cultura sergipana, ocorreu em um prédio particular, privado, pertencente à Associação Monte Pio dos Artistas, porém, em acordo com a província, as aulas eram ministradas por professores públicos. Frequentavam as aulas os trabalhadores e os artistas. Na fazenda “Engenho Novo”, município de Santa Luzia, as aulas eram frequentadas por 15 lavradores que trabalhavam durante o dia e à noite eram incentivados pelo professor João Madureira, que ministrava aulas gratuitas, sem nenhum tipo de remuneração só pelo gosto e prazer de dar instrução das primeiras letras aos adultos que desejavam aprender a ler e escrever.

Anúncios de jornais confirmam que no meio rural também eram ministradas aulas noturnas de primeiras letras em Santa Luzia – no Engenho Novo – pelo professor João Manoel Madureira. Lavradores frequentavam essas aulas. A família do coronel Martins Fontes recebia instrução escolar diurna pelo professor citado. Porém, à noite, os trabalhadores empenhados em aprender a ler e escrever recebiam gratuitamente as instruções da língua portuguesa, sendo a sua a primeira iniciativa na província (JORNAL DO ARACAJU, 1872, n. 23.257, p. 1).

A instrução pública primária também recebeu contribuições muito proveitosas através de iniciativas de

[...] associações que contribuíram com o estabelecimento das escolas para as camadas populares e do ensino pela caridade, que não era conhecido pela nação, mas que aquela perfeição tivesse uma razão de ser um ideal um modelo (JORNAL DO ARACAJU, 1875, nº 1072, p. 33).

Observa-se que, em outras províncias, professores também faziam esse ato benéfico e civilizatório de dar aulas gratuitas para as pessoas adultas que trabalhavam e não tiveram oportunidade de aprender a ler e escrever quando criança. Esse exemplo de caridade e solidariedade com o próximo foi praticado por professores em vários locais e cidades do Brasil, como no Rio de Janeiro, Alagoas entre outros. Era uma forma de contribuir com a educação do povo mais humilde e para a civilização e progresso do Brasil. Correia (2011) afirma o incentivo das aulas noturnas:

[...] várias aulas e cursos noturnos foram criados, ora por iniciativa do governo provincial, ora por particulares, como a ação individual de professores ou até mesmo de associações, agremiações literárias que destinavam instruir os 'desvalidos' da sorte. Tais iniciativas surgem muito provavelmente como um desejo da elite letrada na tentativa de dar uma cara moderna ao País do que promover a ascensão da cultura letrada para aqueles economicamente pobres (CORREIA, 2011, p. 16).

Em Sergipe, as aulas noturnas foram instituídas nas cidades mais populosas e desenvolvidas como a capital Aracaju, Laranjeiras, São Cristóvão e Estância. Outros municípios também foram contemplados com aulas noturnas particulares como o caso de Rosário do Catete. As aulas noturnas eram ministradas pelos

professores Antônio Dias de Pinna e Antônio Ludgero de Oliveira Queiroz, que instituíram uma escola particular. Em Carrapicho, povoado de Vila Nova, as aulas noturnas de instrução das primeiras letras para os adultos trabalhadores eram ministradas pelo professor Antônio Baptista de Oliveira Valadão.

Uma escola noturna de ensino de primeiras letras na cidade de Santa Luzia do Itanhy também foi identificada. Essa escola tinha aulas ministradas pelo professor público Pedro José Gonçalves e pelo professor adjunto José Inácio de Andrade. Na cidade de Laranjeiras, a instrução de primeiras letras do ensino noturno era ministrada pelo professor do ensino público Esperidião Luciano de Jesus. Havia, também, o ensino linguístico do Latim.

Os professores tiveram o papel fundamental na instrução do ensino noturno, principalmente o diretor da instrução pública Manoel Luiz que também atuou como professor de história de Sergipe e do Brasil, assim como os que participaram de forma voluntária, sem receber nenhum custo pelo seu trabalho de ensinar à noite. Depois da labuta de ensino durante o dia com o ensino das crianças, sobrava coragem para se dedicar de forma gratuita ao ensino dos adultos trabalhadores, como é o caso do professor João Madureira da fazenda Engenho Novo no município de Santa Luzia do Itanhy.

Foi instituído o ensino de instrução público noturno para ensinar os meninos pobres de alguns povoados, que também trabalhavam. Os meninos ficavam fora do ciclo de ensino diurno. Foram beneficiados no povoado do município de Laranjeiras “com o cidadão Cassiano Pereira D'. Araujo, O ensino dos meninos pobres do povoado da Pedra Branca, no termo de Laranjeiras” (SERGIPE, Relatório. Março de 1875, p. 17).

O município de Itabaianinha também ofertou a instrução de ensino noturno primário para as crianças que trabalhavam durante o dia. As aulas tinham o mesmo procedimento das ministradas para os trabalhadores adultos. As ofertas de aulas noturnas eram principalmente para os trabalhadores que não podiam estudar durante o dia e ficavam fora do sistema escolar de aprender a ler, escrever e somar.

O quadro a seguir detalha os professores que fizeram parte da instrução do ensino noturno em Sergipe.

Quadro 8 – Professores do ensino público e particular de Sergipe (1871–1872)

CIDADES	PROFESSORES E AUXILIARES DO ENSINO PÚBLICO NOTURNO	PROFESSOR ADJUNTO DO ENSINO PÚBLICO NOTURNO	ALUNO AUXILIAR DO ENSINO PÚBLICO NOTURNO	PROFESSOR DE ENSINO PARTICULAR NOTURNO	MATÉRIAS
Aracaju	- Horácio Urpia; - Thomaz Diogo Leopoldo; - Germiniano Paes d'Azevedo; - João Gomes Vieira Dantas; - Alexandre José Teixeira; - Raphael Archanjo de Moura Mattos.	-	- Balthazar de Arcanjo Góes; - Francisco José de Góes Junior.	-	- Gramática nacional; - Língua francesa; - Comércio e escrituração mercantil; - Desenho linear; - Instrução de primeiras letras.
Laranjeiras	- Esperidião Luciano de Jesus	-	-	-	- Instrução de primeiras letras; - Latim.
Maruim	-	-	-	-	-
Estância	-	-	-	-	- Francês e Latim
São Cristóvão	-	-	-	-	- Francês
Santa Luzia	- Pedro José Gonçalves	- José Inácio de Andrade	-	-	- Instrução de primeiras letras
Fazenda Engenho Novo (S. Luzia)	-	-	-	- João Manoel Madureira	-
Propriá	-	-	-	-	-
Rosário do Catete	-	-	-	- Antônio Dias de Pina; - Antônio Ludgero de Oliveira Queiroz.	- Instrução de primeiras letras
Povoado Carrapicho Vila - Nova	- Antônio Baptista de Oliveira Valadão	-	-	-	- Instrução de primeiras letras

Fonte: Quadro elaborado com base nos Relatórios de Presidentes da Província de Sergipe, (1871, 1872) e Jornal do Aracaju de 1872. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>
Acesso em: 3 de junho de 2020. - Jornal do Aracaju de 1872, 1873, Sergipe. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/69/simplesearch?query=jornal+do+Aracaju+de+1871>.
Acesso em: 14 de março de 2020.

Nota-se que os professores Horácio Urpia, Thomaz Diogo Leopoldo, Professor Germiniano Paes Azevedo, João Gomes Vieira Dantas, Alexandre José

Teixeira e Raphael Archanjo de Moura Mattos lecionavam em Aracaju, no anexo da escola Atheneu Sergipense. A equipe de professores do ensino noturno era formada pelos mesmos que lecionavam no período diurno no curso de Humanidade do ensino secundário.

Os professores da instrução de ensino público que ensinavam no período diurno eram incentivados pela província a receberem uma gratificação extra para ensinar no curso de ensino noturno aos adultos trabalhadores.

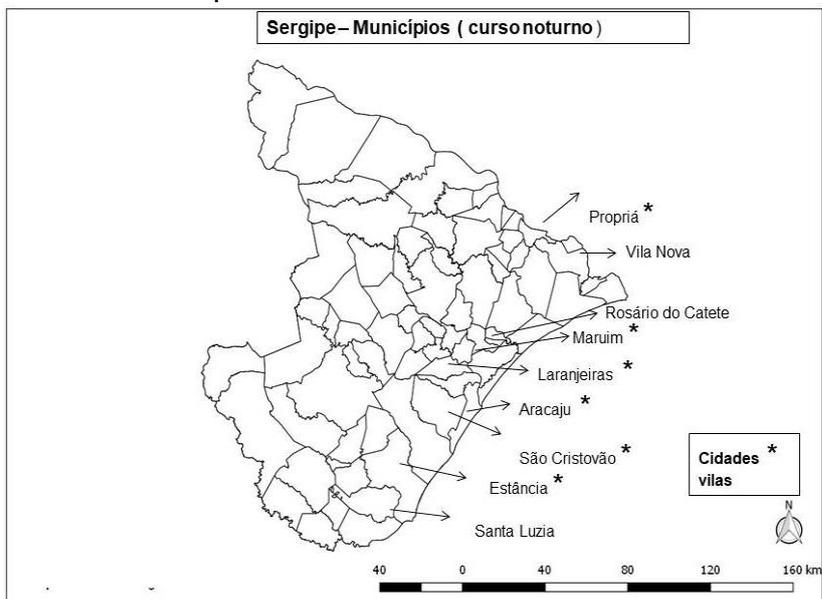
O professor do ensino noturno Esperidião Luciano de Jesus lecionava em Laranjeiras, na instrução de ensino público, mas o espaço cedido para as aulas foi a Associação de Monte Pio das Belas Artes. Os professores do ensino particular Antônio Dias de Pina e Antônio Ludgero de Oliveira Queiroz lecionavam em Rosário do Catete. Professor João Manoel Madureira lecionava para os lavradores da Fazenda Engenho Novo no Município de Santa Luzia.

A instrução de primeiras letras também foi de responsabilidade do professor Antônio Baptista de Oliveira Valadão no Povoado Carrapicho, Município de Vila-Nova, que lecionava para os adultos e jovens que não tiveram a oportunidade de estudar devido aos trabalhos braçais realizados com seus pais. No município de Maruim, não foi identificada a localização de onde aconteciam as aulas e nem os professores. O mesmo ocorreu com as aulas na cidade de Propriá.

Os professores tiveram a importância de assumir a responsabilidade do ensino noturno, o qual tiveram o papel fundamental na instrução das aulas, mesmo ganhando uma pequena gratificação. Contribuíam com a sociedade da classe popular na organização das aulas, e na satisfação de transmitir o conhecimento necessário a todos os adultos e jovens trabalhadores que se dispuseram em aprender a ler e escrever.

Com relação às matérias que eram ensinadas, a de primeiras letras era a mais procurada. Gramática nacional, comércio e escrituração mercantil, desenho linear representando as artes, História de Sergipe e do Brasil, assim com o Latim e Francês também faziam parte do ensino noturno. O mapa a seguir apresenta os locais da província sergipana que aderiram ao ensino noturno.

Figura 4 – Mapa de Sergipe apresentando as cidades e vilas que instituíram a instrução do ensino noturno para os adultos trabalhadores no século XIX



Fonte: Mapa elaborado com as informações dos relatórios de presidentes da Província de Sergipe de 1871 a 1874.

Observa-se que as escolas noturnas ficavam centradas na parte litorânea da Província, onde o foco de cidades era presente e continha um número elevado de trabalhadores autônomos ou operários como era designado na época.

4 A CONTRIBUIÇÃO DE ANTÔNIO CÂNDIDO CUNHA LEITÃO À EDUCAÇÃO EM SERGIPE E NO BRASIL

Nesta seção, o objetivo é analisar a trajetória de um personagem, Antônio Cândido da Cunha Leitão, que marcou a história da instituição do curso de ensino noturno para os adultos trabalhadores na província de Sergipe e defendeu a educação popular de instrução pública como representante no legislativo do império brasileiro. Estudos biográficos nos fazem refletir sobre como os escritos podem nos aproximar dos vestígios do passado para compreendermos o presente. A ação atuante do parlamentar e administrador Cunha Leitão torna fundamental que se faça um levantamento e estudo de sua contribuição no campo da história da educação.

Nos documentos escritos históricos, têm-se como fontes os relatórios de presidentes da província de Sergipe, anúncios de jornais e relatórios do Ministro dos Negócios do Império, assim como projetos e discursos nos anais da câmara dos deputados e senadores representantes da assembleia imperial. Esse acervo documental representa um patrimônio brasileiro. Para Le Goff (1994, p. 103) todo “documento é um monumento. Resulta de esforço das sociedades históricas para impor o futuro – voluntário ou involuntário – determinando a imagens de si próprio”. Continuando, o autor afirma:

Ora esta desmontagem do documento–monumento não pode fazer-se com o auxílio de uma única crítica histórica. Numa perspectiva de descobrimento dos falsos, a diplomática cada vez mais aperfeiçoada, cada vez mais inteligente, sempre útil, repetindo-os, é suficiente. Mas não pode – ou pelo menos, não pode sozinha explicar o significado de um documento/monumento como um cartulário. Produto de um centro de poder, de uma senhoria quase sempre eclesiástica, um cartulário deve ser estudado numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual [...]. Foi dito justamente, que um cartulário continua um conjunto de provas que é fundamento de direito (LE GOFF, 1994, p. 104).

Observa-se no argumento de Le Goff a importância da escrita de um documento, que pode transformar-se em um monumento histórico dependendo de sua preservação e conservação. Para Chartier (2002), os historiadores tomaram consciência de que a história das construções das identidades sociais e narrativas encontra-se transformada em uma história das relações simbólicas de força, principalmente após a dominação dos procedimentos estruturalista e formalista que sustentam a reflexão das ciências humanas e sociais nos discursos, na prática e nas

representações. Na atualidade, nos laços entre a crítica textual e a história cultural se inventam novos espaços intelectuais

[...] sem reduzi-la a uma história da difusão social das ideias a história intelectual deve então estabelecer como central a relação do texto com as leituras individuais ou coletivas que cada vez o constroem (isto é, decompõem-no para uma recomposição) (CHARTIER, 2002, p. 55).

Desses laços da cultura letrada e textual histórica, é importante lembrar que na época do Imperador D. Pedro II, os homens letrados eram os mais privilegiados a ocupar os melhores cargos de confiança do Império, principalmente, os que tinham status de família rica, de preferência os bacharéis em direito. Da mesma forma, eram os que participavam dos cenários político e administrativo do poder legislativo. Compondo a assembleia dos deputados e senadores, Cunha Leitão era um aliado do governo imperialista, fazendo parte do comportamento da sociedade e da elite do Império brasileiro, como discorre o texto a seguir:

[...] alianças pessoais e políticas garantiam diversas formas de proteção e apadrinhamento. Com base nas distinções, oriundas do acesso a instrumentos de saber e às relações de poder, os homens letrados constituíam camada restrita da população, pertencendo às elites culturais, o que, porém, não significava necessário pertencimento às elites econômicas. No grupo pesquisado pelo autor, havia 10% de letrados nascidos em famílias senhoriais e proprietários de terras e escravos, 38% oriundos de famílias constituídas por profissionais liberais e 38% de militares e padres (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 67).

Tendo em vista as informações de Gondra e Schueler (2008), a cultura letrada no Brasil era restrita, pertencente à classe dominante. No final da década de 60 do século XIX, o Império brasileiro passava por uma forte crise por conta dos conflitos da guerra do Paraguai. Além disso, os sinais dos movimentos abolicionistas que já circulavam eram os principais debates no sentido do combate à escravidão dos negros em prol da libertação dos escravos. Outro fato era o de que o país era atrasado em termos de educação, apresentando alta taxa de analfabetismo. Então, o governo imperial tinha que tomar medidas para o combate às mazelas: era preciso uma proximidade dos países modernos e civilizados. Investir na educação popular era o caminho viável para o processo civilizador.

Naquela situação, o governo imperial precisava erguer o Estado e Cunha Leitão era um dos seus aliados promissores. Na corte imperial na cidade do Rio de Janeiro, já havia o incentivo de educação popular para a classe trabalhadora, pela iniciativa de agremiações particulares privadas, por casas de associações filantrópicas e pela “*Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*”. O estado imperial apoiava e incentivava as instituições privadas no auxílio com espaço físico, cedendo prédio para a realização das aulas de instrução das primeiras letras. O ensino de aprender a ler, escrever e somar beneficiava jovens e adultos trabalhadores e, até crianças pobres fora da escola que também exerciam a tarefa do trabalho. Conforme Costa (2007, p. 121) “as associações de caráter privado que marchavam nos rumos da beneficência também procuravam o mínimo de gastos possíveis com a ‘nobre ação’ de levar a ‘luz da instrução’ àqueles ‘deserdados da sorte’”. A autora Costa discorre que:

[...] neste sentido, solicitam o apoio do Estado, não em palavras de incentivo, ainda que prezem os títulos e honrarias imperiais como reconhecimento, mas principalmente ações de incentivo material, como liberação de espaço em prédios públicos e o próprio fornecimento de subsídios. Trata-se então, de recolocar a questão: quem estaria, então, disposto a gastar ‘quanto fosse necessário’ com a ‘tão relevante’ instrução primária de jovens e adultos trabalhadores (COSTA, 2007, p. 121-122).

Diante dos diversos problemas pelos quais passava o Império, D. Pedro II pretendia investir também na educação popular, pois seria como um remédio na cura de sintomas apresentados no país. Buscava esperança no enfrentamento do problema e era na sua equipe de apoiadores que os debates sobre educação popular se fortaleciam. Sobre o discurso da instrução educacional, Costa diz: “Estado imperial enfatizava a importância do desenvolvimento da instrução popular como forma de elevar o Brasil ‘ao concerto das nações civilizadas’ e, não raro, solicitava para isso a contribuição da iniciativa particular associada.” (COSTA, 2016, p. 127).

O apoio da corte imperial concedido à iniciativa privada nas instruções de ensino noturno para trabalhadores serviu de reflexões e lição para o Estado Brasileiro. Esse fato contribuiu na tomada de decisão para a instrução educacional à classe popular. Apesar dos problemas que o Império passava no pós-guerra do Paraguai, o Brasil estava em crescimento tanto no mercado comercial interno,

através da fabricação e circulação de mercadoria, quanto no setor educacional, com o aumento do número de escolas particulares. “[...] a educação ingressara definitivamente na agenda das preocupações sociais, sendo objeto de soluções variadas para atender a uma população heterogênea que precisava ser minimamente educada e disciplinada” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 11).

Como observa-se, havia um desejo por parte dos governantes em uma organização para a modernização da sociedade, tanto no comportamento moral quanto no religioso. Para isso, era preciso educar a classe popular através da instrução do ensino noturno. Sobre as práticas educacionais em associações de trabalhadores da corte no Rio de Janeiro, já existiam organizações das associações dos trabalhadores em proteção dos direitos dos seus familiares e na luta por escolarização levada a cabo por sujeitos considerados avessos à educação ou carentes dela. Sobre isso, Costa (2016, p. 50) ressalta que “[...] a percepção das organizações de trabalhadores como objeto de estudo para a História da Educação e também para a compreensão da educação particularmente de caráter não formal como dimensão de pesquisa para a história dos mundos do trabalho”.

Assim, as reflexões da luta sobre educação popular, especificamente das classes trabalhadoras, já eram vistas como urgentes. O Estado imperial precisava articular ações emergenciais em favor da civilização do país e o caminho viável era instituir a educação popular dos trabalhadores em todas as províncias do território brasileiro. Os presidentes de províncias escolhidos pelo Imperador tinham a missão de importante responsabilidade para exercer sua função, por isso era tamanha a autoridade da escolha daquele cidadão pelo estado imperial.

Continuando com esse estudo, as capitânicas da colônia brasileira, após a independência do Brasil de Portugal, foram transformadas em províncias²² e assim permaneceram durante todo o período imperial: seus governantes eram denominados presidentes e nomeados pelo imperador. O presidente da província não tinha um mandato fixo, podendo ser exonerado ou pedir afastamento. Por essa possibilidade, na falta do dirigente subordinado ao Imperador, era escolhido pela

²² Art. 165. Haverá em cada província um presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender que assim convém ao bom serviço do Estado. Art. 166. A lei designará as Suas atribuições, competência e autoridade, e quanto convier ao melhor desempenho dessa administração. BRASIL, **Constituição de 1824, Império do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 25 de março de 2020.

assembleia local o vice-presidente para exercer o cargo enquanto o novo presidente fosse nomeado, por carta imperial, para assumir o governo.

Em 1871, Antônio Cândido da Cunha Leitão foi nomeado pelo Estado imperial para ser o presidente da província de Sergipe e assumir o lugar do antecessor, Francisco José Cardoso Júnior. O ofício de Cunha Leitão de dirigir uma província era de muita responsabilidade, um cargo de confiança do Imperador. Era um desafio, nova experiência na qual os limites e liberdades nas tomadas de decisões administrativas poderiam comprometer a imagem e figura daquele ser e de outros elementos envolvidos. Elias (2001, p. 13) fala da “[...] ‘liberdade’ de cada indivíduo como inscrita na cadeia de interdependências que o liga aos outros homens e que limita o que lhe é possível decidir ou fazer”. O autor acrescentou que:

[...] as redes de dependências recíprocas que fazem com que cada ação individual dependa de toda uma série de outras, porém modificando, por sua vez, a própria imagem do jogo social. A imagem que pode representar esse processo permanente de relações em cadeia é a do tabuleiro de xadrez: ... como em um jogo de xadrez, cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, jogada que por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo — ou, na realidade, de muitos outros indivíduos (ELIAS, 2001, p. 13).

O ser humano tem suas limitações e dependências na esfera espacial e por isso necessitamos viver interagindo e compartilhando atos e criações nas relações interpessoais. De acordo com as reflexões de Elias (2001), sobre o jogo de xadrez como estratégia da ação humana, a contribuição de Cunha Leitão estimulava a educação popular como forma de colaborar com as transformações sociais. Dessa forma, o uso das peças do xadrez requer o desempenho da sociedade. É a partir das ações criativas que os cidadãos poderão transformar a sociedade.

A educação para os adultos aprenderem a ler, escrever e somar era a instrução básica que representava uma crença no poder de transformação da classe popular, e na capacidade da escola proporcionar o progresso e modernização social do Brasil, preparando o indivíduo para atuar no mercado de trabalho comercial e nas relações de compra e venda. O processo inicial de instalação das fábricas necessitava dessas transações de comercialização. Então, eram preferíveis pessoas que tivessem pelo menos a educação de instrução primária. Era forma de preparar a população para atuar na construção do futuro. Conforme Pereira (2016, p. 65), o século XIX foi marcado também por inúmeras mudanças na sociedade. A

inquietação na propagação da leitura e da escrita fez com que vários intelectuais se envolvessem no debate educacional no Brasil.

Os deputados Cunha Leitão, Oliveira e Paulinho, defensores da educação no legislativo do Império, conseguiram diminuir os empecilhos burocráticos da educação popular. Em 1872, notava-se o aumento no número de pessoas adultas sendo alfabetizadas: o índice de pessoas matriculadas que não sabiam ler e escrever cresceu em quase todas as províncias, embora nos anos seguintes o crescimento da procura pelo ensino noturno tenha sido mais lento se comparado a 1888. Como se observa, a taxa percentual de analfabetos era alta. Conforme Cleidiane Pereira (2016, p. 72), era possível perceber na população “[...] a situação de precariedade em que se encontrava a escolarização brasileira no período”. Continuando:

[...] No final do século XIX, o país contava com uma população analfabeta de 75%, e para os republicanos que haviam chegado ao poder, isso seria um entrave para o progresso do país, e com a sociedade se desenvolvendo desde a segunda metade do século XIX, o analfabetismo tornava-se um problema, sendo que a escola primária e as técnicas utilizadas na leitura e na escrita, poderiam ser o caminho para a conexão entre modernidade e conhecimento (PEREIRA, 2016, p. 65).

A instrução pública escolar de ensino noturno para a classe popular os adultos trabalhadores era uma forma de ocultar o atraso do analfabetismo do Império brasileiro distante dos países europeus.

4.1 ASPECTOS DA VIDA DE ANTÔNIO CÂNDIDO DA CUNHA LEITÃO

Antônio Cândido da Cunha Leitão nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 23 de outubro de 1845. Ele era filho de família nobre, do Dr. Antônio Gonçalves de Araújo Leitão e de dona Anna Rosa da Cunha Leitão. Estudou humanidades e bacharelou-se em letras, porém, não satisfeito, resolveu fazer o curso de ciências sociais e jurídicas, conforme as informações no dicionário de biografias “[...] jurídicas pela faculdade de São Paulo onde recebeu o grau de bacharel em 1868 e o grau de doutor em 1869” (BLAKE, 1883, p. 124).

A figura, a seguir, apresenta foto de Cunha Leitão em raríssimo livreto de sua autoria.

Figura 5 – Antônio Cândido da Cunha Leitão



Fonte: Raríssimo livreto Dr. Antônio Cândido da Cunha Leitão, da série contemporânea do Brasil, por P. de Lery Santos, Rio de Janeiro, 1876, acompanha litografia. Lote: 343. Disponível em: <http://www.albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=1860747>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

Cunha Leitão, o jovem escritor dedicado e reconhecido pelo seu talento, gostava de ler e escrever, representou e escreveu artigos para três revistas da época, intitulados “*Poder moderador*”, “*Crítica de Guisot*”²³ e “*Lhe attrahiu louvores*”. Como estudante, foi redator-chefe do jornal *Imprensa Acadêmico*²⁴ dos estudantes

²³ *Imprensa acadêmica*: idem. S. Paulo, 1868. Estas três revistas redigiu o doutor Cunha Leitão, sendo ainda estudante de direito. Um dos seus artigos publicados nesta última, a *Crítica de Guisot*, *Lhe attrahiu louvores*, assim como o artigo *Poder” moderador*. Theses e dissertação para obter o grau de doutor, apresentada e sustentada em 1869. S. Paulo, 1869 (BLAHE 1883, p.124). Disponível: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681> . Acesso em: 20 de maio de 2020.

²⁴ *JORNAL*, *Imprensa Acadêmico*, jornal dos estudantes de São Paulo. Literário, Noticioso, Científico e comercial. Redator em Chefe. Antônio Cândido da Cunha Leitão. Anno II, nº 21, quinta feira 8 de

de São Paulo em 1868. Após terminar seus estudos, foi convidado e nomeado oficial de gabinete do ministro do Império, o conselheiro José Martiniano de Alencar, além de secretário de estado dos negócios da justiça na corte.

Em 1871, Cunha Leitão foi nomeado pelo Imperador D. Pedro II presidente da província de Sergipe, cargo que ocupou pelo curto período de três meses: de 11 de maio de 1871, quando tomou posse, a 14 de agosto do mesmo ano. Durante a sua administração, ele fez mudanças no campo educacional da província, favorecendo a população mais pobre através do projeto educacional proposto na assembleia provincial para ser votado pelos deputados. O curso da instrução de ensino noturno para a classe popular – os adultos trabalhadores –, na capital Aracaju²⁵ e nas cidades mais desenvolvidas como Laranjeiras, São Cristóvão, Maruim, Estância e Propriá, foi aprovado pela assembleia.

Cunha leitão retornou para a Corte do Rio de Janeiro e foi eleito como deputado da assembleia geral pelo partido conservador. Como parlamentar, representou ao município da Corte, no Rio de Janeiro, na assembleia provincial e na geral, durante a 15^a e a 20^a legislaturas. Sempre com ideias iluminadas em defesa dos mais necessitados, apresentou projetos em prol da educação e da lavoura conforme esclarecimentos. “[...] Cunha Leitão, discurso proferido na câmara dos senhores deputados. Rio de Janeiro, 1875, in-8^o. Liberdade do ensino superior: discurso proferido em sessão de 4 de setembro de 1877. Rio de Janeiro, 1877” (BLAHE, 1883, p. 124).

Cunha Leitão morava na Corte do Rio de Janeiro e como todo cidadão de família era casado com a quarta filha do comendador Joaquim Breves e D. Maria Izabel Breves, neta do Barão de Pirathy. O comendador era considerado o Rei do

Outubro de 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=385867&pagfis=403>. Acesso em: 3 de junho de 2020.

²⁵ criei n'esta capital um curso de aulas nocturnas. Esse acto assim se exprime: Presidente Província, attendendo urgente necessidade de disseminar-a instrução por todas as classes da sociedade e principalmente por aquellas que, dedicando as Horas do-dia ao trabalho, vêem-se privadas dos benefícios da eschola, e no intuito delegar a província uma instituição em que essas classes laboriosas possam, no descanso de seus affazeres, applicar as noites ao Cultivo da intelligência e a aquisição de conhecimentos uteis. SERGIPE, Relatório de Presidente da província de 1871 (14 de agosto de p. 3). Disponível em: Provincial Presidential Reports (1830-1930): <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe> Acesso em: 5 de janeiro de 2020.

Café, dono de vastas terras e fazendas. Sua filha, D. Nina de Souza Breves²⁶, era a esposa de Antônio Cândido da Cunha Leitão.

Antônio Cândido da Cunha Leitão faleceu aos quarenta e dois anos de idade no dia 11 de maio de 1888 na cidade do Rio de Janeiro. Seu falecimento inesperado causou dolorosa repercussão na cidade, principalmente nos que tinham bastante afinidade com suas ideias. Foi deputado das assembleias provincial e geral por várias legislaturas, representante do povo mais humilde – apresentando e aprovando projetos em defesa da lavoura e da educação primária e secundária – e, foi também, a favor do ensino livre.

Enquanto deputado, Antônio Cândido da Cunha Leitão era querido pelo povo da corte do Rio de Janeiro, que o estimava e tinha todo respeito e admiração ao homem inteligente e criterioso pelas suas qualidades e personalidade. Com a morte daquele personagem, quem mais perdia era o povo e a educação de instrução pública. Cunha Leitão foi um dos defensores da educação pública popular. Como deputado provincial e geral, suas ideias educacionais iluminadas eram um dos seus mais ardentes projetos propagadores, principalmente o de ensino da instrução pública para os adultos trabalhadores.

O seu sepultamento foi realizado no cemitério São Francisco de Paula, Mausoléu da família do visconde de Mauá: o Cemitério da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula²⁷, conhecido como Cemitério do Catumbi, uma

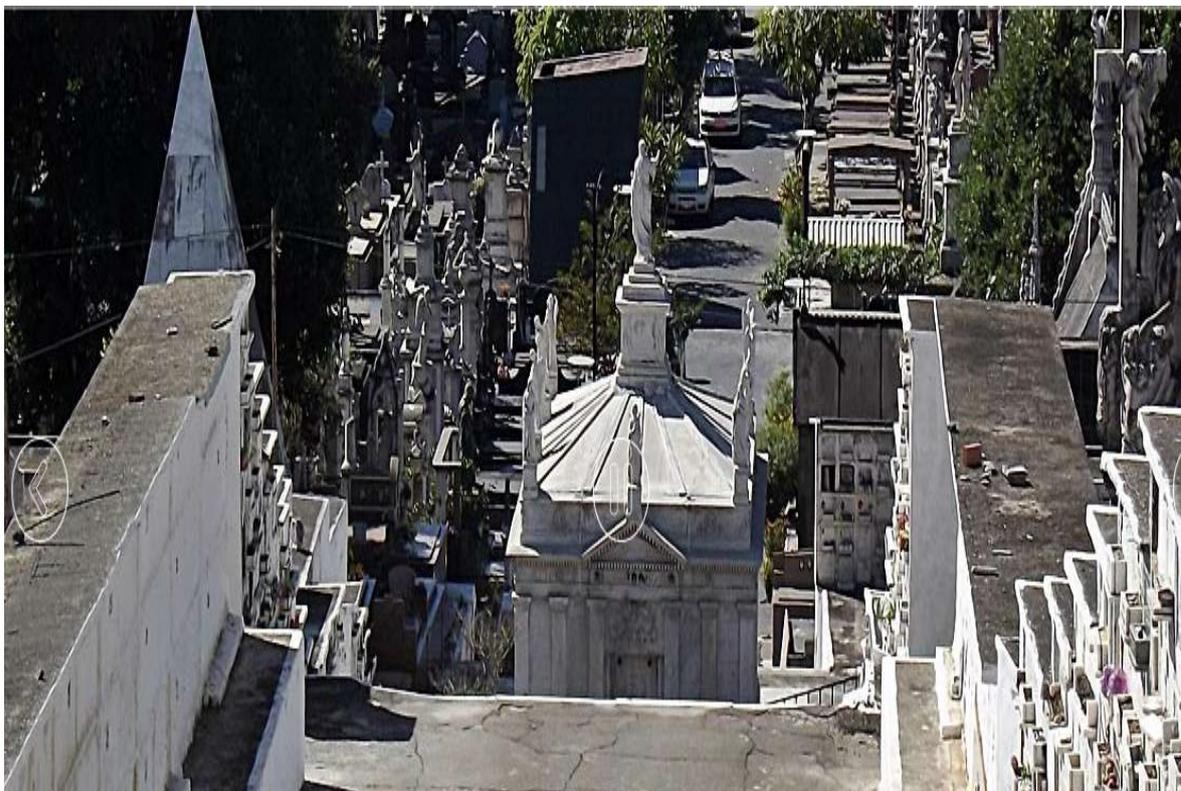
²⁶ O comendador Joaquim Breves, casou-se em 18 de abril de 1831 com D. Maria Izabel de Moraes Breves, filha legítima do Barão de Pirahy, senhora de altos dotes e virtude que manteve sempre a felicidade do lar. Desse consórcio, teve os seguintes filhos: D. Cecília Breves Cornelio dos Santos, casada com o comendador João Martin Cornelio; D. Maria Izabel Breves Costa, viúva do coronel Silvino José da Costa; D. Rita de Lauro Breves, condessa de Fé; D. Nina de Souza Breves, hoje viúva do Dr. Antônio Cândido da Cunha Leitão. JORNAL, Regeneração. Anno XXI, nº 224, P.2- Rio de Janeiro. Sábado 19 de outubro de 1889. Referência. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=709603&pagfis=10098&url=http://memoria.bn.br/docreader>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

²⁷Sobre o falecimento do deputado Cunha Leitão, informa folha 12: Causou dolorosa impressão na cidade o noticiário espalhado hontem de manhã do inesperado falecimento do Dr. Antônio Cândido da Cunha Leitão, deputado do geral pela 12^o districto da província do Rio de Janeiro. Era filho do Dr. Antonio G. de Araújo Leitão e nasceu á 23 de Outubro de 1845 nesta cidade, onde estudou humanidade e bacharelou se em Letras no imperial colégio Pedro II. Partindo para São Paulo, recebeu ali o grau bacharel em ciências Juridicas e sociais, e em seguida o de doutor em direito. Deputado provincial e geral por várias legislaturas e Presidente da Província de Sergipe, em toda sua vida politica mostrou-se sempre o Dr. Cunha Leitão inteligente e criterioso, pelo que era aceitado e estimado por quantos o conheciam. Nelle perde a instrução pública um dos seus mais ardentes propagadores. Era Veador de S. M. o Imperador e Grã- Cruz da ordem de Santo Sepulchro. Seu cadáver foí dado à sepultura hontem à tarde no cemitério de S. Francisco de Paula. JORNAL, Diário de Pernambuco. nº 3. Anno LXIV, Edição oo113 (sábado 19 de Maio de 1888. p.2) Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_06&pagfis=20122. Acessado no dia 20 de maio de 2020.

das tradicionais necrópoles da cidade do Rio de Janeiro. A foto a seguir representa sua localização.

Figura 6 – Cemitério, local do sepultamento de Antônio Cândido da Cunha Leitão



Fonte: Foto da igreja e caminho do cemitério da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco no Rio de Janeiro, local onde Cunha Leitão foi sepultado. Disponível em: <https://cemiteriodocatumbi.com.br/>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

O Cemitério de São Francisco de Paula, ou Catumbi, foi adquirido pela ordem terceira dos mínimos, no dia 12 de maio de 1849. No primeiro ano de funcionamento foram enterrados mais de três mil corpos, vítimas da epidemia da febre amarela na Corte. Restos mortais da nobreza foram enterrados na Igreja, o mais célebre enterro já ocorrido foi o do Duque de Caxias.

4.2 O LEGADO DE CUNHA LEITÃO EM SERGIPE

Cunha leitão foi nomeado para presidente da província de Sergipe e, como administrador, tomou posse no dia 11 de maio de 1871. A sua administração teve um curto período, mas deixou seu legado na educação sergipana. Apoiado pela câmara de deputados da assembleia provincial, aprovou o curso de ensino noturno

para a classe popular: os adultos trabalhadores, cuja instrução pública foi instituída na capital Aracaju e nas cidades mais desenvolvidas como: São Cristóvão, Laranjeiras, Maruim, Estância e Propriá. Conforme os relatórios do presidente da província informam:

[...] Compenétrado de que é a instrução pública a base do desenvolvimento individual e social; que o individuo e as sociedades progridem e se engrandecem a medida que as suas ideas se illustram, que os seus habitos e virtudes se formam em harmonia com as luzes que se Procuram; compenétrado de que este deve de ser o primeiro capítulo do programma de qualquer governo que, religioso no cumprimento dos seus deveres, busca ser o primeiro serventuario do seu povo; dediquei todas as minhas visilas a este ramo do serviço publico. O nobre pensamento de Sua Magestade o Imperador e do Governo de quem tive a honra de ser delegado, procurei realisal-o, quanto em mim coube, no rapido espaço da minha administração. Em seguida verás. V. Exc. quaes as medidas que neste intuito tomei, para as qua.es peço a bcnevola atenção de V. Exc.- Por acto de 10 de Junho último creei n'esta capital um curso de aulas nocturnas. Esse acto assim se exprime: Presidente Província, attendendo urgente necessidade de disseminar- a instrucção por todas as classes da sociedade e principalmente por aquellas que, dedicando as Horas do-dia ao trabalho, vêem-se privadas dos benefícios da eschola, e no intuito delegar a província uma instituição em que essas classes laboriosas possam, no descanso de seus affazeres, applicar as noites ao Cultivo da intelligencia e a aquisição de conhecimentos uteis; resolve crear n'esta capital um curso de aulas nocturnas, constantes do presente acto, que ficará dependente da aprovação da Assernblea legislativa Provincial, no que for de sua competencia (SERGIPE, Relatório. 14 de agosto de 1871, p. 2-3).

O curso de ensino noturno foi bem aceito pela população e os professores tiveram o apoio também do diretor de inspeção, Manoel Luiz de Azevedo Araújo, o qual se encontrava à frente da instrução pública de ensino primário e secundário da educação sergipana naquele período. O curso noturno beneficiava um público de trabalhadores como: funcionários públicos, porteiros, serventes e trabalhadores autônomos, alfaiates, marceneiros, ferreiros, comerciantes e outros. Em seus discursos, Cunha Leitão esclarecia o seu desejo de fazer valer seu esforço e desempenho em favor da instrução de ensino da educação do povo. Tinha o objetivo de elevar a província de Sergipe à mais alta posição em termos instrução pública educacional. Ele depositava toda confiança na inteligência do povo sergipano. O quadro a seguir relata as profissões da época.

Quadro 9 – Profissões na província de Sergipe em 1872

População considerada em relação às profissões								
Profissionais liberais		Profissionais: industriais e comerciantes		Profissões manuais ou mecânicas				
Juízes	16	Manufaturas e fabricantes	309	Costureiras	Operários			
Advogados	33	Comerciantes, guardas - livres e caixeiros	1188		Em metais	529		
Letário escrivão	25				Em madeiras	1.072		
Procuradores	34				Em tecidos	1.645		
Oficiais de justiça	45				Edificações	298		
Médicos	38				Couro e peles	134		
Professores	121				Em tinturaria	5		
homens de letras					De vestuários	623		
Empregados públicos	209							
Artistas	814						7.765	De chapéus
							De calçados	551
Total	1.335		1.497	7.765		4.878		

Fonte: primeiro senso do IBGE no Império do Brasil de 1872. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v12_se.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2020

Em relação às profissões, é notável que os números de profissionais liberais (1.335) e o de profissionais industriais e comerciantes (1.497), quando somados eram menores que o de profissões manuais ou mecânicas. Chama atenção o número de costureiras (7.765), que, somado ao número de operários (4.878), totaliza 12.643. O grupo classificado como operário era composto pelos “alfaiates, sapateiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, ferreiros, tipógrafos, encadernadores etc.” (ROMERO, 2001, p. 89).

Na província de Sergipe, assim como na maior parte do Brasil Império, os números de analfabetismo eram bastante elevados e, além desse fato, a violência era outro fator preocupante diante da criminalidade perturbadora que afrontava toda a população. Era preciso combater a ignorância e os maus costumes do povo através da instrução pública com o ensino gratuito. A necessidade do ensino das primeiras letras para a classe popular aprender a ler, escrever e as operações

matemáticas, assim como os ensinamentos religiosos, eram fundamentais para o processo de formação do homem civilizado. “A educação estava voltada assim para preparar o indivíduo para a nova sociedade que estava sendo produzida” (OLIVEIRA; MENDES, 2007, p. 328).

Referente à instrução de ensino público de aulas noturnas para a população adulta, especialmente para os trabalhadores a quem as escolas foram destinadas, tinha-se uma visualização espelhada no progresso do país que visava o processo de aceleração da modernidade e do capitalismo industrial, além do crescimento das cidades no Brasil e nos países europeus. O ensino popular noturno era aplicado de forma a civilizar o povo na atuação do mercado livre do trabalho. Para Correia (2011, p. 45), “esse foi objetivo específico nesse período para que o trabalhador pudesse atuar na indústria, nos serviços públicos, nas diversas atividades existentes e nos grandes centros urbanos”.

Dessa forma, a instrução de primeiras letras era cada vez mais importante; o ensino noturno se tornaria a evolução da sociedade da classe dos menos favorecidos e dos pobres. A escolarização desses indivíduos era favorável tanto para a vida econômica, quanto para a identificação do país como força política. Correia (2011) afirma que “o primeiro passo para consolidar esse processo era via escola. Escolarizar um grande contingente de crianças, jovens e adultos das classes populares do país”. Continuando, a autora Marilza da Silva Correia cita:

[...] intensificou-se no país a preocupação com a educação dos pobres, dos excluídos, dos escravos, daqueles que, à época, eram chamados classes inferiores da sociedade. Assim, um pequeno grupo de políticos e intelectuais, que desejavam um Brasil civilizado e poderoso encarregou-se de fazer a defesa da necessidade de difundir a educação para a população. A educação escolar era vista como poderoso meio de fazer com que os mais pobres aceitassem a ordem social vigente (CORREIA, 2011, p. 44).

Nesse contexto, é importante lembrar que as ideias de Cunha Leitão em defesa da educação eram visíveis e fluentes. Em Sergipe, ele também instituiu aberturas das conferências públicas para incentivar os jovens no desenvolvimento artístico. Para a abertura do evento foram convidados os componentes que faziam parte da educação, os que administravam a instrução de ensino público, o diretor de inspeção, Manoel Luiz, professores e estudantes. Parte do relatório da administração de Cunha Leitão informa: “para inaugurar na província esta grande

instituição, convidei o Snr. Dr. Director da instrucção pública, como o mais competente para inicial-a e a quem enderecei a carta official que faço transcrever, de 19 de. Julho último”. Os escritos nos relatórios continuam:

[...] Como um dos mais poderoso meios de illustração das classes populares, institui as conferências públicas, que nos paizes mais adiantados da Europa e da America são consideradas de magnificos resultados para o povo, uma tribuna social onde os membros activos de uma sociedade vão, ouvir e aprender a exposição dos dogmas contidos em sua carta, a definição dos seus direitos, como a explicação dos seus deveres, uma cadeira para as letras e sciencias, um pulpito, emfin, para a religião e a moral: resolvi, pois, dar impulso a essa instuição, procurando aclimatal-a n'esta fecunda terra, onde abundam noções intelligentes e estudiosos, despertando o concurso d'esta distincta mocidade (SERGIPE, Relatório. 14 de agosto de 1871, p. 6)

As conferências eram realizadas uma vez por semana, de preferência à noite, para que todos tivessem a mesma oportunidade de participar. A abertura era feita pelo diretor da instrução pública que apresentava o tema a ser exposto e o orador que fosse expor suas ideias ou sua arte literária ou obra científica. Poderia haver mais de um expositor por noite, porém para evitar e não ter monotonia nas conferências, foram prescritos dois sistemas ou regulamentos. O orador poderia discorrer sobre uma tese de sua escolha – que poderia ser literária ou científica – ocupando a tribuna durante toda conferência sem interrupção. A outra ordem regulamentar era que quando houvesse mais de um orador que quisesse falar do mesmo tema, o apresentador faria a voz de abertura introduzindo o tema e os oradores e, em seguida, passava a fala para um dos oradores que, ao finalizar a sua fala, passava para o outro orador e esse faria um apanhado geral do que foi exposto ao concluir a sua fala.

Ainda sobre as conferências populares, a realização dos eventos ocorreu em uma das salas do edifício onde funcionava o Atheneu Sergipense. As conferências eram proferidas pelos professores, estudantes, secretários e diretores. Os conferencistas representavam com sucesso e tinham repercussão na capital Aracaju. O Secretário do Governo, Dr. Abreu e Lima, discorreu sobre o tema da “emancipação de elemento servil, despertou a necessidade da criação de associarem beneficentes”. O Relatório apresentado em sequência expõe:

[...] Diretor da-Instrução Pública em a noite de 23 de julho em uma das salas do edifício, onde funciona o Atheneu Sergipense, e ate hoje ja ter havido três conferências, sendo com infalível jubilo que vi o Gabinete Litterário Sergipano se associar-se a esta magnanima idea denunciando a; sim que a juventude, aguarda a vancada do progresso, no recusa preito e esforço aos pensamentos generosos, que são a última. palavra da redenção do individuo como da sociedade. Em bom dia vindo a luz a instituição das conferências populares, e apenas comercada a sua execução, principiar-lhe também a brotar melhores fructos (SERGIPE, Relatório. 14 de agosto de 1871, p. 9).

O presidente Antônio Cândido da Cunha Leitão, além de instituir o curso de instrução pública do ensino noturno para a classe popular dos trabalhadores, também instaurou as aulas da instrução primária pública no presídio da capital Aracaju para os presos. A escola funcionava três horas por dia e tinha obediência ao regulamento 13 do art. 18 da resolução provincial n. 916 de 5 de maio de 1871. Para obedecer às normas, dividiu-se o ensino de aulas primárias em duas turmas. O professor que ensinava era vinculado à instituição pública do próprio presídio. A instrução do ensino primário na casa de detenção causou discussões sociais entre apoiadores e não apoiadores ligados à educação.

Nesse contexto, observa-se que o ensino primário para aprender a ler e escrever no presídio foi o desejo de Cunha Leitão de dar instrução aos presos para atingir o rigor da pena e que, fatalmente, tinha ocorrido ao delinquente como que para reerguer o Estado da província na regeneração da violência e de crimes bárbaros, uma vez que o presidente acreditava na educação como uma solução no combate aos altos índices de crimes que permeavam todo o território da província Sergipana, combatendo a criminalidade de forma pacífica. Estes foram aspectos de um projeto educacional do processo civilizador para a sociedade brasileira e, na província de Sergipe, um ponto referencial dessa civilização foi a educação primária para educar e libertar os presos, afastando os réus das práticas criminosas pelas quais se encontravam enclausurados no presídio da capital sergipana, Aracaju. Em relatório de 1871 encontra-se o seguinte registro: “Art. 1º - Fica creada uma eschola de primeiras letras para o ensino dos presos e detentos na cadéa d'esta Capital” (SERGIPE, Relatório. 14 de agosto de 1871, p. 10).

Atendendo aos preceitos do regulamento que determinava que o professor, para atender a esse ensino de instrução primária, fosse funcionário público ou o próprio administrador da penitenciária. Quando houvesse outros além do

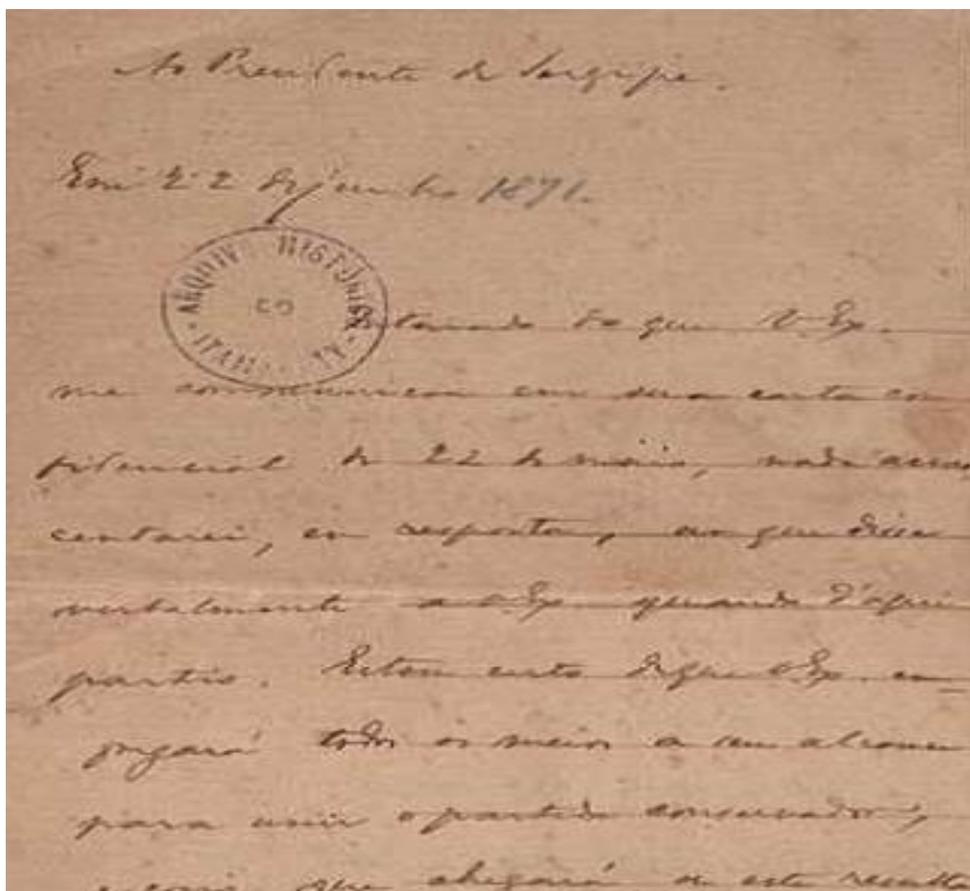
administrador, estes receberiam uma gratificação mensal no valor de trinta mil reis. Conforme informações documentais da província de Sergipe:

[...] o Presidente da – Província, considerando que a estatística criminal varia conforme a ignorância dos presos, e quo os crimes, na maior parte, são devidos a falta de instrucção, cuja base é o conhecimento das primeiras letras; attendendo a necessidade de educar o espírito dos criminosos condenados a cumprir sentença e no intuito de fazer eficaz a lei penal em seus efeitos morais, de modo que o criminoso saia da prisão regenerado e preparado para viver na sociedade : resolve, em vista do 13 do art. 18 da Resolução Provincial n. 916 de 5 dc Maio do Corrente anno, crear uma eschola do ensino primário elementar dentro da cadéa d'esta Capital, na conformidade do presente acto. O Chefe de Polícia marcará, n'aquelle edificio, o repartimento em que a aula deve fucionar. [...] Art. 3º. o professor, que devera ser um dos empregados da penitenciaria, quando houver outros além do administrador, rercebera a gratificação, de trinta mil reis mensaes. 'Cumpra-se e comunique-se' (SERGIPE, Relatório. 14 de agosto de 1871, p. 10).

Sobre a instituição de aulas noturnas para a classe popular e a instrução para os presos no presídio de Aracaju, Cunha Leitão recebeu elogios pelo ato civilizador através de cartas do conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha e de João Alfredo Correia de Oliveira. Segundo Costa (2007, p. 66), um trecho da carta faz referência a um inimigo mais poderoso que os republicanos: “[...] que o vosso gênio fez surgir à luz, a que mais me encheu de entusiasmo foi a criação de uma aula para os presos da penitenciária do Aracajú. A isto chamo eu, guerra aos problemas do socialismo, comunismo”. Continuando, aquela autora infere que

[...] a disputa se localiza na definição de quem são os verdadeiros defensores da educação do povo, vista de forma naturalizada como ação positiva das 'luzes da razão', uma única razão, contra as “trevas da ignorância”. Tal disputa pode ser observada nas cartas do conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha ao Sr. Dr. Cunha Leitão, ex-presidente das províncias do Rio de Janeiro e Sergipe. A carta faz referência ao modelo político norte-americano, exaltando a civilização material, o liberalismo e progressismo daquela nação. Tais valores não dependeriam, para o autor, um defensor da monarquia, da forma republicana. Ao contrário, no Brasil, monarquistas como Cunha Leitão estariam mais próximos dos referidos valores que os republicanos (COSTA, 2007, p. 65).

Figura 7 – Parte da carta direcionada para o presidente da província de Sergipe Antônio Cândido da Cunha Leitão em 1871



FONTE: JA_CE_000.194. D.s. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13618>. Acessado dia 13 de janeiro de 2020.

A província de Sergipe foi uma das primeiras a instituir o curso de ensino noturno para a instrução dos adultos trabalhadores. Acerca disto, Costa (2007) publicou o seguinte:

“[...] distinto e ilustrado correligionário o Sr. Dr. Cunha Leitão”. Segundo o editorial, o Sr. Conselheiro Leôncio de Carvalho deveria ser louvado por “seguir as idéias e planos de seu talentoso adversário ... mostrando-se superior às paixões partidárias”. Mas, apesar de considerar tais paixões perniciosas, não deixa de cobrar os créditos de seu correligionário enumerando todos os seus feitos, como podemos perceber no trecho que segue. O ensino obrigatório que o Sr. Cunha Leitão tornou lei na província do Rio de Janeiro e que foi o primeiro a propor na Câmara dos Deputados as escolas noturnas, a liberdade de ensino superior e especialmente as faculdades livres. (...) Relativamente ao decreto que criou as escolas noturnas na capital do Império foi mais sensível e louvável a imitação que não escapou mesmo à imprensa da Corte. O “Jornal da Tarde” órgão do partido conservador num bem lançado editorial aplaudiu o Sr. Ministro do Império por ter se aproveitado da idéia de seu adversário. As primeiras escolas noturnas públicas inauguradas no

Império, foram devidas a iniciativa do Sr. Cunha Leitão que, em 1871, sendo presidente da província de Sergipe, criou por ato seu, escolas noturnas na capital e em todas as cidades da província. Foram estas as primeiras do império. Em 1872 o nosso correligionário faz também criar escolas públicas noturnas em todas as cidades e vilas da província do Rio de Janeiro, iniciando na respectiva assembléia legislativa um projeto que pelos seus esforços tornou-se lei dessa província” (COSTA, 2007, p. 63).

A proposta do presidente Antônio Cândido da Cunha Leitão, na província de Sergipe, era revolucionar a educação sergipana para servir de modelo e exemplo no território brasileiro. Antes de transferir a administração para o vice-presidente, Cunha Leitão deixou a ideia de uma biblioteca pública para facilitar ao povo as leituras de boas obras através dos diversos livros existentes e dos jornais de Sergipe, do Brasil e do estrangeiro. A instituição da biblioteca foi encaminhada, sua ideia já era bem considerada e recebia os donativos de diversos particulares que doaram em auxílio. Cunha Leitão deixou a biblioteca já com a localidade definida e o projeto elaborado. Em seu discurso, ele lamentava não ter mais tempo para concluir sua ação. Cunha Leitão entregou o cargo para seu vice, Dyonisio Rodrigues Dantas no dia 14 de agosto de 1871. Um relatório de 1871 apresenta as seguintes informações:

[...] V. Exc... compreende que o plano de instrução popular encetado com a criação do curso de aulas nocturnas e continuado com a instrução das conferências, ficou incompleto sem a abertura de uma biblioteca, onde podesse ser facultado ao povo a leitura das obras instructivas e dos melhores jornaes do Imperio e do Estrangeiro. Não me é preciso tornar sensível a V. Exc. a importancia de uma instituição desta ordem. Faltou-me, entretanto, tempo para realisar-a entrego, pois, tão generosa idéa aos desvelos de V. Exc. Antes de terminar a exposição do desenvolvimento que dei a este importante ramo de adinistração, V. Exc. me permittira que eu inscreva n'esta página o nome do distincto Director da Instrução Pública da Provincia, Dr. Manoel Luiz Azevedo d'Araujo (SERGIPE, Relatório. 14 de agosto de 1871, P. 10).

A seguir, é apresentado relatório de Antônio Cândido da Cunha Leitão quando passou a administração para o vice-presidente Dionísio Rodrigues Dantas e retornou para a corte do Rio de Janeiro.

Figura 8 – Relatório do presidente Antônio Cândido da Cunha Leitão



Fonte: Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 5 de janeiro de 2020.

Relatórios e jornais registam os atos e feitos do administrador Cunha Leitão, como presidente, que pelo um curto período deixou o povo sergipano esperançosos da cultura letrada, o rigor dos primeiros traços da instrução de ler e escrever, da educação popular que os adultos necessitavam para as articulações de convivência do meio social.

4.3 DEPUTADO CUNHA LEITÃO: DEFENSOR DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO IMPÉRIO

Cunha Leitão ingressou na política a partir de 1871 como presidente da província de Sergipe. Entregou o governo ao seu vice-presidente, Dionísio Rodrigues, e regressou para a corte do Rio de Janeiro, se candidatando para deputado e representando a corte no legislativo de 1872 a 1875 na Assembleia Provincial, quando apresentou projetos em defesa da instrução da educação primária e secundária do ensino popular. Representou também o Império na Assembleia Geral Legislativa.

Nesse contexto, Leitão defendeu o ensino livre através do projeto de lei apresentado na câmara dos deputados na sessão de 16 de julho de 1873 no Rio de

Janeiro. No mesmo ano, ele apresentou os projetos educacionais relativos à instrução de ensino público de nº 290 e de nº 463. Preocupado em organizar a instrução de ensino público, o deputado Cunha Leitão propôs na câmara provincial um novo projeto de reforma na educação e no ensino livre²⁸. Segundo Machado (2004), o artigo primeiro do referido projeto apresentava que, em todas as famílias, “[...] aquele que tiver em sua companhia menino maior de 7 anos e menor de 14 e menina maior de 7 anos e menor de 12, seja pai, mãe, tutor ou protetor, é obrigado, nos termos desta lei, a dar-lhes instrução primária”. Ainda para Machado (2004, p. 4),

[...] O Projeto de Paulino de Souza não teve andamento na Câmara dos Deputados. Preocupado com a necessidade de organizar o ensino, o deputado Cunha Leitão propôs um novo projeto de reforma. Nele, previa, no artigo primeiro, que todo “[...] aquele que tiver em sua companhia menino maior de 7 anos e menor de 14 e menina maior de 7 anos e menor de 12, seja pai, mãe, tutor ou protetor, é obrigado, nos termos desta lei, a dar-lhes instrução primária” (BRASIL, 1873. In: BARBOSA, 1942). Estendia essa obrigação apenas nas cidades e vilas, pois não existiam escolas de fácil acesso. Entretanto, criava penas de multas para quem não cumprisse essa determinação legal e criava conselhos municipais para executar a lei.

Observa-se que o projeto era estendido apenas às cidades e vilas devido às dificuldades do acesso às escolas rurais. As famílias que não cumprissem a determinação legal poderiam sofrer uma pena de multas pelo conselho municipal da corte. O projeto determinava também que os filhos de famílias protestantes deveriam ser dispensados das aulas de religião, que eram obrigatórias. Resolveu-se que o catolicismo era a religião oficial do Império brasileiro. Dessa forma, a questão religiosa gerou muitas polêmicas.

Cunha Leitão propôs outros projetos que se destacaram. Machado (2004, p.4) indica o projeto “sob o nº 463. Nele previa que os ensinos particulares de instrução primária, secundária, especial e superior deveriam ser completamente livres em todo o Império”. Observa-se que outras propostas sobre a educação também foram apresentadas por outros deputados e discutidas na câmara legislativa, buscando

²⁸ Deputado Cunha Leitão. Ensino livre: projecto de lei, apresentado á câmara dos senhores deputados na sessão de 16 de julho de 1873. Rio de Janeiro, 1873, 26 pags. In - 4º. Dicionário bibliográfico Brasileiro (BLAHE, 1883, p.124). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681> . Acesso em: 20 de maio de 2020.

regulamentar o ensino primário, secundário e superior, como o projeto apresentado pelo deputado Correia de Oliveira sobre a instrução pública de nº 73-A. Os projetos em defesa da educação foram aumentando de 1870 a 1886. Conforme as informações de Machado (2010), vários foram os projetos de instrução de ensino pública apresentado no Império, tendo cada vez mais destaque à época.

[...] Câmara dos Deputados, contendo os projetos relativos à instrução pública e seus respectivos andamentos, pôde-se levantar o Projeto de Paulino José Soares de Souza (1870), o de Antônio Cândido Cunha Leitão (1873), o de João Alfredo Corrêa de Oliveira (1874), o Decreto nº 7.247 de Leôncio de Carvalho (1879), os Pareceres/Projeto de Rui Barbosa (1882-1883), o Projeto de Almeida de Oliveira (1882 [...]) e o de Barão de Mamoré (1886 [...]). Esses projetos evidenciam a importância que os políticos proponentes atribuíam à educação, entendendo-a como fundamental para a sociedade nacional. Foram propostos assim sete projetos de reforma em menos de duas décadas sem que houvesse divergência no que se referia à urgência de implementação de seus respectivos projetos pelo Estado brasileiro, o qual deveria assumir os encargos financeiros para a oferta instrução pública (MACHADO, 2010, p. 23).

Analisando os projetos em favor da educação, Cunha Leitão continuou na luta na assembleia legislativa e participou das eleições do Rio de Janeiro concorrendo com seu sogro e seu cunhado como representante da assembleia legislativa geral do 12º distrito, a qual correspondia as seguintes localidades: Itaguarhy, Bananal, Ribeirão das Lages, São João Marcos, Bomjardim, Passa Três, Rio Claro, Capivary, Guia, Jacarehy, Angra, Jacuecanga, Ribeira Mambucaba, Ilha Grande, Remédios e Paraty Mirim. Após a apuração geral dos votos do 12º distrito, com 956 eleitores, a maioria absoluta dos votos levou à vitória do Sr. Antônio Cândido da Cunha Leitão com o total de 505 votos.

A eleição ocorreu dia 15 de janeiro de 1886 e Cunha Leitão venceu seus dois concorrentes com 505²⁹ votos. O segundo lugar ficou com Joaquim José de Souza

²⁹ Voto, à apuração geral, verificou a comissão que compareceram á eleição Procedendo 956 eleitores, recolhendo-so à urna 956 cédulas, das quaes uma em branco; dY.hi concluiu ser a maioria absoluta do 478, obtendo os Srs. Dr. Antonio Candido da Cunha Leitão 505 votos Dr. Joaquim Jose de Souza Breves Filho 341 » Coronel Joaquim Jose de Souza Breves 109 » Ainda quando annullada a e leição de Sanf Anna da Ilha Grande, seria a maioria de 456 votos, cabendo ao Dr. Cunha Leitão 481 . E', portanto, do parecer, que seja reconhe cido deputado geral pelo 12º districto do Rio de Janeiro o Sr. Dr. Antonio Candido da Cunha Leitão. Saladas commissões, 20 de Abril de 1886. — Cochrane — Costa Pereira Júnior. — A. Coelho Rodrigues. — Passos Miranda. — Barão de Canindé. N. 61 — 1886. BRASIL. Parlamento câmara dos deputados. **Annaes do Parlamento Brasileiro**. Sessão preparatória em 26 de Abril de 1886. P.35 disponível em:

Breves Filho que obteve 341 votos. O terceiro concorrente foi seu sogro, o Coronel Joaquim José de Souza Breves, com 109 votos. O Rio de Janeiro tinha 12 distritos com seus representantes na assembleia geral, conforme informações a seguir:

Província do Rio de Janeiro (12 a distrito) A 2a comissão do inquérito examinou as actas da eleição a que se procedeu no dia 15 de Janeiro do corrente anno, em 17 das 18 parochias do que se compõe o 12º districto eleitoral da província do Rio de Janeiro, o nenhuma irregularidade ou infracção de lei encontrou. Na parochia de Santa Anna de Itacurussà não houve eleição por não terem comparecido os mesarios; protestando contra o facto alguns eleitores. Na parochia da Ilha Grande protestaram também alguns eleitores contra a não admissão do um fiscal o por ter sido requisitada uma força; contra protestaram os mesários, allegando não ser eleitor o cidadão indicado para fiscal o ter sido feita a aludida requisição de conformidade com a lei (BRASIL, 1886, Parlamento da Câmara dos Deputados, p. 35).

Eleito por unanimidade, Antônio Cândido da Cunha Leitão continuou a serviço do povo, aprovando projetos em favor da educação, principalmente a educação da classe popular e defendendo o ensino noturno para os trabalhadores. Assim, seus discursos reluzentes despertavam outros deputados que tinham a mesma finalidade voltada para a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver esse estudo de pesquisa sobre a instrução de ensino noturno na província de Sergipe no século XIX, objetivou-se analisar como foram distribuídas na sociedade sergipana as aulas noturnas voltadas para a classe popular dos adultos trabalhadores. Constatou-se que a escolaridade no tocante à instrução primária era atribuída às crianças, tendo os adultos que não tiveram a oportunidade do letramento quando criança ficado de fora do ciclo de alfabetização.

Dessa forma, o número de pessoas adultas e jovens analfabetos era bastante elevado, principalmente devido às condições de seus pais que iniciavam a labuta do trabalho ainda crianças, aos seis anos de idade em média, principalmente os que viviam no campo rural e eram explorados nas lavouras de monocultura pertencentes aos grandes proprietários de terras. Os filhos dos trabalhadores começavam as atividades braçais ainda na infância, tornando difícil o acesso à escolarização da educação formal.

No início do século XIX, após o Brasil tornar-se independente de Portugal, foi possível perceber que a instrução da educação primária e secundária brasileira era voltada para a elite, a qual tinha condições de manter seus filhos em escolas particulares e em internatos. A escola pública, que não apresentava boa estrutura, era pouco procurada, muitas aulas ocorriam nas residências do lecionador professor. Então, o percentual de pessoas adultas que sabiam ler e escrever era baixo, apesar das propostas na carta constitucional que estabelecia a oferta da instrução do ensino público para todo cidadão brasileiro.

A partir da metade do século XIX, após o fim do tráfico negreiro e da proibição da comercialização de escravos, além da entrada de imigrantes vindos de outros países com o objetivo de prosperidade e estabilidade financeira, através da mão de obra livre, houve mudanças na economia do Brasil. Esses indivíduos imigrantes trouxeram novidades em técnicas de fabricações, movimentando o comércio interno do país e esse fato de modernidade implicou em um novo olhar do comportamento social e uma reorganização da população em termos de civilidade, principalmente na educação.

Por volta da década de 60 do século XIX, as mudanças no desenvolvimento do comércio interno influenciaram também no crescimento urbano. Dessa forma, anunciavam-se mudanças nas estruturas governamentais imperialistas,

principalmente com as reivindicações dos movimentos sociais abolicionistas em prol da abolição dos escravos e a problemática do analfabetismo, que deixava o país atrasado culturalmente. A educação popular foi o discurso apropriado para vencer as mazelas do Brasil e aproximá-lo da modernidade dos países europeus.

Em Sergipe, a proposta pautada por lei para alfabetizar a classe popular dos adultos trabalhadores criada por Cunha Leitão foi também inserida como modelo no processo educativo por outras províncias brasileiras. O surgimento das escolas de instrução de ensino primário noturno teve a finalidade de uma educação voltada para uma boa conduta de comportamento e para capacitar o indivíduo a ser inserido nas relações de comercializações internas de compra e venda e, posteriormente, na indústria. Era importante saber pelo menos os conhecimentos relativos à instrução de ler, escrever e somar.

O presente estudo foi desenvolvido para compreender como o ensino noturno se configurou na sociedade sergipana. O comportamento de apoio principalmente dos professores da instrução pública – e também de professores particulares –, foi fundamental no incentivo da organização de instruir os adultos trabalhadores interessados no aprendizado da leitura, da escrita, das operações matemáticas de somar, dividir e multiplicar, além dos ensinamentos de comportamento religiosos.

O diretor da instrução pública, Manoel Luiz, foi o articulador da mudança na educação de Sergipe a partir da reforma na Lei educacional através do regulamento de 24 de outubro de 1870, com a criação do Atheneu para o ensino secundário, onde ocorreu o ensino de dois cursos – o de Humanidade e o curso Normal –, e incentivou a instrução do curso noturno para os trabalhadores que durante o dia não tinham as condições de serem inseridos em nenhum tipo de aprendizado escolar formal, somente a noite era possível ter o acesso a essa novidade de ensino.

O curso noturno ganhou espaço nos locais onde havia grande número de trabalhadores operários – com eram designados na época –, na atualidade conhecidos como trabalhadores autônomos. Os marceneiros, mecânicos, negociantes, alfaiates, carpinteiros, sapateiros, ferreiros, fogueteiros, fundidores, padeiros e artistas tais como músicos, pintores, desenhistas, escultores entre outros. Todas essas profissões foram beneficiadas com a oferta do ensino noturno.

Assim, percebe-se o quanto esse tema do ensino noturno ainda precisa ser pesquisado, haja vista serem poucos os levantamentos de pesquisas nas Províncias do Império brasileiro, que estudaram esse período e essa iniciativa da educação

para a classe popular dos adultos trabalhadores. A pesquisa científica contribui para o conhecimento histórico do país, principalmente o que se refere a História da Educação.

Então, por todas essas informações, este estudo de pesquisa não é um trabalho definitivo, mas uma ponte de diálogo com outros estudos representativos do século XIX. Dessa forma, o campo de conhecimento está aberto a todos os indivíduos corajosos a embasar no convite de pesquisar.

REFERÊNCIAS E FONTES

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do Trabalho Docente: A Instrução Primária em Sergipe no Século XIX (1826–1889)**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Patrimônio Industrial no Brasil**. In: usjt – arq-urb - número 3 / primeiro semestre de 2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arg.urb/numero03/2arqurb3-esterezilda.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Ensino público e educação popular. In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Perspectivas e Dilemas da Educação Popular**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 63-85.

BLAHE, Augusto Victorino Alves Saecramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. 1883, (p.123-124). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221681>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2010.

BOTO, Carlota. **Instrução Pública e projeto civilizador: O século XVIII como Intérprete da Ciência da Infância e da Escola**. São Paulo: USP – SP, 2011.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução: Sérgio Góis de Paulo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização?** São Carlos-SP: UFSCar, 2007. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Historia_da_Educacao/Trabalho/04_3_4_32_1257-6384-1-PB.pdf. Acesso em: 2 de fevereiro 2020.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 11. jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.rbheold.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/162/171>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. CASTRO, Cesar Augusto. **Uma Instituição de Ensino Popular no Maranhão Império**: Sociedade Onze de Agosto. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/.../8054>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

COSTA, Ana Luíza Jesus da. Educação e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do século XX. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. V. 16. N. 4 [43] (2016). Outubro/Dezembro. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40729>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2020.

COSTA, Ana Luíza Jesus da. **À luz das lamparinas: As Escolas Noturnas para Trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, Suenya do Nascimento; SANTOS Lays Regina Batista de M. Martins dos. **Colégio de Educandos Artífices e Aulas Noturnas: Espaços para Instrução Popular na Parahyba do Norte (1865 – 1883)**. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/.../vi.../submissao_14708602808931472992315082.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

COSTA, André Oliveira. Norbert Elias e a configuração: um conceito interdisciplinar. **Configurações** [Online]. Vol.19. 2017. pp. 34-48 posto online no dia 30 de junho de 2017. Consultado em 19 de abril de 2019. URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/3947>; DOI: 10.4000/configuracoes.3947

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Ed. DIFEL, 1988.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittone Ramos. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CORREIA, Marilza da Silva. **A Educação Popular no Brasil Império: as primeiras Iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Maceió: UFAL, 2011. Disponível em: [www.ufal.edu.br/unidade academica/cedu](http://www.ufal.edu.br/unidade_academica/cedu). Acesso em: 20 de novembro de 2019.

DAVIES, Nicholas. A Educação nas Constituições Federais e em suas Emendas de 1824 a 2010. **Revista HISTEDBR**. On-line, Campinas, n.37, p.266-288, mar. 2010 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/37/doc01-37.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte; tradução, Pedro Süsskind; prefácio, Roger Chartier**. - Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994b, v I.

FERRONATO, Cristiano. A era do Liceu Provincial da Paraíba do Norte: Resquícios de Memórias de uma Pesquisa. In: FERRONATO, Cristiano; BURITY, Luiz Mário Dantas; TEIXEIRA, Mariana Marques. **Uma história da escolarização pública: da era das Cadeiras Isoladas à a era dos Grupos Escolares na Paraíba Quinze anos depois**. ISBN. 978-85-68102-34-3. EDUNIT, 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 34ª ed. São Paulo: Editora Cia. Das Letras, 2007.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortes, 2008.

GOMES, Laurentino. **1808**: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Teresina**: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. História (São Paulo) v.30, n.1, p.90-113, jan/jun 2011 ISSN 1980-4369. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a05.pdf>. Acesso em: 07/05/2020.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: s/n, 1925. Na versão digital elaborada por Luis Antônio Barreto e disponível em: http://iaracaju.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=297&titulo=biblioteca_virtual. Acesso em 23 de agosto 2020.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Prêmio Grandes Educadores Brasileiros**: Monografias Premiadas - Brasília 1984. [História da Educação Brasileira](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002498.pdf) <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002498.pdf> Acesso em 22 de julho 2020.

LAPA, Dayse Araujo; AMORIM, Simone Silveira. O Colégio Atheneu Sergipense e a cidade de Aracaju: Estudo das Identidades locais para a Formação da Escola Pública Secundária (1872-1926). **XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**. ISBN: 978-85-65957-10-6. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529282845_ARQUIVO_TEXTO_OcolegioAtheneuSergipenseeacidadedeAracaju.pdf. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. Enciclopédia Einaudi. V.1. Porto: Impresso Nacional-Casa da moeda, 1984, p. 95-106.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa**. Fundação Joaquim Nabuco. (Coleção Educadores). Editora Massangana. ISBN 978-85-7019-509-8. Recife: 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4715.pdf> Acesso em: 3 de fevereiro de 2020.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. **A Escola Primária Noturna na política educacional mineira 1891/1924**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Belo Horizonte: EDUFMG, 2009.

NOGUEIRA, Vera Lúcia; PEREIRA, Juliana Caires. Instrução primária de adultos no Brasil Imperial (1850-1889). In: AMORIM, Simone Silveira; NASCIMENTO Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. (Orgs.). **Panorama da Instrução Primária no Brasil**. Paco Editorial. Jundiaí: 2016. Capítulo 14, (p.345-369).

NASCIMENTO, Ester Fraga Vila-Bôas Carvalho do. **Educar, curar, salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical**. ISBN. 978-85-7177-354-7 EDUFAL, Maceió – AL, 2007. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Educar-Curar-Salvar-Civilizacao-Tropical/dp/8571773548>. Acesso em: 2 de julho de 2020.

NUNES, Maria dos Prazeres; AMORIM, Simone Silveira. A instrução primária noturna para jovens e adultos na Província de Sergipe. In: FERREIRA, Gabriella Rossetti. **A Formação Docente nas Dimensões Ética, Estética e Política**. Atena Editora, 2019. Capítulo 4, (p. 38-46) Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/arquivos/ebooks/a-formacao-docente-nas-dimensoes-etica-estetica-e-politic>. Acesso em: 2 de maio de 2020.

NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O Ensino Público**. Edições do Senado. Vol. 4. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1072>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2020.

OLIVEIRA, T. MENDES, C.M.M. A prática docente como ação política: um olhar histórico. **Educere et Educare - Revista de Educação**. Vol 2, n. 4, jul/dez 2007, p. 327 – 340.

PAULA, Dalvit Greiner de; NOGUEIRA, Vera Lúcia. José da Silva Lisboa, José Bonifácio e Martim Francisco: Discussões sobre educação no Império do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. V. 22. N. 71 e 227150 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782017227150>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2020.

PEREIRA, Cleidiane de Carvalho. **O Ensino Primário Noturno nas Reformas Educacionais no Piauí (1871-1933)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. Disponível em: <https://catalogo-deteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 3 de março de 2020.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Edição 26ª. Editora: Brasiliense, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Economica%20do%20Brasil.pdf>
Acesso em: 26 de agosto de 2020.

ROMÃO, Frederico Lisboa. **Na trama da História: o Movimento Operário de Sergipe, 1871 a 1935**. Aracaju: Editora J. Andrade Ltda, 2000.

ROMERO, Silvio. **Introdução à doutrina contra doutrina**. Organização: Alberto Venâncio Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. **O estabelecimento das escolas noturnas para adultos na Bahia no final do século XIX**. Mestrado em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/.../vi.../submissao_14711112668521472992327380.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Modernização centralizadora: território e desenvolvimento urbano na Província de Sergipe (1855 -1860)** / Programa de Pós Graduação em História. Tese de Doutorado – Recife: 2014.

SANTOS, Vera Maria dos; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; NASCIMENTO Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. Instrução primária de adultos no Brasil Imperial (1850-1889). In: AMORIM, Simone Silveira; NASCIMENTO Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. (Orgs.) **Panorama da Instrução Primária no Brasil**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2016. Capítulo 2. P. 46.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. 224p.

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. **A Sociedade Monte Pio dos Artistas: Um momento do Mutualismo em Salvador**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: Universidade Federal F. F. C. H., 1981.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **História Econômica de Sergipe (1850 – 1930)**. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP: Universidade de Campinas, 1983. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_0b0c19fc75dd834acdd4c0072bb53f66/Details. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

TELES FILHO, Eliardo França. A Lei Eusébio de Queiroz. Eusébio de Queiroz e o Direito: um discurso sobre a Lei n. 581 de 4 de setembro de 1850. **Revista Jurídica**. Brasília, v. 7, n. 76, p.52-60, dez/2005 a jan/ 2006. Disponível em: <https://revista.juridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/download/403/395>. Acesso em: 20 de janeiro 2020.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. **Decreto Nº 7.247 de 19 de Abril de 1879**. (Coleção de Leis do Império do Brasil). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879>. Acesso em: 20 de novembro de 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 1.331-A de 17 de Fevereiro de 1854**. (Coleção de Leis do Império do Brasil – 1854, (Página 45 Vol. 1 pt. I). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17->. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

BRASIL. **Parlamento Câmara dos Deputados de 1886**. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489>. Acesso em: 3 de março de 2020.

BRASIL. **Constituição de 1824, Império do Brasil.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 25 de março de 2020.

BRASIL. **Anais do Império. Relatório do Ministro do Império de 1872.** Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/ministerial>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

BRASIL. **Anais do Parlamento, Relatório do Parlamento do Senado do Império.** Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489>. Acesso em: 4 de abril de 2020.

JORNAL DO ARACAJU. **Nº 13.247.** Ano III, 1872, Sergipe (Quinta-feira, 7 de março, p. 1) Instituto Geográfico de Sergipe. CD-Rom.

JORNAL DO ARACAJU. **Nº 13. 336.** Ano IV, 1873, Sergipe (Quarta-feira, 23 de julho, p.1) Instituto Geográfico de Sergipe. CD-Rom.

JORNAL DO ARACAJU. **Nº 13. 448.** Ano V, 1874, Sergipe (Quarta-feira, 28 de janeiro, p. 3) Instituto Geográfico de Sergipe. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/69/simplesearch?query=jornal+do+Aracaju+de+1871>. Acesso em: 14 de março de 2020.

JORNAL. **Imprensa Acadêmico, Jornal dos Estudantes de São Paulo.** Literário, Noticioso, Científico e Comercial. Redator em Chefe. Antônio Cândido da Cunha Leitão. Anno II, nº 21, quinta feira 8 de Outubro de 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=385867&pagfis=403>. Acesso em: 3 de junho de 2020.

JORNAL. **Diário de Pernambuco. Anno LXIV nº 3. Edição: oo113.** (sábado 19 de Maio de 1888.p. 2) Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_06&pagfis=20122. Acesso em: 20 de maio de 2020.

JORNAL. **Regeneração. Anno XXI, nº 224.** p.2- Rio de Janeiro. (Sábado 19 de outubro de 1889) Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=709603&pagfis=10098&url=http://memoria.bn.br/docreader>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2020.

JORNAL. **De Ouro Preto. Ano 1884\Edição 00233.** Orgão do Partido Conservador (MG) - 1884 a 1947 - A Província de Minas. (1, p. 2.) Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=222747&pagfis=186&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 2 de março de 2020.

SERGIPE. **Relatório de 1871.** Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 2 de novembro de 2019.

SERGIPE. **Relatório de 1872.** Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

SERGIPE. **Relatório de 1874**. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 15 de novembro de 2019.

SERGIPE. **Relatório de 1875**. Provincial Presidential Reports (1830-1930): - Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 25 de novembro de 2019.

SERGIPE. **Relatório de 1876**. Provincial Presidential Reports (1830-1930): - Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 28 de novembro de 2019.

SERGIPE. **Relatório de 1878**. Provincial Presidential Reports (1830-1930): - Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2020.